

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2002

Senhores Acionistas,

Estamos apresentando, a seguir, o relatório das principais atividades do exercício de 2002, em conjunto com as Demonstrações Financeiras da CEMIG, Fluxo de Caixa, Demonstração do Valor Adicionado e Resultado Segregado por Atividade com os pareceres do Conselho Fiscal e dos Auditores Independentes.

A CEMIG comemorou 50 anos em 2002, atendendo aproximadamente 5,6 milhões de consumidores, praticamente 100% dos consumidores urbanos e 85% dos consumidores rurais. Ao longo dos anos a CEMIG se firmou como o segundo mercado de energia elétrica do País, com importantes conquistas e realizações.

Devem ser evidenciadas as adversidades externas enfrentadas pela CEMIG ao longo de 2002. O ano foi marcado pelo fraco desempenho da economia brasileira, decorrente, entre outros fatores, da instabilidade na conjuntura econômica internacional, que foi refletida em um aumento das taxas de juros e desvalorização acentuada do Real em relação ao Dólar norte-americano.

Adicionalmente, o Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica (“Programa de Racionamento”), que vigorou até fevereiro de 2002, provocou transformações acentuadas nos hábitos de consumo de energia elétrica da população brasileira e, combinado com a desaceleração do crescimento econômico do País, implicou em um retrocesso do mercado de energia elétrica aos níveis de consumo verificados em 1998.

Desta forma, o ano de 2003 apresenta novos desafios para o setor elétrico brasileiro, dentre eles a retomada dos investimentos privados e as reformulações no setor, a serem coordenadas pelo Governo Federal, de forma a garantir a confiabilidade do sistema e tarifas adequadas ao consumidor brasileiro.

A CEMIG, entretanto, confiando no crescimento do País, e demonstrando o seu esforço em aumentar a oferta de energia para eliminar os efeitos da crise energética, investiu 1,2 bilhões de reais em 2002, atingindo a marca histórica de 6 usinas sendo construídas simultaneamente, sendo 5 hidrelétricas; Queimado, Funil, Aimorés, Pai Joaquim e Irapé e a termelétrica Barreiro. Estes empreendimentos, quando concluídos, agregarão 1.011 MW à capacidade instalada do sistema elétrico brasileiro.

No que se refere à contínua busca de transparência para com os nossos acionistas e investidores, além de termos aderido, desde 2001, ao Nível 1 de Governança Corporativa da Bolsa de Valores do Estado de São Paulo – BOVESPA e termos as ações negociadas, através de ADR Nível II, na Bolsa de Valores de Nova Iorque, iniciamos em 2002 as negociações das ações da CEMIG na Latibex, segmento da Bolsa de Madri, uma das principais da Europa para papéis de empresas sediadas na América Latina.

Neste ambiente de desafios e oportunidades, reafirmamos nossa confiança na superação das adversidades e no futuro dos nossos negócios, com a visão de sermos a melhor provedora de soluções energéticas do mercado.

AMBIENTE EXTERNO

Cenário econômico

O desempenho da economia brasileira em 2002 praticamente repetiu o ano anterior. O fraco desempenho no período é atribuído ao cenário de juros altos, forte alta da moeda americana e queda da renda. No centro da causa deste cenário estava a incerteza quanto à sucessão presidencial, dada a falta de informações ao mercado financeiro quanto à política econômica a ser implementada em 2003.

O Produto Interno Bruto (PIB) cresceu 1,5% em 2002, sendo 5,8% o crescimento agrícola, 1,5% o da indústria e 1,5% o de serviços. Este resultado é pouco superior ao observado em 2001 que foi de 1,42%.

O saldo da balança comercial foi favorecido pela desvalorização do Real frente ao Dólar, acumulando um superávit de 13,1 bilhões de dólares. Um aumento expressivo quando comparado aos 2,6 bilhões de dólares verificados em 2001. Tal desempenho acelerou o crescimento do PIB no final do ano de 2002.

O IGP-M em 2002 acumulou alta de 25,3%, superiores aos 10,4% apresentados em 2001, em função, principalmente, da desvalorização cambial.

Devido às incertezas quanto à sucessão presidencial, o Risco Brasil (divulgado pelo JP Morgan) sofreu forte alta no segundo semestre chegando a atingir 2.443 pontos base. Considerando o menor valor do ano, 698 pontos base, representou uma variação de 250%. Esta variação expressa a percepção internacional de desconfiança com relação aos fundamentos da economia brasileira. Após a definição do quadro eleitoral houve uma queda no risco Brasil que fechou o ano a 1.439 pontos base. Os reflexos da desconfiança quanto ao futuro da economia brasileira foram expressos no valor da moeda norte-americana. O dólar abriu o ano de 2002 valendo R\$2,30, atingindo o valor máximo de R\$3,99 no mês de outubro, fechando o ano a R\$3,53.

Ambiente institucional

O Programa de Racionamento, em vigência de junho de 2001 a fevereiro de 2002, afetou seriamente a credibilidade do modelo de energia adotado pelo governo federal desde 1995. Esse modelo não estava totalmente implementado e o desabastecimento de eletricidade provocou o questionamento de todas as suas bases.

O Governo Federal, através da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica – GCE, criou grupos de trabalho para tentar revitalizar as bases do modelo e o funcionamento das instituições setoriais. A ênfase dos estudos foi a redução de novos riscos de desabastecimento, controvérsias regulatórias e contratuais e a recuperação da capacidade de planejamento e operação dos órgãos setoriais, especialmente aqueles pertencentes à estrutura do governo federal.

Foram adicionalmente discutidas a reformulação do Mercado Atacadista de Energia Elétrica – MAE (MAE) e o aperfeiçoamento das regras de mercado, política tarifária e defesa da concorrência, fontes alternativas de energia e o aperfeiçoamento das atividades do Operador Nacional do Sistema - ONS (ONS).

Foi publicada a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, que dispõe sobre a expansão da oferta de energia elétrica emergencial, regula a recomposição tarifária extraordinária, cria o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia (“Proinfa”) e a Conta de Desenvolvimento Energético (“CDE”). Dispõe ainda sobre a universalização do serviço público de energia elétrica e padroniza os critérios de classificação dos consumidores de baixa renda no país.

Como resultado das mudanças regulatórias, o volume dos encargos imputados à energia elétrica aumentou substancialmente. Esse efeito foi bastante sentido pelos consumidores em 2002, sendo que uma parcela dos encargos, caso da CDE, foi postergada para 2003.

Em termos institucionais, destaca-se o efetivo fortalecimento das associações representativas dos agentes de mercado: Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica - ABRADDEE, Associação Brasileira de Grandes Empresas Geradoras de Energia Elétrica - ABRAGE, Associação Brasileira das Grandes Empresas de Transmissão de Energia Elétrica - ABRATE e Associação Brasileira dos Grandes Consumidores de Energia Elétrica - ABRACEL.

Em um futuro próximo, o setor estará enfrentando grandes desafios, de forma a resolver questões como: reorganização institucional, redução do risco regulatório, problemas de planejamento, operação técnica e comercial e a questão do agravamento do endividamento das grandes empresas de distribuição.

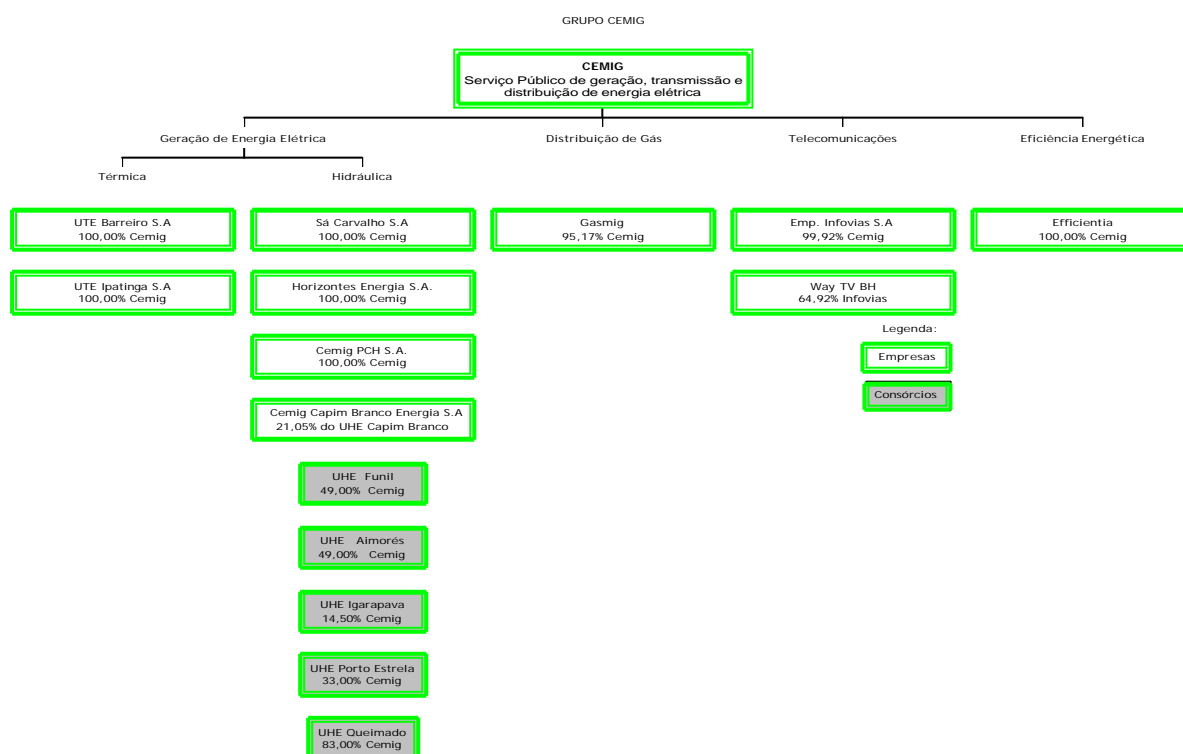
Algumas idéias em desenvolvimento pelo novo Governo passam pela criação de um *pool* federal de compra de energia, fortalecimento dos órgãos de planejamento, parcerias com o setor privado e mudanças negociadas nos contratos de concessão.

Outra proposta do novo Governo Federal, diz respeito ao Ministério de Minas e Energia, que irá retomar o planejamento e a definição de políticas centrais para os setores de energia elétrica e petróleo. A nova equipe do Ministério começa o ano de 2003 com a missão de garantir a retomada de investimentos no setor elétrico brasileiro, que ainda vive sob o efeito do racionamento. O maior desafio será superar o cenário momentâneo de sobra de energia, provocada pela redução do consumo, e atrair o empreendedor privado, além de evitar o impacto negativo no resultado econômico das empresas. Desafiador também será conciliar a retomada de investimentos necessários, da ordem de R\$ 10 bilhões anuais no setor, com tarifas acessíveis para o consumidor.

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E INVESTIMENTOS

Adicionalmente às atividades de concessionária do serviço público de energia elétrica, atuando na geração, transmissão e distribuição de energia elétrica na quase totalidade do Estado de Minas Gerais, a CEMIG vem desenvolvendo várias atividades sinérgicas à sua atividade principal, levando a marca CEMIG a setores diversos como telecomunicações, serviços de eficiência energética e outros, representando maior geração de empregos, aumento na rentabilidade da empresa e fortalecimento de sua posição no mercado.

Entre as empresas já criadas ou em fase de estruturação durante o exercício de 2002, o Grupo CEMIG estava configurado conforme o organograma a seguir:



Como forma de assegurar a agregação de valor aos investimentos dos acionistas, a CEMIG organizou, no final dos anos 90, o Comitê de Priorização de Obras, que vem atuando na análise dos projetos de expansão constantes do plano quinquenal de negócios, recomendando à Diretoria Executiva a execução dos mesmos, garantindo que o retorno mínimo exigido pelo Conselho de Administração seja atendido.

No exercício de 2002, o Grupo CEMIG realizou investimentos no montante de R\$1.176 milhões, sendo R\$485 milhões para expandir o seu sistema de geração, R\$59 milhões no seu parque de transmissão, R\$435 milhões para expandir o seu sistema de distribuição e R\$197 nos seus negócios de gás, telecomunicações, eficiência energética e outros.

A seguir, encontra-se uma breve descrição dos principais negócios e investimentos da CEMIG durante o exercício de 2002:

Geração

O Grupo CEMIG possui 46 usinas, sendo 42 hidrelétricas, 3 térmicas e 1 eólica, com uma capacidade instalada de 5.704 MW. Além das obras em andamento das usinas hidrelétricas de Queimado, Funil e Aimorés, a CEMIG iniciou, em abril de 2002, a construção das usinas hidrelétricas de Irapé e Pai Joaquim e a Usina Termelétrica Barreiro, atingindo a marca histórica de construção simultânea de 6 usinas, sendo 5 hidrelétricas e 1 termelétrica.

A CEMIG foi a primeira concessionária de energia elétrica do país a estabelecer parceria com a iniciativa privada para viabilizar novos investimentos em geração de energia elétrica através de consórcios, estando já em plena operação os investimentos realizados nas Usinas de Igarapava e Porto Estrela.

Os empreendimentos em construção são:

Usina de Funil

Em dezembro de 2002 foi iniciada a operação comercial da Unidade 1 da Usina de Funil. Este empreendimento tem capacidade de 180 MW e está sendo implantado no alto curso do rio Grande, no Estado de Minas Gerais, entre os municípios de Perdões e Lavras. O início de sua construção aconteceu em 1º de setembro de 2000 e as entradas em operação comercial das duas unidades restantes estão previstas para fevereiro e abril de 2003. O consórcio empreendedor, formado pela CEMIG, com 49%, e Companhia Vale do Rio Doce – CVRD (“CVRD”), com 51,00%, prevê investir R\$321 milhões na implantação da usina.

Usina de Queimado

A usina de Queimado, com potência de 105 MW, está localizada no rio Preto e abrange áreas dos municípios de Unaí e Cabeceira Grande, em Minas Gerais, e Cristalina, em Goiás. A CEMIG, que possui 82,50% do empreendimento, e sua parceira, a Companhia Energética de Brasília – CEB, deverão investir R\$184 milhões para implantação da usina. As obras foram iniciadas em agosto de 2000 e a geração comercial da primeira unidade está prevista para abril de 2003.

Usina de Aimorés

A usina de Aimorés, com 330 MW de capacidade instalada, está sendo implantada no rio Doce, no município de Aimorés, em Minas Gerais. Será a maior hidrelétrica do Leste de Minas Gerais, importante para a ampliação da oferta de energia para o Estado e por contribuir com a melhoria do sistema elétrico da região. Esse empreendimento, pertencente ao Consórcio da Hidrelétrica de Aimorés, formado pela CEMIG, com 49,00% de participação, e pela CVRD, com 51,00%, tem um orçamento de R\$550 milhões. O início das obras ocorreu em 15 de junho de 2001 e a geração comercial da usina deverá iniciar-se em dezembro de 2003.

Usina de Irapé

As obras da usina de Irapé, iniciadas em abril de 2002, foram orçadas em R\$920 milhões, sendo esse um investimento 100% CEMIG. Com potência de 360 MW, está sendo implantada no rio Jequitinhonha, na divisa dos municípios de Berilo e Grão-Mogol. Em 05 de julho de 2002, foi assinado Termo de Acordo com o Ministério Público Federal, objetivando a adoção de medidas para a melhoria da qualidade do meio ambiente e o estabelecimento dos direitos da população atingida pela usina. Outro fato importante foi a conclusão da ponte sobre o rio Jequitinhonha, que permitiu a ligação entre suas margens e unificação do canteiro de obras. A geração comercial está prevista para agosto de 2005.

Usina de Pai Joaquim

A usina de Pai Joaquim, com capacidade instalada de 23 MW, está sendo implantada no rio Araguari, na região do Triângulo Mineiro, entre os municípios de Santa Juliana e Sacramento com a participação da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA de 50,60% e CEMIG de 48,50%. No local, existia uma usina da CEMIG de 6,7 MW de potência, que foi desativada em 1990 devido ao enchimento do reservatório da Usina Hidrelétrica de Nova Ponte e conseqüente inundação da casa de força. Com o objetivo de garantir o aproveitamento ótimo do potencial energético do local, a CEMIG decidiu, com a autorização da ANEEL, construir uma nova casa de força para a usina. As obras de relocação e ampliação da casa de força foram iniciadas em abril de 2002 e a geração comercial está prevista para dezembro de 2003. O custo total de implantação está estimado em R\$58 milhões.

Usinas de Capim Branco I e II

As usinas de Capim Branco I e II, que formam o Complexo Energético Capim Branco – estão em fase de viabilização para início de obras em 2003, acrescentando mais 450 MW ao parque gerador de Minas Gerais. Estão localizadas no rio Araguari, entre os municípios de Araguari e Uberlândia, sendo viabilizadas pelo Consórcio Capim Branco Energia, formado pela CEMIG, através de sua subsidiária integral CEMIG Capim Branco Energia S.A. com 21,05% de participação, CVRD com 48,42%, Comercial e Agrícola Paineiras com 17,90% e Companhia Mineira de Metais com 12,63%. As capacidades instaladas dos aproveitamentos hidrelétricos Capim Branco I e II são de 240 e 210 MW, respectivamente, e o custo total de implantação está estimado em R\$759 milhões. A operação comercial está prevista para dezembro de 2005.

A expansão do parque gerador da CEMIG através da implantação de usinas termelétricas (UTES) a gás natural ou de usinas de cogeração tem merecido atenção especial da Empresa, como segue:

Usina Termelétrica Barreiro

Em abril de 2002, a CEMIG iniciou a implantação da usina Barreiro, um empreendimento de cogeração com potência aproximada de 12,9 MW, localizada no Barreiro, município de Belo Horizonte, na área industrial da Vallourec & Mannesmann do Brasil - VMB. O custo total do empreendimento é de R\$ 28 milhões e a geração comercial está prevista para julho de 2003. Atualmente, a responsabilidade pela implantação do empreendimento é da Usina Termelétrica Barreiro S.A., subsidiária integral da CEMIG. Após a autorização da ANEEL, os ativos deste empreendimento serão transferidos para a empresa Central Termelétrica de Cogeração S.A., com participação de 48,50% da CEMIG e 50,60% da COPASA.

Transmissão

A rede de transmissão de energia elétrica da CEMIG, por onde é transportada a energia produzida pela Companhia, bem como a energia comprada de Itaipu e de outros participantes do sistema elétrico nacional, totaliza 21.120 Km em 31 de dezembro de 2002.

Os principais projetos de transmissão, concluídos em 2002 ou em andamento, são como segue:

Sistema Itajubá 3.500 Kv

Foi energizada em abril de 2002 a subestação de Itajubá 3 tendo este empreendimento sido iniciado em outubro de 2000. Com dois transformadores 500-138 kV, 300 MVA, esta subestação irá atender a uma população de mais de 2,2 milhões de habitantes, além de atender também ao crescimento da demanda por energia elétrica da Região Sul de Minas Gerais, principalmente em função da duplicação da BR-381. Este empreendimento teve um custo de R\$72 milhões.

Sistema Vespasiano 2.500 kV

Encontram-se em fase de conclusão as obras de implantação da Subestação Vespasiano 2, com um custo estimado de R\$66 milhões. O projeto foi iniciado em outubro de 2001 e tem a sua energização prevista para abril de 2003. Com 2 transformadores de 500-138 kV 300/300-100 MVA, esta subestação irá suprir com energia o crescimento da região Central de Minas Gerais.

Sistema Bom Despacho 3

Foi iniciado em dezembro de 2002 o projeto para implantação da Subestação Bom Despacho 3, destinada a aumentar a confiabilidade da rede básica de transmissão do sistema interligado da Região Sudeste do Brasil. Esta subestação irá possibilitar um ganho significativo de manobra nas três principais linhas de transmissão de 500 kV da CEMIG, além de fornecer 100 MVAR de energia reativa no sistema, contribuindo para a melhoria dos níveis de tensão e da qualidade da energia. Este empreendimento tem um custo estimado de R\$69 milhões.

Distribuição

Em 2002, foram acrescidos 75 km de linhas ao sistema de subtransmissão (de 34,5 kV a 161 kV), já descontadas as desativações, perfazendo o total de 16.187 km de linhas de subtransmissão.

Foram acrescidos 7.797 km de novas redes ao sistema de distribuição (média e baixa tensão), sendo 980 km de redes urbanas e 6.817 km de redes rurais, totalizando 330.559 km.

Seguem abaixo alguns destaques da distribuição em 2002:

Subestações móveis

Ainda no início do ano de 2002 a CEMIG integrou ao seu parque de equipamentos de reserva e atendimento a emergências 2 subestações móveis de 25 MVA. Estas subestações podem ser rapidamente deslocadas a qualquer ponto do Estado e permitem o atendimento, em toda a área de concessão, a situações de emergência como queima de transformadores, em um tempo médio de 12 horas. Esses equipamentos são também bastante utilizados em manutenções programadas, evitando desligamentos de longa duração, com reflexos positivos sobre a qualidade e o faturamento.

Automação da Distribuição:

A CEMIG dispõe atualmente de 354 Subestações em sua rede de Distribuição, sendo as 180 maiores totalmente automatizadas, das quais 20 foram automatizadas em 2002. Estas subestações são controladas diretamente a partir dos 7 Centros de Operação de Distribuição - COD ("COD"). O sistema xOMNI, criado para este fim, já se encontra em plena operação nos CODs Metropolitano (Belo Horizonte), Mantiqueira (Juiz de Fora), Oeste (Divinópolis), Norte (Montes Claros) e Triângulo (Uberlândia), controlando aproximadamente 120 subestações. Encontram-se em fase de implantação nos CODs Leste (Governador Valadares) e Sul (Pouso Alegre).

No COD Metropolitano tem-se também a supervisão e o controle de equipamentos de manobra das redes de distribuição de energia. Na região metropolitana de Belo Horizonte encontram-se em operação um total de 176 pontos da rede de distribuição automatizados.

Monitoramento do Sistema Elétrico

Foi concluída a implantação de uma rede de Registradores Digitais de Perturbações – RDPs, cujo objetivo é o monitoramento e registro de todas as ocorrências operativas envolvendo curto-circuitos e desligamentos no sistema elétrico da Distribuição. Este sistema, composto por 46 oscilógrafos digitais, monitora toda a malha de 138 kV da CEMIG (cerca de 10.600 km de linhas) e parte do sistema de 69 kV, permitindo a rápida identificação e localização de defeitos no sistema elétrico e no sistema de proteção, agilizando a restauração de energia, reduzindo a duração das interrupções e os custos de manutenção.

Foi concluído também o projeto de pesquisa e desenvolvimento, elaborado em conjunto com a UFMG, para avaliação da proteção adequada ao sistema elétrico de distribuição de baixa tensão contra surtos de tensão.

Gestão de contratos de Uso e Conexão no Sistema de Distribuição da CEMIG

O novo ambiente regulatório decorrente da reestruturação do setor elétrico brasileiro promoveu o surgimento de novos negócios na CEMIG, motivados pela conexão e uso da rede de distribuição por agentes distribuidores, geradores e consumidores livres.

Foi constituída uma equipe para negociação e gestão dos contratos decorrentes destes novos negócios, que contribuem para remuneração dos ativos de distribuição da Empresa. Estes contratos representaram receita de R\$8,5 milhões em 2002, com a expectativa de aumento expressivo para os próximos 4 anos.

Gás Natural

O Grupo CEMIG comercializa gás no Estado de Minas Gerais através da sua controlada Companhia de Gás de Minas Gerais – GASMIG, criada em 1986. A utilização do gás natural tende a ganhar maior importância, considerando o investimento esperado em novas usinas termelétricas, dentro do Estado de Minas Gerais, e a crescente utilização no mercado automotivo e no segmento industrial.

Foi concluída em 2002 a expansão da rede GASMIG de distribuição nas cidades de Juiz de Fora e Barbacena, com um investimento de R\$7,3 milhões, que permitiu a ligação de novos consumidores.

Encontra-se em andamento o projeto de extensão da rede de distribuição até a cidade de Sete Lagoas, no total de 67,4 km, a ser concluído até o término do ano de 2003. Esta obra permitirá um incremento expressivo no volume de gás faturado, através da ligação de novos consumidores industriais e postos automotivos na região. Adicionalmente, para possibilitar a expansão das redes da GASMIG até a Cidade de Sete Lagoas, foi dado início à construção de um anel, com extensão de 18,2 Km, ligando a estação de recepção de Betim até o sistema da GASMIG na estação Califórnia. Os projetos mencionados representam um investimento estimado de R\$27 milhões.

No exercício de 2002 a Gasmig obteve um volume de vendas de cerca de 400 milhões de m³ de gás, um crescimento de 17% em relação ao ano anterior, com um atendimento a 102 empresas, além de 46 postos de gás natural veicular e duas usinas térmicas.

Eficiência Energética

Visando a exploração do mercado de serviços energéticos, foi constituída a Efficientia S.A., subsidiária integral de capital fechado da CEMIG. A empresa estará voltada para serviços de eficiência energética e soluções energéticas, atuando como comercializadora de serviços. A Efficientia S.A. vem atualmente desenvolvendo atividades de prospecção de mercado, estabelecimento de parcerias com consultorias internacionais e elaboração do plano de ações estratégicas, entre outras.

O início das atividades está previsto para o 1º semestre de 2003, tendo sido investidos R\$1,5 milhão pela CEMIG em 2002.

Telecomunicações

Tecnologia de redes

Em 2002 foram iniciados os procedimentos para atualização tecnológica do Sistema MFR – Medições de Fronteira, que possibilita as medições dos pontos de intercâmbio para o sistema de contabilização das transações do MAE e gerenciamento da rede básica nas fronteiras de geração/distribuição, geração/transmissão e transmissão/distribuição. Após a implantação das melhorias, prevista para julho de 2003, a medição de energia será totalmente automatizada através da rede interna da CEMIG ou de telefonia celular. Será estabelecida uma interligação via internet à Central de Coleta de Dados do MAE, permitindo maior agilidade e confiabilidade aos resultados.

Implantação do Sistema de Comunicação Móvel Veicular, via rádio *trunking* na região metropolitana de Belo Horizonte, tendo sido adquiridos 370 equipamentos, atualmente instalados em veículos da operação e manutenção.

Empresa de Infovias S.A.

A empresa de Infovias S.A. ("Infovias") entrou em operação a partir do exercício de 2001, sendo que o seu faturamento pode ser dividido em dois principais grupos: o aluguel, de forma integrada, de sua rede multi-serviços e da rede básica de acessos (tendo como principais clientes a CEMIG e as operadoras de telecomunicações), e a participação na receita de venda de assinaturas de TV a cabo e acessos a internet de banda larga da Way TV Belo Horizonte S.A., empresa controlada da Infovias.

Durante o exercício de 2002 a Infovias investiu R\$58 milhões, basicamente na extensão de sua rede de telecomunicações e na ligação de novos clientes. Para o ano de 2003 a Infovias continuará investindo na ligação de novos clientes, maximizando a utilização de sua rede de multi-serviços, e na conclusão de projeto específico para atendimento às necessidades da CEMIG, denominado projeto "Sistel", que são sistemas de voz e interligação das redes de rádios da CEMIG aos "backbones" da Infovias.

No exercício de 2002 a CEMIG adquiriu 50,45% das ações ordinárias de propriedade da AES Força Empreendimentos Ltda por R\$87,3 milhões, com um ágio de R\$9,5 milhões na operação. O valor de aquisição foi definido através de laudo de avaliação elaborado por empresa de assessoria financeira, com base no fluxo de caixa projetado da Infovias.

FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA

Qualidade no fornecimento

A CEMIG vem implementando ações contínuas que possibilitem a melhoria dos seus indicadores de qualidade no fornecimento de energia elétrica. Como resultado dos esforços que estão sendo desenvolvidos, a CEMIG foi a primeira colocada no Índice ANEEL de Satisfação do Consumidor – IASC ("IASC") na região sudeste, com 71,13 pontos, em comparação a média de 64,39 pontos da região. O índice obtido pela Companhia indica uma boa qualidade no fornecimento de energia mesmo quando comparado aos padrões de qualidade internacionais. A CEMIG obteve também o 3º lugar no índice IASC Brasil, concorrendo com outras 63 concessionárias do País.

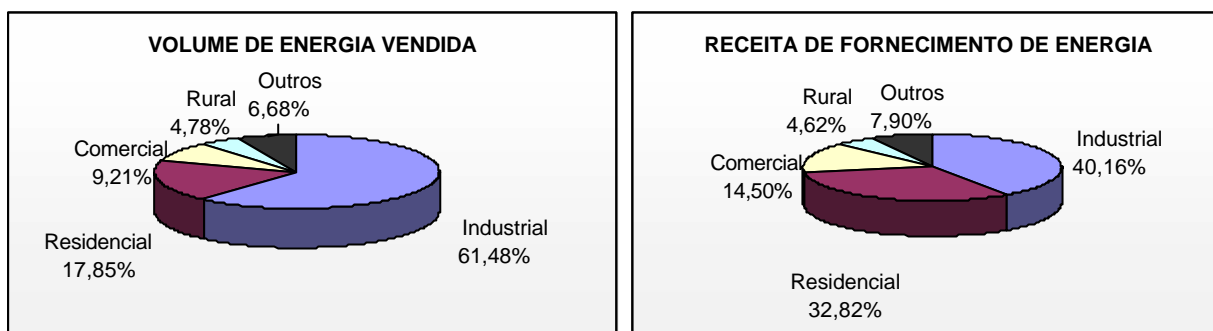
Quanto aos indicadores de continuidade de fornecimento de energia, a Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor/ano – DEC ("DEC") foi de 13 horas e 1 minuto em 2002, equivalendo dizer que, em média, cada consumidor da Empresa foi privado do fornecimento de energia por 1 hora e 5 minutos em cada mês. O índice de 2002 foi superior ao de 2001, que foi de 11 horas e 22 minutos. A Frequência Equivalente a Interrupção por Consumidor – FEC foi de 7,34 interrupções no ano, inferior ao verificado em 2001, que foi de 6,85

Do total de desligamentos acidentais, 39,00% são originados por fenômenos naturais como chuvas, descargas atmosféricas, vendavais e outros. O tempo de conhecimento dos desligamentos pela CEMIG foi bastante reduzido, em decorrência da implantação da Central de Atendimento ao Consumidor - CAC centralizada, com a facilidade da ligação gratuita 0800 e atendimento em plantão 24 horas, está dimensionada para atendimento aos consumidores em qualquer localidade dentro do Estado. Soma-se a este fato a crescente automatização das subestações de distribuição, com possibilidade de telecomando e sinalização em tempo real para os sete centros de operação.

Comercialização

A CEMIG e suas controladas venderam no ano de 2002, 35.634 GWh de energia para seus consumidores finais, o que correspondeu a um crescimento de 1,97% em relação ao ano de 2001. Em 2002 o mercado CEMIG sofreu o impacto dos seguintes fatores:

- Vigência do Programa de Racionamento até o mês de fevereiro de 2002, e
- Entrada em operação de investimentos em geração própria realizados por consumidores industriais da CEMIG.



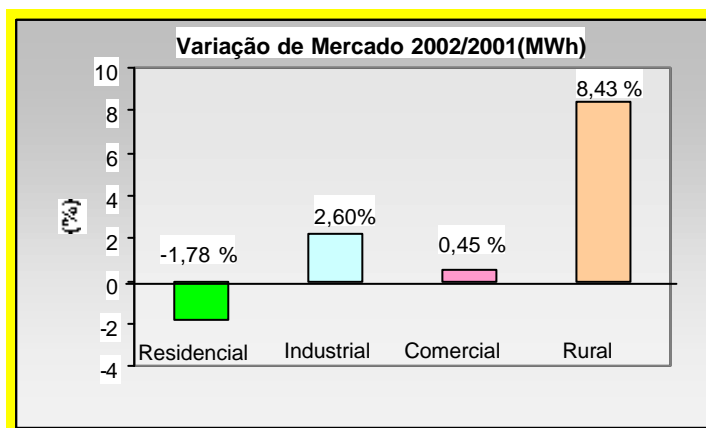
As principais classes de consumo apresentaram as seguintes variações durante o exercício de 2002:

Classe residencial - Representou 17,85% do volume de energia faturada e 32,82% da receita com fornecimento de energia. Apesar do crescimento do número de novas ligações, atingindo praticamente 100,00% de atendimento da área urbana, a vigência do Programa de Racionamento até o mês de fevereiro de 2002, a retração da economia brasileira, com a perda de poder aquisitivo da população, e os novos hábitos de consumo de energia após o Programa de Racionamento implicaram em uma retração de 1,78% do consumo em 2002 frente ao consumo verificado em 2001.

Classe comercial - Representou 9,21% do volume de energia faturada e 14,50% da receita com fornecimento de energia. Apesar de também ter ocorrido um crescimento do número de novas ligações, o reflexo do quadro macroeconômico e da crise energética contribuíram para um crescimento de apenas 0,45% do consumo em 2002 frente ao consumo verificado em 2001.

Classe industrial - Representou 61,48% do volume de energia faturada e 40,16% da receita com fornecimento de energia. Alguns desses clientes vêm, desde 1997, investindo na geração própria de energia elétrica. Mesmo com a entrada em operação de parte desses investimentos houve um crescimento de 2,60% do mercado industrial da CEMIG em 2002 frente ao consumo verificado em 2001.

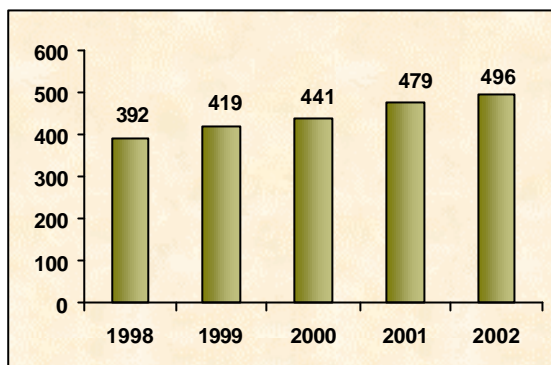
Classe rural - Representa 4,78% do volume de energia faturada e 4,62% da receita com fornecimento de energia. A classe rural apresentou a maior taxa de crescimento, 8,43%, em função do crescimento de 4,50% no consumo convencional e 18% na irrigação em 2002 frente ao consumo verificado em 2001.



Foram ligados também 179.418 novos consumidores, sendo 163.515 na área urbana e 15.903 na área rural, totalizando 5.591.488 consumidores durante o exercício de 2002.

A razão Consumidores por Empregado alcançou a marca de 496 consumidores/empregados, representando aumento de 3,55% em relação ao ano anterior, conforme apresentada no gráfico:

Consumidores por Empregados



Balanço Energético – GWh

A CEMIG produziu 43,77% de suas necessidades de energia elétrica (40,75% em 2001), que, acrescidos dos 25,79% representados pela compra de energia de Itaipu, atingem 70% do requisito de energia elétrica da Companhia.

Descrições	2002	2001
GERAÇÃO		
Geração própria	21.608	18.957
Compra de Itaipu	12.735	11.935
Compra de energia de curto prazo	10.247	11.482
Recebimentos contratuais	2.712	2.879
Outros	2.070	1.269
	49.372	46.522
REQUISITOS		
Distribuição	35.634	34.432
Venda ao Sistema Interligado	7.864	7.636
Auto Produção	1.323	1.323
	44.821	43.391
Perdas	4.551	3.593
	49.372	46.984

Tarifas

A CEMIG teve suas tarifas de fornecimento reajustadas através da Resolução ANEEL nº 176, de 04 de abril de 2002, em 10,51%, sendo que 9,18% foi o resultado da aplicação da fórmula paramétrica e 1,33% da Conta de Compensação de Variação de Itens da Parcela A - CVA. Os valores relativos aos pagamentos da Taxa de Fiscalização de Energia Elétrica e da Conexão com a Transmissão foram concatenados com a data base do reajuste tarifário, em abril, como ocorreu no ano de 2001 com a energia comprada para revenda. Isso possibilitou o repasse imediato da variação de tais custos para a tarifa de fornecimento.

O período de vigência da Recomposição Tarifária Extraordinária - RTE para cobrir as perdas de receita com o racionamento, variação da Parcela A e pagamento das transações com energia no MAE é de 82 meses, contados a partir de janeiro de 2002, conforme Resolução ANEEL nº 484, de 29 de agosto de 2002.

Revisão tarifária periódica

O processo de revisão, que ocorre a cada quatro ou cinco anos, dos valores das tarifas das empresas que detém concessão pública para serviço de distribuição de energia elétrica, e visa o equilíbrio financeiro dessa concessão, é denominado revisão tarifária periódica. Na definição das novas tarifas, são consideradas as mudanças ocorridas na estrutura de custos e de mercado das concessionárias e a taxa adequada de retorno sobre os investimentos realizados.

São ainda considerados os ganhos de eficiência obtidos pelas distribuidoras de energia elétrica, denominado fator X. O fator X objetiva compartilhar os ganhos de eficiência com os consumidores, aplicado como um redutor nos reajustes anuais das distribuidoras, até a próxima revisão tarifária periódica.

Foi definido pela ANEEL que a base de remuneração das concessionárias, para fins de revisão tarifária, será o montante dos investimentos realizados pelas distribuidoras, avaliado pelo custo de reposição, na prestação dos serviços para o consumidor, sendo comparados com modelos de referência desenvolvidos pela agência.

O processo de revisão tarifária da CEMIG, para o ano de 2003, teve o seu início no dia 05 de abril de 2002, com a divulgação do cronograma do evento, o qual previa a apresentação na internet, pela ANEEL, da proposta de revisão, bem como a promoção de consulta pública dos valores envolvidos.

Em 17 de fevereiro de 2003, a ANEEL submeteu à consulta pública a proposta preliminar de reajuste tarifário da CEMIG, no percentual de 27,49%, a ser aplicado a partir de 8 de abril de 2003. A proposta ainda poderá sofrer alterações em decorrência da revisão de determinados custos utilizados na definição da tarifa a ser aplicada.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO CONSOLIDADO

Lucro (Prejuízo) Líquido

A CEMIG e suas controladas ("Grupo CEMIG") apresentaram, no exercício de 2002, um prejuízo de R\$1.002 milhões, em comparação ao lucro líquido de R\$478 milhões no exercício de 2001.

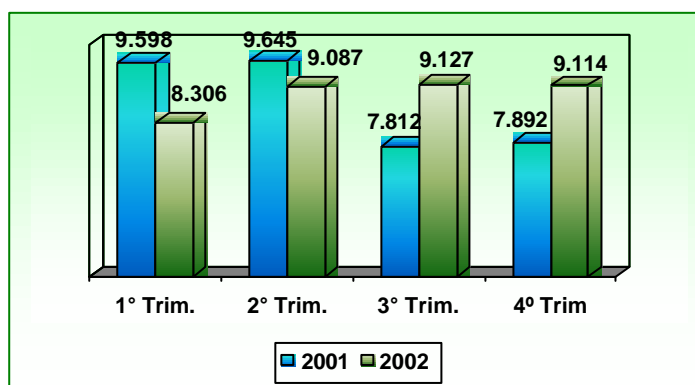
O resultado do Grupo CEMIG em 2002 foi substancialmente impactado pela desvalorização do real em relação ao dólar norte-americano, gerando R\$803 milhões de despesa com variação cambial, e, pelas provisões para perdas referentes ao Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais, no montante de R\$1.045 milhões, e a recuperação dos valores da Recomposição Tarifária Extraordinária, no montante de R\$178 milhões.

Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

A receita com fornecimento bruto de energia elétrica foi de R\$5.991 milhões em 2002 comparado à receita de R\$4.731 milhões em 2001, com um crescimento de 26,63%. Este resultado decorreu basicamente dos seguintes fatores:

- ❑ reajustes nas tarifas de 16,50% em abril de 2001 (efeito integral no exercício de 2002) e 10,51% a partir de 08 de abril de 2002;
- ❑ receita adicional com o ressarcimento pela compra de energia livre no MAE; e,
- ❑ aumento de 1,96% no volume de energia vendida a consumidores finais.

GWH faturados - consumidores finais



Fornecimento a consumidores finais

Como pode ser observado no gráfico, a venda de energia a consumidores finais no 1º trimestre de 2002 foi impactada pelo Programa de Racionamento que vigorou até o mês de fevereiro. Apesar de observarmos o crescimento no volume de energia vendida, a partir do 2º trimestre de 2002, os novos hábitos de consumo de energia da população e a retração da economia brasileira não permitiram que a venda de energia elétrica atingisse os níveis verificados antes do Programa de Racionamento. Desta forma, foi verificado um crescimento de 1,96% no volume de energia vendida, que foi de 35.634 GWh em 2002, comparado a 34.947 GWh em 2001. As classes mais representativas de consumidores, industrial, comercial e residencial, apresentaram, no exercício atual, crescimento de 2,60%, 0,45% e redução de 1,78%, respectivamente.

Receita com suprimento

O Grupo CEMIG reconheceu em 2002 uma receita referente a suprimento de R\$534 milhões em comparação a R\$145 milhões no exercício anterior. Esse resultado é decorrente principalmente da alteração na metodologia de cálculo das obrigações e direitos referente às operações com energia no MAE e corresponde ao ressarcimento à CEMIG da diferença entre os montantes a pagar ao MAE pelas transações ocorridas durante o período de vigência do Programa de Racionamento e o valor de R\$49,26/MWh, definido através de regulamentação específica.

Receita Com Recomposição Tarifária Extraordinária

O Grupo CEMIG, em conformidade ao Acordo Geral do Setor Elétrico, reconheceu nos exercícios de 2002 e 2001, receita com recomposição tarifária extraordinária nos montantes de R\$275 milhões e R\$1.058 milhões, respectivamente. Esses montantes referem-se às perdas de faturamento e parcela das despesas com energia comercializada no Mercado Atacadista de Energia – MAE, durante a vigência do Programa de Racionamento. Os valores reconhecidos como receita com recomposição tarifária extraordinária estão sendo recebidos pela Companhia através de um reajuste adicional, a vigorar pelo prazo máximo de 82 meses, a partir de janeiro de 2002.

Despesas operacionais

As despesas operacionais foram de R\$4.593 milhões em 2002 e R\$3.962 milhões em 2001, um aumento de 15,93%, decorrente substancialmente do crescimento nas despesas com energia comprada para revenda e provisão para perdas na recuperação dos valores da Recomposição Tarifária Extraordinária. As principais variações nas despesas estão descritas a seguir:

Pessoal

Despesa com pessoal de R\$551 milhões em 2002 comparada a R\$553 milhões em 2001. Os salários dos empregados foram reajustados em 11,45% e 8,16% em novembro de 2002 e 2001, respectivamente. Entretanto, o Programa de Desligamento Voluntário – PDV, implementado em 2001, no valor total de R\$33 milhões, contribuiu para que a despesa com pessoal se mantivesse estável.

Energia Comprada para revenda

Despesa com energia comprada para revenda de R\$1.733 milhões em 2002 comparada à despesa de R\$1.514 milhões no exercício de 2001, com um crescimento de 14,46%. Essa variação deve-se basicamente ao crescimento de R\$156 milhões dos gastos com energia comprada de Itaipu, R\$979 milhões em 2002 e R\$823 milhões em 2001 e, adicionalmente à revisão pela ANEEL dos valores a serem pagos referente à energia adquirida no MAE durante a vigência do Programa de Racionamento. Deve ser ressaltado que o aumento na despesa com compra de energia no MAE em 2002 foi parcialmente compensado pelo aumento na receita com suprimento de energia, considerando que o Acordo Geral do Setor Elétrico definiu que a diferença entre os montantes a serem pagos ao MAE pelas transações ocorridas durante a vigência do Programa de Racionamento e o valor de R\$49,26/MWh deveria ser reembolsada às geradoras de energia elétrica.

Serviços de terceiros

Despesa com serviços de terceiros de R\$265 milhões em 2002 em comparação a R\$219 milhões em 2001, com um crescimento de 21,00%. Esse resultado deve-se basicamente ao reajuste nos contratos de prestação de serviços, destacando-se aqueles relacionados a entrega de contas e agentes arrecadadores de contas de energia.

Obrigações pós-emprego

Obrigações pós-emprego de R\$145 milhões em 2002 em comparação a R\$201 milhões em 2001, com uma redução de 27,86%. A CEMIG, através de acordo coletivo específico com os sindicatos, implementou alterações nos critérios de custeio do plano de saúde para seus empregados ativos e aposentados. Esta alteração resultou em uma redução, no exercício de 2002, de R\$72 milhões nas obrigações atuariais, sendo reconhecida no resultado do exercício atual e justificando a redução verificada.

Provisão para perdas na recuperação dos valores da Recomposição Tarifária Extraordinária

Provisão efetuada em 2002, no montante de R\$178 milhões referente a possíveis perdas na recuperação dos valores da Recomposição Tarifária Extraordinária, considerando o prazo máximo de 82 meses para vigência do reajuste homologado pela ANEEL.

Receitas (Despesas) Financeiras

Os principais fatores que impactaram o resultado financeiro estão relacionados a seguir:

- ❑ Despesa com variações cambiais em 2002 de R\$803 milhões em comparação a R\$260 milhões no exercício de 2001, sendo incidente principalmente sobre os empréstimos e financiamentos do Grupo CEMIG em moeda estrangeira. No exercício de 2002 o Real apresentou uma desvalorização de 52,27% frente ao Dólar norte-americano em comparação a uma desvalorização de 18,67% no exercício de 2001.
- ❑ Apropriação de receita de variação monetária, calculada com base na variação da SELIC, incidente sobre os valores da Recomposição Tarifária Extraordinária, no montante de R\$199 milhões em 2002, comparada a R\$26 milhões em 2001. Conforme definido pela ANEEL, os valores constantes da recomposição tarifária referente aos gastos com energia livre a serem repassados aos geradores somente serão atualizados pela SELIC a partir de janeiro de 2003.
- ❑ Crescimento de R\$151 milhões na receita com aplicações financeiras em função da maior disponibilidade de caixa em 2002, implicando em um maior volume de recursos aplicados no mercado financeiro, e do rendimento das aplicações financeiras vinculadas à variação cambial.
- ❑ Apropriação de juros sobre capital próprio a serem pagos em 2003, no montante de R\$220 milhões (R\$103 milhões em 2001).
- ❑ Provisão para desvalorização ao valor de mercado das Notas do Tesouro Nacional, no montante de R\$61 milhões em comparação à provisão de R\$4 milhões no exercício anterior. Esse crescimento foi em função do maior deságio exigido pelo mercado financeiro na negociação de títulos de longo prazo.

Perda extraordinária

O Grupo CEMIG constituiu uma provisão para perdas com o contrato da CRC com o Governo do Estado de Minas Gerais no montante de R\$1.045 milhões. Essa provisão corresponde ao valor integral, em 31 de março de 2002, do Segundo Aditivo contratual assinado com o Governo do Estado de Minas Gerais no exercício de 2002. A provisão constituída decorre do histórico de inadimplência no recebimento das parcelas do contrato e da não existência, no aditivo mencionado, de garantias que assegurem o recebimento dos valores registrados.

Despesa não operacional líquida

Despesa não operacional líquida de R\$27 milhões em 2002 em comparação a R\$90 milhões em 2001, com uma variação negativa de 70%. Esse resultado decorre do maior volume de perdas no exercício de 2001 relacionadas a estudos e projetos de viabilidade econômica de novos empreendimentos e baixa em 2001 de parcela não rentável do investimento realizado pelo Grupo CEMIG na usina de Machado Mineiro, no montante de R\$33 milhões.

Imposto de Renda e Contribuição Social

No exercício de 2002 o Grupo CEMIG apurou despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$71 milhões, em relação ao prejuízo antes dos efeitos fiscais no valor de R\$1.163 milhões em comparação a despesas de R\$229 milhões no exercício de 2001, em relação ao lucro antes dos efeitos fiscais de R\$604 milhões.

CAPTAÇÃO DE RECURSOS

Em 2002, foram captados R\$193 milhões destinados à cobertura de parte do programa de investimentos da CEMIG. Desse valor, R\$74 milhões foram recursos provenientes da ELETROBRÁS para o financiamento de obras de eletrificação, R\$49 milhões originaram-se de operações na modalidade *'buyer credit'* e *'supplier credit'* para o financiamento de aquisições de equipamentos, R\$22 milhões foram oriundos de uma colocação privada de debêntures simples da CEMIG subscritas pelo Estado de Minas Gerais para investimento na UHE Irapé e R\$48 milhões foram recursos de auxílio de consumidores.

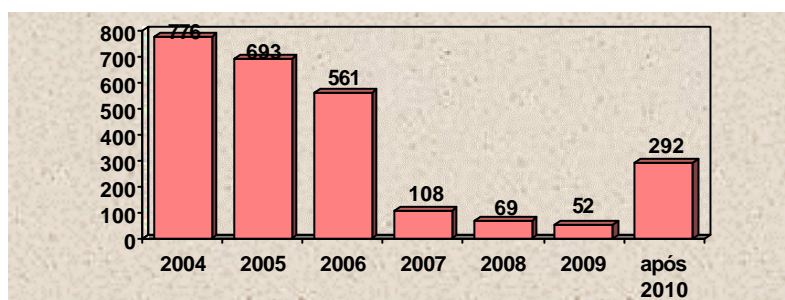
Para a execução em 2002, principalmente de obras de geração, foram utilizados R\$465 milhões dos recursos captados em 2001, através do lançamento de debêntures.

Foram captados, também, recursos externos no valor de R\$216 milhões, destinados ao refinanciamento de parte da dívida registrada junto ao Banco Central do Brasil.

Merece destaque neste ano a reaproximação da CEMIG com o BNDES. Na observância das regras de contingenciamento de crédito ao setor público, que limita sobremaneira as alternativas de financiamento do mercado financeiro local, o BNDES, que é a única fonte local de recursos de longo prazo, estava, desde 1989, sem conceder crédito à Empresa. Neste ano, entretanto, a CEMIG assinou dois contratos com o BNDES, totalizando R\$52 milhões, para o financiamento de equipamentos adquiridos em licitação internacional com cláusula de financiamento prevista no edital, uma das excepcionalidades da Resolução do Banco Central nº 2.827, que contingencia o crédito às empresas de capital público majoritário.

No final de 2002, a CEMIG possuía uma dívida consolidada de R\$3.385 milhões relativa a empréstimos, financiamentos e debêntures. O endividamento em moeda estrangeira representa 62,60% da dívida total, sendo que, deste montante, 94,14% é contratado em dólar norte-americano.

PERFIL DA DÍVIDA CONSOLIDADA DE LONGO PRAZO DA CEMIG
R\$ MILHÕES

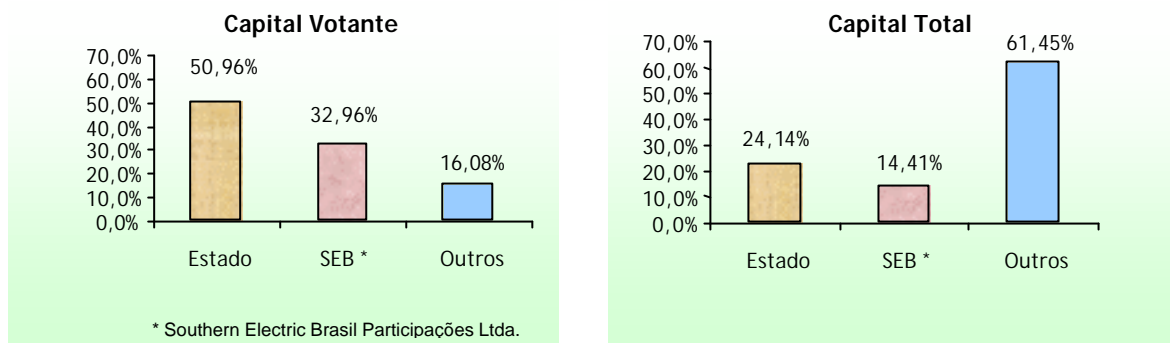


RELACIONES COM INVESTIDORES E GOVERNANÇ A CORPORATIVA

Composição acionária

O Capital Social da Companhia, em 31 de dezembro de 2002, é de R\$1.622 milhões. Em sua composição podemos verificar o Estado de Minas Gerais possuindo 24,14% do total das ações da CEMIG e o setor privado com 75,86%.

Os gráficos a seguir representam a composição do capital da Empresa:



Mercado de capitais

As ações e os *American Depositary Receipts - ADR* da CEMIG continuaram apresentando grande negociação ao longo de 2002. As ações preferenciais e ordinárias tiveram volume negociado de R\$3.224 milhões e R\$85 milhões, respectivamente. Esse volume representou 3,16% do volume negociado na Bolsa de Valores de São Paulo. Em 2002 as ações preferenciais tiveram desvalorização de 12,7% e as ações ordinárias desvalorização de 18,1%. No mesmo período, também o índice IBOVESPA, da Bolsa de Valores de São Paulo, teve uma queda de 17,1%. As oscilações entre as cotações mínimas e máximas das ações preferenciais e ordinárias foram de 23,11% e 26,10%, respectivamente, quando a cotação mínima do ano foi de R\$18,90 (ações preferenciais) e R\$17,51 (ações ordinárias) e a máxima de R\$39,70 (ações preferenciais) e R\$36,00 (ações ordinárias), com uma média anual de R\$29,54 (ações preferenciais) e R\$27,11 (ações ordinárias). Ao final do ano, a cotação de fechamento das ações foi R\$26,45 (ações preferenciais) e R\$23,50 (ações ordinárias).

O programa de ADR lastreado por ações preferenciais e negociado na Bolsa de Valores de Nova Iorque tinha, ao final de 2002, US\$150 milhões em ADR em circulação. Esses ADR representavam ao final de dezembro de 2002 22,59% das ações preferenciais e 23,39% das ações em circulação.

O comportamento das cotações de nossos ADR, assim como o de nossas ações preferenciais, acompanhou o desempenho da BOVESPA em 2002, tendo os ADR ainda sido influenciados pela desvalorização do real frente ao dólar norte-americano. O gráfico I apresentado a seguir, mostra a evolução das cotações dos ADR, do índice de ações da BOVESPA e do índice Dow Jones de ações da bolsa de valores de Nova Iorque. Já o gráfico II apresenta a evolução das cotações das ações preferenciais e ordinárias comparativamente ao índice da BOVESPA.

GRÁFICO I

ADR NÍVEL II, ÍNDICE DOW JONES E IBOVESPA - ANO DE 2002

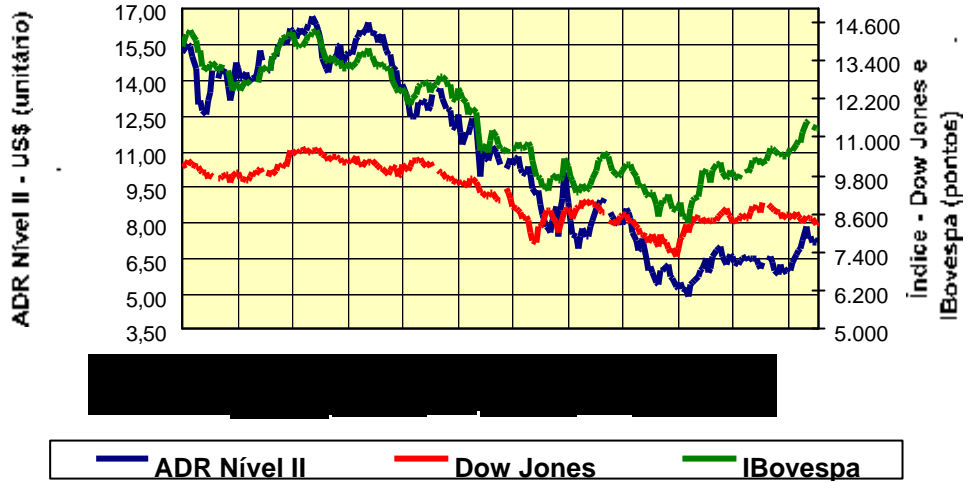
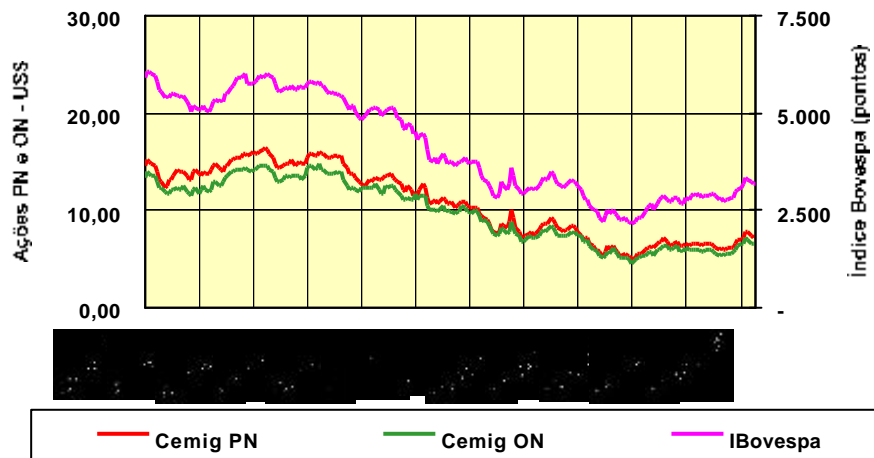


GRÁFICO II

**COTAÇÕES AJUSTADAS (LOTE DE MIL AÇÕES)
AÇÕES PREFERENCIAIS, ORDINÁRIAS E IBOVESPA - ANO DE 2002**



Relações com investidores

Buscando o aprimoramento do relacionamento com investidores e acionistas, a CEMIG vem aperfeiçoando diversas práticas. A página de relações com investidores na internet tem sido utilizada como o principal meio de divulgação de informações da Companhia, seja no Brasil ou no exterior. As demonstrações financeiras, e sua respectiva análise, bem como as informações corporativas e societárias são disponibilizadas na Internet em três idiomas: português, inglês e espanhol. Os acionistas, investidores e analistas podem se cadastrar na página de relações com investidores no site da Cemig, www.cemig.com.br, para receber aviso de divulgação de resultados, relatório anual ou o informe trimestral sobre os resultados intitulado Carta ao Acionista.

Foram realizados encontros em todas as regionais da Associação Brasileira dos Analistas do Mercado de Capitais – ABAMEC (“ABAMEC”), para a apresentação dos resultados trimestrais. Esses encontros têm sido de grande importância para a consolidação do relacionamento com os principais profissionais do mercado de capitais do Brasil. A CEMIG também esteve presente no Congresso Anual da ABAMEC realizado em abril de 2002 em Porto Alegre-RS, quando os profissionais da área de relações com investidores estiveram presentes em estande montado especialmente para o contato com analistas. Somados a esses encontros, a empresa esteve representada em vários seminários e conferências voltadas aos investidores brasileiros.

De 10 a 12 de junho de 2002 foi realizado o VII Encontro Anual com analistas de mercado. Pelo sétimo ano consecutivo os profissionais de mercado tiveram oportunidade de, em contato amplo e transparente, interagir com os profissionais das principais áreas e subsidiárias da empresa.

No cenário internacional destacamos, em julho de 2002, a listagem das ações da CEMIG na Latibex, segmento da Bolsa de Madri voltado para empresas latino-americanas em julho de 2002. A empresa esteve presente também em vários seminários, congressos e conferências internacionais voltadas aos investidores estrangeiros.

Governança corporativa

Em 2002 a CEMIG, dentro de sua atuação de vanguarda junto a seus acionistas e ao mercado investidor brasileiro e internacional, manteve seu compromisso de divulgar informações necessárias para uma correta avaliação de suas opções de investimentos. A política de governança corporativa da Companhia é a de aprimorar ainda mais o relacionamento com seus acionistas, investidores e analistas, buscando garantir o acesso ao mercado de capitais para financiar seus projetos de expansão, reduzindo o custo médio ponderado de capital e agregando valor aos investimentos realizados por seus acionistas. Além disso, seguindo as regulamentações em vigor todas as informações disponibilizadas ao mercado são previamente enviadas à Comissão de Valores Mobiliários - CVM para uma divulgação ampla e instantânea através de sua *home page* na Internet.

A confiança e credibilidade que os acionistas e investidores depositam na CEMIG é reflexo desta política de total transparência adotada pela empresa no seu relacionamento com o mercado de capitais.

Atualmente, destaca-se a aprovação pelo Conselho de Administração, em reunião extraordinária realizada em julho de 2002, da nova Política de Divulgação de Atos ou Fatos Relevantes, que descreve em seu “Manual de Divulgação e Uso de Informações e Política de Negociação de Valores Mobiliários de Emissão da CEMIG”, que os procedimentos e diretrizes relativas à manutenção e sigilo de informações da empresa. Esse manual, juntamente com o “Termo de Adesão” na forma da instrução CVM 358, de 3 de janeiro de 2002, foi enviado a todos os gerentes e empregados com funções consultivas da empresa.

Também é feito acompanhamento criterioso das negociações com valores mobiliários da CEMIG para o cumprimento da Política de Negociação das ações de emissão da companhia e pessoas a ela vinculadas, nos termos da Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002.

As informações da empresa e suas demonstrações financeiras prestadas através das informações trimestrais (ITRs) e anuais (IAN e DFP) ao mercado, têm sido aprimoradas sucessivamente, detalhando cada vez mais as informações prestadas aos seus acionistas e investidores. Além da comissão de valores dos Estados Unidos da América (*Securities and Exchange Commission - SEC*), as bolsas de valores de Nova Iorque e Madri recebem as mesmas informações prestadas localmente.

O calendário anual de todos os eventos corporativos programados, como assembleias de acionistas, publicações dos editais de convocações para as assembleias e dos fatos relevantes, apresentações aos analistas e investidores nas regionais da ABAMEC, a entrega das informações trimestrais e anuais é disponibilizada dentro dos prazos legais na CVM e na BOVESPA.

A CEMIG tinha em circulação, ao final de dezembro de 2002, 61% das ações de seu capital social, parcela muito superior ao mínimo exigido de 25% para a CEMIG como empresa que aderiu ao nível 1 de governança corporativa da Bolsa de Valores de São Paulo - BOVESPA. Outro aspecto exigido dessas empresas é a convocação das assembleias gerais de seus acionistas com, no mínimo, 15 dias de antecedência, prazo esse que a CEMIG tem cumprido em suas convocações.

Ao longo do ano de 2002 a Companhia realizou inúmeras reuniões públicas com analistas e investidores para divulgar informações quanto a sua respectiva situação econômico-financeira e operacional, projetos, perspectivas, estratégias, etc. Na manhã do dia da disponibilização de todos os resultados trimestrais foram realizados encontros com a imprensa, como principal meio de divulgação de informações a respeito de sua atividade e seus resultados à sociedade.

Em nosso Estatuto já estão previstas algumas práticas constantes de nossa Política de Governança Corporativa, como forma de assegurar seu cumprimento por administradores e empregados:

- ❑ Proibida a criação, a qualquer tempo, de títulos negociáveis, denominados Partes Beneficiárias;
- ❑ As ações ordinárias e preferenciais concorrem em igualdade de condições na distribuição de bonificações;
- ❑ O Conselho de Administração delibera, previamente à sua celebração, sobre os contratos entre a Companhia e qualquer de seus acionistas ou empresas que sejam controladoras destes, sejam por eles controladas ou estejam sob seu controle comum;
- ❑ Compete também ao Conselho de Administração deliberar, por proposta da Diretoria Executiva, sobre a alienação ou a constituição de ônus reais sobre bens do ativo permanente da Companhia, bem como a prestação por esta de garantias a terceiros, de valor individual igual ou superior a R\$5 milhões;
- ❑ Igualmente, e respeitado esse mesmo valor, é de competência do Conselho de Administração, em função também de proposta da Diretoria Executiva, decidir sobre empréstimos, financiamentos, atos ou outros negócios jurídicos a serem celebrados pela Companhia, excetuado os contratos de compra e venda de energia que ultrapassem esse valor, que poderão ser aprovados pela Diretoria Executiva, com sua apresentação formal ao Conselho de Administração na reunião seguinte a sua aprovação;
- ❑ O Conselho Fiscal da Companhia, que funciona de modo permanente, pode ser composto por um mínimo de três e máximo de cinco membros efetivos e respectivos suplentes. Esse conselho é eleito anualmente, quando da Assembleia Geral, podendo seus membros e suplentes serem reeleitos.

Política de dividendos

Também inscrita em nosso Estatuto, a política de dividendos mínimos estabelece que as ações preferenciais gozarão de preferência na hipótese de reembolso de ações e terão um dividendo mínimo anual igual ao maior dos valores: 10% (dez por cento) calculado sobre seu valor nominal ou 3% (três por cento) do valor do patrimônio líquido das ações. A distribuição de dividendos não será inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro, na forma da Lei de Sociedades por Ações.

O Conselho de Administração poderá declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros, a título de juros sobre capital próprio.

O pagamento desses dividendos ocorre dentro de, no máximo, 60 dias após a realização da Assembleia Geral que autoriza a sua distribuição, ou de acordo com a deliberação da Assembleia de acionistas. Os dividendos não reclamados no prazo de três anos, contados da data em que tenham sido postos à disposição do acionista, são revertidos em benefício da Companhia.

Nos exercícios em que a Companhia não obtiver lucros suficientes para pagar dividendos a seus acionistas, o Estado de Minas Gerais assegurará às ações do capital da Companhia, de propriedade de particular, um dividendo mínimo de 6,00% ao ano. Essa garantia está prevista no artigo 9º da Lei Estadual nº 828, de 14 de dezembro de 1951, e do artigo 1º da Lei Estadual nº 8.796, de 29 de abril de 1985.

Serviços de consultoria prestados pelos auditores independentes

Em cumprimento a Instrução CVM nº 381/2003, a Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG e empresas controladas, informam que, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2002, a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, prestou exclusivamente serviços de auditoria externa.

GESTÃO

Qualidade

A Qualidade torna-se cada vez mais presente na CEMIG. Em 2002 a Empresa deu continuidade às certificações de seus processos, provando que a qualidade tornou-se um objetivo permanente da Empresa, sendo efetivamente usada como ferramenta de gestão.

A consolidação de um ambiente mais competitivo exige que resultados para clientes e acionistas sejam equilibrados com os oferecidos para a sociedade, fornecedores e outros, aliados a um processo bem sedimentado de melhoria contínua.

Em 2002, a CEMIG recebeu mais três certificações em conformidade com a ISO 9001 – Sistema de Gestão da Qualidade. As recomendações foram feitas pela Det Norske Veritas – DNV, empresa norueguesa especializada em certificação de sistemas de gestão. Os novos processos certificados são:

- ❑ Centro de Operação do Sistema Elétrico da Distribuição – COD, que monitora e opera, em tempo real, a energia elétrica distribuída em todo o estado de Minas Gerais;
- ❑ Atendimento aos clientes nas agências, central de atendimento por telefone e através do site da CEMIG na internet, com o foco no cliente;
- ❑ Arrecadação e faturamento, obtendo-se uma melhor leitura dos medidores e o processo de faturamento mais dinâmico.

O Sistema de Gestão da Qualidade CEMIG já contabiliza 13 certificados em conformidade com a ISO 9001, como segue:

- ❑ Usina Hidrelétrica de São Simão, responsável por 30% da geração de energia da CEMIG;
- ❑ Centro de Operação do Sistema – COS;
- ❑ Laboratórios de solos, concreto e de calibração de equipamentos;
- ❑ Manutenção de equipamentos de geração, transmissão e distribuição;
- ❑ Planejamento, projeto, construção, operação e manutenção de redes subterrâneas;
- ❑ Engenharia de subestações e linhas de transmissão; e,
- ❑ Planejamento, projeto, construção, operação e manutenção de redes subterrâneas, obras de expansão e manutenção da distribuição, ligação de consumidores, iluminação pública e restabelecimento de energia elétrica na região metropolitana de Belo Horizonte.

Tecnologia

De forma a garantir a vanguarda da CEMIG com relação à utilização, adaptação e desenvolvimento de tecnologias mais avançadas e adequadas aos seus processos produtivos, tiveram continuidade as atividades envolvendo o desenvolvimento de parcerias com universidades e entidades de pesquisa, prospecção tecnológica e análise da evolução dos cenários tecnológicos. As principais parcerias tecnológicas estão descritas abaixo:

- ❑ Implantação do Núcleo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico em Pequenas Centrais Hidrelétricas - PCHs e Fontes Renováveis de Energia, para o desenvolvimento de pesquisas e estudos nessas áreas, utilizando as instalações no sítio hidrológico da PCH Luiz Dias, em convênio com a Universidade Federal de Itajubá;

- ❑ Convênio com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE nas áreas de meteorologia e pesquisas de descargas atmosféricas;
- ❑ Convênio com a indústria Nansen S.A. para o desenvolvimento de medidor fiscal de energia.

Consolidando-se como uma empresa dedicada à pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico, foram priorizados e selecionados os projetos que compõem os Programas Anuais de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico da CEMIG, submetidos à aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. Os recursos financeiros envolvidos em 2002 foram de R\$10 milhões.

A CEMIG recebeu o Prêmio Master de Ciência e Tecnologia - 2002, concedido pelo Instituto de Estudos e Pesquisa da Qualidade, que se destina às organizações que conquistaram credibilidade e bom desempenho no mercado através de suas atuações em processos de inovações tecnológicas e científicas.

Dentre as “Atividades de Normalização Técnica Estratégica”, mecanismo de suma importância para a consolidação das práticas tecnológicas, destacam-se aquelas desenvolvidas pelo Comitê de Normalização de Equipamentos e Materiais – CONEM, envolvendo a elaboração ou revisão em 2002 de 58 documentos técnicos (padrões e especificações) e versão de 12 documentos para o inglês.

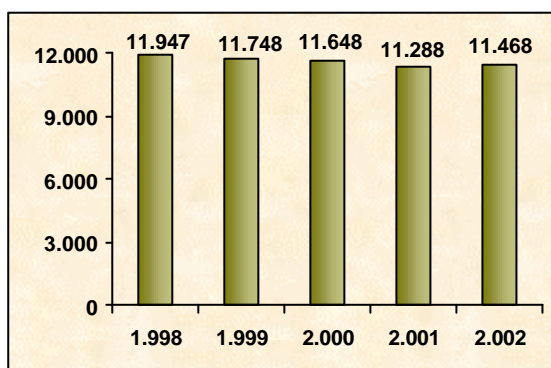
Geoprocessamento

O sistema de geoprocessamento da distribuição da CEMIG denominado GEMINI teve em 2002 a implantação da primeira versão do módulo de projeto, cujo objetivo é a elaboração automatizada de projetos elétricos de redes de distribuição urbanas agilizando as atividades no atendimento a novas localidades, modificação, extensão e reformas de rede.

RESPONSABILIDADE SOCIAL

Recursos Humanos

O número de empregados da Controladora em 31 de dezembro de 2002 era de 11.468 (incluídos 81 aprendizes), com um aumento de 180 empregados de 2001 para 2002. No período de 1998-2002 houve um decréscimo de 4,01% no número de empregados, conforme visualizado no gráfico:



Treinamento

A capacitação do corpo de empregados, em todos os níveis da organização, através da formação, aperfeiçoamento e especialização, é uma preocupação constante da CEMIG.

Em 2002, foram registradas 21.183 participações de empregados em cursos e seminários, que resultaram em 876.462 horas de treinamento (41,4 horas por participante).

A Escola de Formação e Aperfeiçoamento Profissional de Sete Lagoas, mantida pela CEMIG para treinamento de seu corpo técnico, disponibilizou 6.477 vagas em seus vários cursos, incluindo os 170 menores aprendizes.

Destacamos o lançamento do “Ensino CEMIG”, uma nova ferramenta de ensino a distância para a capacitação e o crescimento profissional, objetivando a oferta a todos os empregados da possibilidade de obtenção do certificado de conclusão do ensino médio. Em 2002 esse programa contou com a participação de 395 empregados.

Programa Trainee

A CEMIG, mantém o “Programa Trainee”, visando promover uma reposição em seu capital intelectual pelo provimento de mão-de-obra dotada de habilidades que, somadas ao *Know-how* já existente, permitiram o fortalecimento do diferencial da CEMIG em um mercado que se torna cada vez mais competitivo.

Em 2002, foi desenvolvido um programa de treinamento, que teve como objetivo proporcionar o desenvolvimento técnico-profissional desses novos potenciais, através da vivência empresarial diretamente supervisionada. Nesse Programa, o Trainee foi avaliado no que concerne à apresentação de habilidades e competências essenciais que venham somar e corresponder ao atendimento às necessidades e propostas empresariais alinhadas ao Plano Estratégico da Empresa.

Foram treinados 112 *Trainees* de nível técnico e universitário, sendo 12 já incorporados, de forma efetiva, ao quadro de empregados.

Cultura

A CEMIG há mais de 10 anos vem mantendo programas de apoio à cultura, entre os quais se destacam a manutenção de uma galeria de arte e programas de música e cinema itinerantes como "Estação CEMIG" e "CEMIG Cine Grátis".

No exercício de 2002 a CEMIG também patrocinou diversos projetos culturais, entre os quais podemos destacar: (i) apoio aos Museus de Minas: Museu de Artes e Ofícios, Museu Mineiro, Centro de Estudos Poeta Murilo Mendes e Museu de Historia Natural da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais; (ii) Patrocínio de grandes festivais como o Festival Internacional de Teatro, Festival de Dança do Triângulo, Festival Internacional de Curtas Metragens; (iii) patrocínio aos festivais de inverno das Universidades Federais de Minas Gerais e São João Del Rey e, (iv) apoio contínuo ao cinema nacional através do patrocínio a 11 longas metragens, como Lara, Deus é Brasileiro, Estrela Solitária, O Vestido e outros.

Meio Ambiente

O comprometimento com a qualidade ambiental é uma das condições básicas dos princípios que regem as atividades da CEMIG. Através de seus programas, busca imprimir em seus empregados e parceiros a conscientização para a questão ambiental. Essa forma de agir, prevista na política ambiental da CEMIG e presente em cada etapa dos trabalhos, valoriza os empregados, a Empresa e garante o desenvolvimento sustentável.

Pela terceira vez consecutiva, a CEMIG foi selecionada pelo Dow Jones Sustainability World Indexes (DJSI World), compondo o seletivo grupo de 310 empresas de todo o mundo incluídas na lista do Índice para 2003. O levantamento envolveu mais de 2.500 empresas de 59 ramos industriais em 23 países. As empresas selecionadas representam um valor de mercado total de mais de US\$ 4,6 trilhões. Além da inclusão no Dow Jones, a CEMIG também foi classificada como a terceira melhor empresa de energia elétrica do mundo, e está entre as quatro empresas brasileiras selecionadas pelo DJSI World - 2003, sendo a única do setor elétrico nacional. Em todo o mundo, apenas seis empresas de energia foram incluídas no índice.

Além do compromisso com a proteção do meio ambiente, a CEMIG investe em programas de conservação de energia e em pesquisas de novas fontes alternativas, tais como, energia solar e fotovoltaica, energia eólica e energia a partir do gás natural.

A CEMIG desenvolveu no ano de 2002 diversas ações voltadas a compatibilização de suas atividades com a proteção do meio ambiente, com investimentos superiores a R\$26 milhões em programas ambientais.

Dentro do Programa de Gestão de Materiais, a CEMIG concluiu sua operação de incineração de equipamentos contaminados com ascarel (óleo isolante para capacitores e transformadores), dentro de um programa que contemplou ao longo de vários anos mais de R\$5 milhões, e permitiu a eliminação desses equipamentos do sistema elétrico da Companhia.

Foi implantada, também, a campanha de coleta seletiva “Eu amo Reciclar” e todo papel, plástico e metais recolhidos no edifício-sede e no prédio anexo são repassados à Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Materiais Reaproveitáveis de Belo Horizonte - ASMARE. A campanha tem como objetivo: possibilitar a reciclagem de materiais que iriam para o lixo; diminuir a exploração de recursos naturais e a poluição do solo, água e ar; prolongar a vida útil dos aterros sanitários; reduzir o consumo de energia; diminuir o desperdício e o custo da produção com a utilização dos recicláveis para a indústria; criar oportunidade de fortalecer organizações comunitárias e desenvolver nos empregados o senso de cidadania e de responsabilidade social.

Para comemorar a Semana do Meio Ambiente foi escolhido como tema “O Futuro da Energia”, que teve como objetivo conscientizar a sociedade sobre a importância de se pensar em fontes alternativas de energia, principalmente, aquelas que causam pouco impacto ambiental. Este evento teve a participação de mais de três mil crianças que puderam ver uma exposição que apresentava a energia da água, do sol, dos ventos, da biomassa e as novas tecnologias, além de outras apresentações com visão detalhada sobre os aspectos de proteção ambiental e conscientização sobre a forma de valorização da energia humana e da harmonia nas relações pessoais.

No ano de 2002, foi dada a continuidade às pesquisas envolvendo o Centro de Estudos de Mecanismos de Transposição de Peixes, em parceria com o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade - FUNBIO e a Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, e o Projeto de Monitoramento do Lobo-Guará, desenvolvido em conjunto com a Fundação Zoobotânica de Belo Horizonte.

Foram concluídas as obras dos vertedouros das Usinas de Jaguará e de Itutinga, com o objetivo de eliminar a mortandade de peixes em decorrência das inúmeras reentrâncias da rocha local. Também foram concluídas as obras do Plano de Recuperação de Áreas Degradadas, em 220 hectares, da antiga área de empréstimo da Usina de Emborcação, situadas no município de Catalão – GO.

Para estudar o comportamento dos peixes foi constituído um grupo de trabalho, que através de testes, ensaios e acompanhamento na operação de grandes usinas, resultaram em mudanças operacionais e na inclusão da variável ambiental nas restrições operativas, tendo como principal objetivo evitar a morte de peixes.

Adicionalmente, para povoar ainda mais os reservatórios das usinas e rios de Minas Gerais com peixes, foram soltos mais de quatro milhões de alevinos. Além disso, dando continuidade ao projeto iniciado a 10 anos, foi monitorada a qualidade de água de 33 reservatórios, que totalizam 3.270 km² de espelho d'água.

A CEMIG obteve os certificados de registro no Instituto Estadual de Florestas – IEF e Instituto Mineiro de Agropecuária – IMA dos viveiros florestais de Volta Grande e Itutinga e dos Laboratórios de Sementes Florestais, o que representa um reconhecimento oficial da produção de sementes e de mudas florestais. O programa de reflorestamento ciliar teve prosseguimento em 2002. A CEMIG implantou áreas de reflorestamento em 138 hectares. Foram produzidas 454 mil mudas, utilizadas em reflorestamento e em arborização urbana, e coletados mais de 800 kg de sementes em diversos locais do Estado de Minas Gerais.

Dentro das diretrizes da CEMIG referentes às técnicas de poda de árvores urbanas, foram treinados e capacitados cerca de 300 profissionais da CEMIG, de Prefeituras e das empresas prestadoras de serviço.

A Campanha de Prevenção e Controle de Queimadas deste ano teve como tema “Natureza Perto. Queimada Longe”. O objetivo foi alertar a população para o problema das queimadas e pedir auxílio da sociedade na prevenção do fogo nas matas.

Foi dada continuidade aos trabalhos do Programa de Reintrodução de Fauna Silvestre – Profauna nas Estações Ambientais da CEMIG. Foram reintroduzidas 322 espécies e já se reproduziram, em ambiente natural, o Mutum-do-sudeste, Macuco, Pato-do-mato, Canário-da-terra, Cutia, Paca e o Veado-catingueiro. As estações ambientais de Peti, Galheiro, Igarapé e Itutinga receberam, do Ibama, os títulos de “Área de Soltura de Animais Silvestres”.

Dentro do Programa de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico da ANEEL, foram lançados três boletins técnicos. São eles: “Nascente: o Verdadeiro Tesouro da Propriedade Rural - O que fazer para conservar as nascentes nas propriedades rurais”, em parceria com a Universidade Federal de Lavras e o Centro de Excelência de Matas Ciliares; “Controle de Erosão em Margens de Reservatório, com ênfase em métodos de bioengenharia de solos”, elaborado com a Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG e o Núcleo de Geotecnia Ambiental, que apresenta as técnicas utilizadas na solução de erosões em margens de reservatórios; e, “Espaçamento de Plantio de Espécies de Rápido Crescimento”, elaborado com a Sociedade de Investigações Florestais – SIF, da Universidade Federal de Viçosa, destinado aos proprietários rurais e empresas de reflorestamento.

Lançada a Campanha de Proteção do Entorno dos Reservatórios, em todo o Estado de Minas Gerais com o objetivo de alertar a população sobre o crime que é cometido ao se construir em áreas de preservação permanente.

Filantropia e trabalho voluntário

Projeto ASIN – Ações Sociais Integradas

O Projeto ASIN foi criado a partir de 2000 para sistematizar e incentivar o trabalho voluntário dos empregados da CEMIG nas comunidades onde a empresa atua, capacitando-os, orientando-os, integrando-os e ampliando o alcance de suas iniciativas já existentes, propiciando e contribuindo para a melhoria da qualidade de vida das comunidades atendidas.

Este projeto enfoca o desenvolvimento social, visando a sustentabilidade, atuando nas áreas de educação, saúde, cultura e ação comunitária. O foco prioritário é a educação tendo-se em vista o seu poder transformador e a sua importância na construção de uma sociedade mais justa e mais bem preparada para o futuro.

Dois programas estruturam as iniciativas do ASIN:

- ❑ PIV: Programa de Incentivo ao Voluntariado, que busca capacitar voluntários para atuarem de forma profissional e sistematizada nos mais variados programas de atendimento comunitário.
- ❑ PEV: Programa Escola Viva, que estimula a participação dos empregados na melhoria do ambiente físico das escolas e da qualidade dos processos de ensino.

Em março de 2002 foi criado o Comitê de Responsabilidade Social Empresarial, que juntamente com o apoio operacional do projeto, coordenam, planejam, orientam a implementam a consolidação e a avaliação dos projetos e ações sociais, individuais e coletivas, criando uma rede de responsabilidade social. Este comitê veio fortalecer a atuação do ASIN que é parte integrante do Planejamento Estratégico da CEMIG.

A capacitação do voluntário ASIN CEMIG tem sido um fator diferencial, uma vez que o empregado, o aposentado e seus familiares, que constituem o público participante do ASIN, se profissionalizam para trabalharem nos projetos e ações sociais.

Atualmente, a CEMIG conta com aproximadamente 1.000 empregados voluntários, 100 instituições e 30 Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente cadastrados na *home page* do ASIN.

O Projeto ASIN vem beneficiando aproximadamente 25.000 pessoas entre crianças, adolescentes e idosos, com aproximadamente 1.000 ações sendo desenvolvidas em praticamente todo o Estado de Minas Gerais.

Os impactos efetivos ocorridos na qualidade de vida dos beneficiados pelo ASIN são:

- ❑ Redução do índice de analfabetismo de jovens e adultos na Região de Nanuque, Braúnas e na área central do Estado de Minas Gerais;
- ❑ Melhoria da qualidade de vida dos alunos do ensino fundamental, em várias regiões do Estado de Minas Gerais, através da realização de exames oftalmológicos, doação de óculos, palestras sobre a técnica dos “5S”, qualidade, cursos de informática, de música, de artes, montagem de bibliotecas, atividades esportivas e culturais, melhoria do ambiente físico das escolas municipais e estaduais, entre outras ações;

- ❑ Projetos sociais que levam inúmeras famílias do Estado de Minas a despertarem para a possibilidade de desenvolvimento social auto-sustentável;
- ❑ Realização de cursos profissionalizantes, proporcionando opções de atuação no mercado de trabalho;
- ❑ Doação de brinquedos, agasalhos e alimentos para instituições localizadas nas comunidades onde a CEMIG está inserida;
- ❑ Participação em campanhas que apóiam as crianças com câncer; e
- ❑ Resgate da cidadania de inúmeras crianças, adolescentes e idosos.

O Projeto tem sido apresentado em vários eventos de destaque como: I Seminário de Responsabilidade Social Empresarial, em Belo Horizonte, Fórum Social Regional em Juiz de Fora, Ciclo de palestras do Banco do Brasil, além de seminários e encontros internos, recebendo algumas premiações de destaque: Prêmio da Fundação Comitê de Gestão Empresarial - COGE 2002 – Ações de Responsabilidade Social; Prêmio da Boa Cidadania Corporativa – Guia da Revista Exame; e Selo de Empresa Cidadã, em Uberlândia.

Reconhecimentos – Prêmios Conquistados e Outros

- **IASC REGIÃO SUDESTE** A CEMIG, foi a vencedora do prêmio IASC (Índice ANEEL de Satisfação do Consumidor), com 71,13, média superior ao da região que foi de 64,39.
- **PRÊMIO ABERJE REGIONAL 2002** da Associação Brasileira de Comunicação Empresarial em três categorias: Boletim Externo, Internet e Publicação Especial. A premiação teve o propósito de destacar trabalhos na área de comunicação e promover um intercâmbio de experiências e reflexões que incentivem o desenvolvimento da Comunicação Social no âmbito das organizações. O Guia Ilustrado de Plantas do Cerrado ganhou como Publicação Especial. E um livro reeditado em novo formato e ilustrações, apresentando as principais espécies vegetais do Cerrado de Minas Gerais. Em 2001, o Guia do Cerrado foi contemplado com o Prêmio Minas Ambiente, concedido pela Associação Mineira de Defesa do Ambiente – AMDA e Unicentro Newton Paiva.
- **PRÊMIO GUIA EXAME DE BOA CIDADANIA CORPORATIVA** na categoria meio ambiente. Foram premiados: Projeto de Monitoramento, via satélite, do Lobo Guará; Programa de Reflorestamento Ciliar; Programa de Manejo de Estações Ambientais da CEMIG; Campanha de Prevenção de Queimadas; Programa de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico; Campanha de Produção de Sementes Florestais e Programa de Reintrodução da Fauna Silvestre - Profauna.
- **PRÊMIO MINAS ECOLOGIA 2002**, ganhadora na categoria fauna com o projeto “Monitoramento Via Satélite do Lobo-Guará”, concedido pela Associação Mineira de Defesa do Ambiente - AMDA e do Centro Universitário Newton Paiva. O Projeto Lobo-Guará foi idealizado e implantado pela CEMIG, em parceria com a Fundação Zoobotânica, e consiste no acompanhamento do comportamento de dois casais de lobos-guará, um dentro do Zoológico de Belo Horizonte e outro na Mata do Caraça, a 100 km da Capital. O lobo-guará, maior canídeo da América do Sul, está ameaçado de extinção devido à destruição do cerrado, seu habitat natural. O objetivo do projeto é colher subsídios para elaborar um plano de manejo, visando preservar essa espécie.
- **PRÊMIO SELO DE EMPRESA CIDADÃ**, instituído pela Câmara Municipal de Uberlândia e pela Câmara de Dirigentes Lojistas – CDL. O Projeto de Educação Ambiental nas Escolas “Terra da Gente” foi escolhido entre os projetos das empresas no município de Uberlândia.

Balanço Social da Controladora

1) Base de Cálculo	2002			2001		
	Valor (Mil Reais)			Valor (Mil Reais)		
Receita Líquida (RL)	4.881.966			4.712.884		
Resultado Operacional (RO)	543.164			909.083		
Folha de Pagamento Bruta (FPB)	561.361			526.417		
2) Indicadores Sociais Internos	Valor (Mil R\$)	%Sobre FPB	%Sobre RL	Valor (Mil R\$)	%Sobre FPB	%Sobre RL
Alimentação	26.769	4,77	0,53	28.337	5,38	0,60
Encargos sociais compulsórios	149.496	26,63	2,94	140.200	26,63	2,97
Previdência privada	145.473	25,91	2,86	201.056	38,19	4,27
Saúde	16.563	2,95	0,33	17.873	3,40	0,38
Segurança e medicina no trabalho	2.296	0,41	0,05	1.901	0,36	0,04
Educação	673	0,12	0,01	855	0,16	0,02
Cultura	63	0,01	-	123	0,02	-
Capacitação e desenvolvimento profissional	8.314	1,48	0,16	7.856	1,49	0,17
Creches ou auxílio-creche	1.323	0,24	0,03	1.419	0,27	0,03
Participação nos lucros ou resultados	38.184	6,63	0,73	47.386	9,00	1,01
Outros	12.627	2,25	0,25	10.442	1,98	0,22
Total - Indicadores Sociais Internos	401.781	71,40	7,89	457.448	86,88	9,71
3) Indicadores Sociais Externos	Valor (Mil R\$)	%Sobre RO	%Sobre RL	Valor (Mil R\$)	%Sobre RO	%Sobre RL
Cultura	4.228	0,63	0,08	4.057	0,45	0,09
Outros Doações/Subvenções/Projeto ASIN	14.210	2,10	0,28	11.731	1,29	0,25
Total das Contribuições para a Sociedade	18.438	2,73	0,36	15.788	1,74	0,34
Tributos (excluídos encargos sociais)	2.319.660	343,29	45,58	1.849.199	203,41	39,24
Total – Indicadores Sociais Externos	2.338.098	346,02	45,94	1.864.987	205,15	39,58
4) Indicadores Ambientais						
Relacionados com a operação da empresa	26.000	3,85	0,51	15.000	1,65	0,32
Total dos Investimentos em Meio Ambiente	26.000	3,85	0,51	15.000	1,65	0,32
5) Indicadores do Corpo Funcional						
Nº de empregados ao final do período	11.468			11.288		
Nº de admissões durante o período	474			150		
Nº de estagiários	509			722		
Escolaridade dos empregados						
- Superior e extensão universitária	2.672			2.648		
- 2º Grau	6.222			5.929		
- 1º Grau	2.029			2.134		
- Até 1º Grau incompleto	545			577		
Nº de empregados acima de 45 anos	2.488			2.075		
Nº de mulheres que trabalham na empresa	1.527			1.530		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	0,036			0,035		
Nº de negros que trabalham na empresa	3.531			3.431		
% de cargos de chefia ocupados por negros	1%			1%		

A CEMIG EM NÚMEROS

(dados consolidados, exceto se indicado de outra forma)

Descrições	2002	2001	D%
Atendimento			
Número de consumidores	5.591.492	5.412.075	3,32
Número de empregados	11.468	11.288	1,59
Número de consumidores por empregado	496	485	2,27
Número de localidades atendidas	5.415	5.415	-
Número de municípios atendidos	774	774	-
Mercado			
Área de concessão (km ²)	562.762	562.762	-
Geração própria (GWh)	21.608	18.957	13,98
Consumo residencial médio (KWh/ano)	1.378	1.462	(5,75)
Tarifas médias de fornecimento – incluindo ICMS (R\$/MWh)			
Residencial	281,60	246,16	14,40
Comercial	241,00	206,20	16,88
Industrial	100,05	86,23	16,02
Rural	148,00	130,96	13,01
DEC (horas)	13,01	11,37	14,42
FEC (número de interrupções)	7,34	6,85	7,15
Tempo médio de atendimento de reclamações de interrupção	4,66	3,82	21,99
Operacionais			
Número de Usinas em Operação	46	44	4,55
Número de Subestações	424	421	0,71
Linhas de Transmissão (km)	21.120	21.089	0,15
Linhas de distribuição (km)			
Urbana	55.718	54.738	1,79
Rural	274.811	268.024	2,53
Capacidade Instalada (MW)	5.704	5.675	0,51
Financeiros			
Receita operacional (R\$ milhões)	6.752	6.168	9,47
Receita operacional líquida (R\$ milhões)	5.119	4.831	5,50
Margem operacional líquida (%)	(16,73)	9,85	-
EBTIDA OU LAJIDA (R\$ milhões)	1.076	1.406	(23,47)
Lucro líquido (R\$ milhões)	(1.002)	478	-
Lucro líquido por lote de 1000 ações (Controladora)	(6,18)	3,01	-
Patrimônio líquido (R\$ milhões)	5.681	6.902	(17,69)
Valor patrimonial por lote de mil ações (Controladora)	35,03	43,41	(19,30)
Rentabilidade do patrimônio líquido (%)	(14,51)	6,11	-
Endividamento do patrimônio líquido (%)	142,65	91,25	56,33
Liquidez Corrente	0,61	0,95	(35,79)
Liquidez Geral	0,65	0,83	(21,69)

AGRADECIMENTOS

A Administração da CEMIG é grata ao Governador do Estado pela confiança e apoio constantemente manifestados durante o ano. Estende também os agradecimentos às demais autoridades Federais, Estaduais e Municipais, às comunidades servidas pela CEMIG, aos acionistas e demais investidores e, em especial, à dedicação de seu qualificado corpo de empregados.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002 E 2001

ATIVO

(Em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora	
	2002	2001	2002	2001
CIRCULANTE				
Disponibilidades	122.975	696.088	50.303	642.492
Consumidores e Revendedores	882.421	485.300	842.631	471.627
Consumidores – Recomposição Tarifária	257.577	258.855	257.577	258.855
Concessionários – Transporte de Energia	18.271	18.274	18.271	18.274
Revendedores – Transações no MAE	82.476	-	82.476	-
Tributos Compensáveis	21.322	89.317	15.576	85.566
Almoxarifado	20.663	11.599	13.086	11.524
Despesas Antecipadas – CVA	225.833	41.032	225.833	41.032
Recebíveis do Governo Federal – Perda de Receita com Consumidores de Baixa Renda	42.386	-	42.386	-
Outros Créditos	145.848	90.109	152.752	100.945
	<u>1.819.772</u>	<u>1.690.574</u>	<u>1.700.891</u>	<u>1.630.315</u>
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO				
Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais	754.960	1.492.105	754.960	1.492.105
Consumidores – Recomposição Tarifária	1.149.563	1.071.788	1.149.563	1.071.788
Despesas Antecipadas – CVA	195.208	106.080	195.208	106.080
Créditos Tributários	540.839	435.981	520.393	435.189
Títulos e Valores Mobiliários Disponíveis para Venda	53.138	70.107	53.138	70.107
Racionamento – Bônus e Custos de Adaptação	52.083	122.634	52.083	122.634
Revendedores – Transações no MAE	462.640	80.140	462.640	80.140
Tributos Compensáveis	81.583	56.285	68.432	48.300
Depósitos Vinculados a Litígios	66.317	16.145	66.225	16.145
Outros Créditos	106.248	74.661	105.944	61.131
	<u>3.462.579</u>	<u>3.525.926</u>	<u>3.428.586</u>	<u>3.503.619</u>
PERMANENTE				
Investimentos	608.657	356.272	1.155.472	671.271
Imobilizado	7.897.782	7.633.115	7.294.189	7.316.610
Diferido	25.096	9.584	1.045	1.962
	<u>8.531.535</u>	<u>7.998.971</u>	<u>8.450.706</u>	<u>7.989.843</u>
TOTAL DO ATIVO	<u>13.813.886</u>	<u>13.215.471</u>	<u>13.580.183</u>	<u>13.123.777</u>

As notas explicativas e os anexos são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002 E 2001

PASSIVO

(Em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora	
	2002	2001	2002	2001
CIRCULANTE				
Fornecedores	1.274.725	550.520	1.230.972	533.959
Tributos e Contribuição Social	150.757	213.378	144.504	209.318
Venda Antecipada de Energia Elétrica	-	42.596	-	42.596
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	834.203	332.317	801.598	317.342
Salários e Contribuições Sociais	108.515	96.861	107.295	96.419
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	211.106	216.894	210.827	216.697
Obrigações Pós-Emprego	180.992	151.870	180.992	151.870
Encargos Regulatórios	93.856	51.696	93.796	51.378
Outras Obrigações	106.492	120.018	90.782	119.760
	<u>2.960.646</u>	<u>1.776.150</u>	<u>2.860.766</u>	<u>1.739.339</u>
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO				
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	2.550.541	2.049.606	2.447.090	2.010.775
Obrigações Pós-Emprego	1.656.488	1.701.868	1.656.488	1.701.868
Fornecedores – Suprimento	334.295	372.939	334.295	372.939
Racionamento – Sobretaxa	-	25.541	-	25.541
Tributos e Contribuição Social	216.640	-	216.640	-
Provisões para Contingências	315.045	319.230	315.045	319.230
Outras Obrigações	70.313	52.764	68.976	52.029
	<u>5.143.322</u>	<u>4.521.948</u>	<u>5.038.534</u>	<u>4.482.382</u>
PARTICIPAÇÕES MINORITÁRIAS	<u>29.035</u>	<u>15.317</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Capital Social	1.621.538	1.589.995	1.621.538	1.589.995
Reservas de Capital	4.032.222	4.106.492	4.032.222	4.106.492
Reservas de Lucros	-	1.153.476	-	1.153.476
Lucros Acumulados	-	24.970	-	24.970
	<u>5.653.760</u>	<u>6.874.933</u>	<u>5.653.760</u>	<u>6.874.933</u>
Recursos Destinados a Aumento de Capital	27.123	27.123	27.123	27.123
	<u>5.680.883</u>	<u>6.902.056</u>	<u>5.680.883</u>	<u>6.902.056</u>
TOTAL DO PASSIVO	<u>13.813.886</u>	<u>13.215.471</u>	<u>13.580.183</u>	<u>13.123.777</u>

As notas explicativas e os anexos são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002 E 2001
(Em milhares de reais, exceto lucro líquido por lote de mil ações)

	Consolidado		Controladora	
	2002	2001	2002	2001
RECEITA OPERACIONAL:				
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica	5.991.216	4.731.389	5.951.757	4.697.185
Recomposição Tarifária Extraordinária	275.321	1.057.703	275.321	1.057.703
Outras Receitas Operacionais	485.423	378.540	270.288	261.492
	<u>6.751.960</u>	<u>6.167.632</u>	<u>6.497.366</u>	<u>6.016.380</u>
DEDUÇÕES À RECEITA OPERACIONAL	<u>(1.633.298)</u>	<u>(1.315.261)</u>	<u>(1.615.400)</u>	<u>(1.303.496)</u>
Receita Operacional Líquida	<u>5.118.662</u>	<u>4.852.371</u>	<u>4.881.966</u>	<u>4.712.884</u>
DESPESA OPERACIONAL:				
Pessoal	(550.969)	(552.626)	(540.506)	(547.439)
Pessoal – Administradores e Conselheiros	(2.265)	(1.740)	(2.240)	(1.707)
Participações dos Empregados	(38.226)	(47.386)	(38.184)	(47.386)
Materiais	(78.428)	(71.225)	(76.791)	(70.211)
Serviços de Terceiros	(264.563)	(218.903)	(256.926)	(213.849)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	(47.252)	(28.460)	(46.319)	(27.814)
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(1.732.678)	(1.514.252)	(1.732.678)	(1.514.252)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(297.537)	(250.499)	(297.537)	(250.499)
Depreciação e Amortização	(550.513)	(516.348)	(518.896)	(503.033)
Obrigações Pós-Emprego	(145.473)	(201.056)	(145.473)	(201.056)
Provisão para Perdas na Recuperação dos Valores da Recomposição Tarifária Extraordinária	(177.627)	-	(177.627)	-
Provisões Operacionais	(52.456)	(36.227)	(52.456)	(36.223)
Quota para a Conta de Consumo de Combustível – CCC	(344.902)	(248.800)	(344.902)	(248.800)
Gás Comprado para Revenda	(152.132)	(84.142)	-	-
Outras Despesas Líquidas	(158.178)	(190.809)	(146.451)	(188.908)
	<u>(4.593.199)</u>	<u>(3.962.473)</u>	<u>(4.376.986)</u>	<u>(3.851.177)</u>
Lucro Operacional antes do Resultado de Equivalência Patrimonial e Receitas (Despesas) Financeiras	<u>525.463</u>	<u>889.898</u>	<u>504.980</u>	<u>861.707</u>
RESULTADO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(4.693)</u>	<u>28.452</u>
RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS:				
Receitas Financeiras	867.203	494.607	854.836	487.085
Despesas Financeiras	(1.262.663)	(587.113)	(1.208.862)	(588.587)
	<u>(395.460)</u>	<u>(92.506)</u>	<u>(354.026)</u>	<u>(101.502)</u>
Juros sobre Capital Próprio	(220.000)	(103.000)	(220.000)	(103.000)
	<u>(615.460)</u>	<u>(195.506)</u>	<u>(574.026)</u>	<u>(204.502)</u>
Lucro (Prejuízo) Operacional	<u>(89.997)</u>	<u>694.392</u>	<u>(73.739)</u>	<u>685.657</u>
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	<u>(27.233)</u>	<u>(89.911)</u>	<u>(27.008)</u>	<u>(89.910)</u>
PERDA EXTRAORDINÁRIA	<u>(1.045.325)</u>	<u>-</u>	<u>(1.045.325)</u>	<u>-</u>
Lucro (Prejuízo) antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	<u>(1.162.555)</u>	<u>604.481</u>	<u>(1.146.072)</u>	<u>595.747</u>
Imposto de Renda	(63.572)	(151.722)	(68.923)	(145.688)
Contribuição Social	(7.338)	(77.294)	(6.838)	(75.130)
Lucro (Prejuízo) antes da Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	<u>(1.233.465)</u>	<u>375.465</u>	<u>(1.221.833)</u>	<u>374.929</u>
Reversão dos Juros Sobre Capital Próprio	220.000	103.000	220.000	103.000
PARTICIPAÇÕES MINORITÁRIAS	<u>11.632</u>	<u>(536)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	<u>(1.001.833)</u>	<u>477.929</u>	<u>(1.001.833)</u>	<u>477.929</u>
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO POR LOTE DE MIL AÇÕES – R\$			<u>(6,18)</u>	<u>3,01</u>

As notas explicativas e os anexos são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002 E 2001**

(Em milhares de reais, exceto dividendos por lote de mil ações)

	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros	Lucros Acumulados	Recursos Destinados a Aumento de Capital	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2000	1.589.995	4.114.742	2.060.703	24.970	27.123	7.817.533
Doação e Subvenções para Investimentos (FINOR)	-	3.608	-	-	-	3.608
Reversão de Juros sobre Obras em Andamento	-	(11.858)	-	-	-	(11.858)
Ajuste de Exercícios Anteriores – Obrigações Pós-Emprego	-	-	(1.172.327)	-	-	(1.172.327)
Reversão de Dividendos	-	-	1.821	-	-	1.821
Realização da Reserva de Lucros a Realizar	-	-	(170.173)	170.173	-	-
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	477.929	-	477.929
Destinação do Lucro Proposta à AGO -						
Juros sobre Capital Próprio (R\$0,65 por lote de mil ações)	-	-	-	(103.000)	-	(103.000)
Dividendos Complementares (R\$0,70 por lote de mil ações)	-	-	-	(111.650)	-	(111.650)
Retenção de Lucros	-	-	433.452	(433.452)	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2001	<u>1.589.995</u>	<u>4.106.492</u>	<u>1.153.476</u>	<u>24.970</u>	<u>27.123</u>	<u>6.902.056</u>
Aumento de Capital AGO 30.04.2002	31.543	(31.543)	-	-	-	-
Reversão de Dividendos	-	-	660	-	-	660
Prejuízo do Exercício	-	-	-	(1.001.833)	-	(1.001.833)
Juros sobre Capital Próprio (R\$1,36 por lote de mil ações)	-	-	-	(220.000)	-	(220.000)
Absorção de Prejuízo	-	(42.727)	(1.154.136)	1.196.863	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002	<u><u>1.621.538</u></u>	<u><u>4.032.222</u></u>	<u><u>-</u></u>	<u><u>-</u></u>	<u><u>27.123</u></u>	<u><u>5.680.883</u></u>

As notas explicativas e os anexos são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002 E 2001**

(Em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora	
	2002	2001	2002	2001
ORIGENS DOS RECURSOS				
Das Operações-				
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	(1.001.833)	477.929	(1.001.833)	477.929
Despesas (Receitas) que não afetam o Capital Circulante-				
Receita com Recomposição Tarifária				
Extraordinária - Longo Prazo	(275.321)	(798.848)	(275.321)	(798.848)
Despesa com Compra de Energia Livre –				
Fornecedores – Suprimento Longo Prazo	45.330	372.939	45.330	372.939
Revendedores – Transações no MAE Longo Prazo	(464.977)	(80.140)	(464.977)	(80.140)
Depreciação e Amortização	550.513	516.348	518.896	503.033
Baixas de Imobilizado Líquidas	26.278	100.536	26.224	100.536
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	-	4.693	(28.452)
Obrigações Pós-Emprego	145.473	201.056	145.473	201.056
Juros e Variações Monetárias de Longo Prazo	215.721	(136.537)	169.923	(148.327)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	(104.111)	63.311	(85.204)	64.049
Provisão para Perdas na Recuperação dos Valores da Recomposição Tarifária				
Extraordinária	177.627	-	177.627	-
Provisão para Perdas com o Contas a receber do Governo do Estado de Minas Gerais	1.045.325	-	1.045.325	-
Outras Provisões Operacionais de Longo Prazo	56.783	23.174	56.783	23.174
Outros	(12.688)	35.505	-	34.969
	<u>404.120</u>	<u>775.273</u>	<u>362.939</u>	<u>721.918</u>
De Terceiros e Acionistas -				
Aumento de Capital efetuado por Acionistas				
Minoritários em Controladas	11.526	-	-	-
Financiamentos Obtidos	518.288	1.154.800	494.171	1.149.900
Reversão de Dividendos	660	1.821	660	1.821
Ressarcimento pela ANEEL dos Bônus Pagos aos Consumidores	132.596	-	132.596	-
Obrigações Especiais	157.091	173.589	157.091	173.589
	<u>820.161</u>	<u>1.330.210</u>	<u>784.518</u>	<u>1.325.310</u>
Outras Origens-				
Obrigações Fiscais transferidas para o Longo Prazo	216.640	-	216.640	-
Transferência do Realizável a Longo Prazo para o Circulante-				
Despesas Antecipadas - CVA	224.517	-	224.517	-
Recomposição Tarifária Extraordinária	216.890	-	216.890	-
Transações no MAE	82.476	-	82.476	-
Obrigações Pós-Emprego – Efeitos Fiscais	-	210.010	-	210.010
Outros	9.099	25.628	32.721	26.456
	<u>749.622</u>	<u>235.638</u>	<u>773.244</u>	<u>236.466</u>
TOTAL DAS ORIGENS	<u><u>1.973.903</u></u>	<u><u>2.341.121</u></u>	<u><u>1.920.701</u></u>	<u><u>2.283.694</u></u>

	Consolidado		Controladora	
	2002	2001	2002	2001
APLICAÇÕES DOS RECURSOS				
Aumento no Realizável a Longo Prazo	57.537	48.925	63.083	31.960
Recomposição Tarifária Extraordinária	-	272.940	-	272.940
Despesa Antecipada – CVA	304.765	106.080	304.765	106.080
Em Investimentos	322.542	164.875	509.570	210.027
No Imobilizado	853.409	510.906	673.971	443.307
No Diferido	16.571	503	-	-
Depósitos Vinculados a Litígios	50.080	-	50.080	-
Juros sobre Capital Próprios e Dividendos	220.000	214.650	220.000	214.650
Efeito decorrente da consolidação integral da Infovias	9.213	-	-	-
Racionamento – Bônus Concedidos aos Consumidores e Custos de Adaptação Incorridos em Excesso à Sobretaxa	87.586	97.093	87.586	97.093
Transferência do Exigível a Longo Prazo para o Circulante-				
Venda Antecipada de Energia Elétrica	-	32.341	-	32.341
Empréstimos e Financiamentos	832.671	344.371	787.670	337.311
Fornecedores - Suprimento	83.974	-	83.974	-
Obrigações Pós-Emprego	190.853	306.533	190.853	306.533
TOTAL DAS APLICAÇÕES	3.029.201	2.099.217	2.971.552	2.052.242
REDUÇÃO (AUMENTO) DA INSUFICIÊNCIA DE CAPITAL CIRCULANTE	(1.055.298)	241.904	(1.050.851)	231.452
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DA INSUFICIÊNCIA DE CAPITAL CIRCULANTE				
No fim do exercício				
Ativo Circulante	1.819.772	1.690.574	1.700.891	1.630.315
Passivo Circulante	(2.960.646)	(1.776.150)	(2.860.766)	(1.739.339)
	(1.140.874)	(85.576)	(1.159.875)	(109.024)
No início do exercício-	(85.576)	(327.480)	(109.024)	(340.476)
REDUÇÃO (AUMENTO) DA INSUFICIÊNCIA DE CAPITAL CIRCULANTE	(1.055.298)	241.904	(1.050.851)	231.452

As notas explicativas e os anexos são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002 E 2001

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1) – CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG ou “Controladora”, sociedade de capital aberto, certificado GEMEC/RCA-200-75/109, CNPJ nº 17.155.730/0001-64, é concessionária do serviço público de energia elétrica e seu acionista controlador é o Estado de Minas Gerais. Seus principais objetivos sociais são a construção e operação de sistemas de produção, transformação, transmissão, distribuição e comércio de energia elétrica, bem como o desenvolvimento de atividades nos diferentes campos da energia, com vistas à respectiva exploração econômica.

A CEMIG tem como área de concessão 562.762 km², aproximadamente 97% do território de Minas Gerais, atendendo aproximadamente 5.591 mil consumidores (em 2001 – 5.412 mil). O grupo CEMIG possui 46 usinas, sendo 42 hidrelétricas, 3 térmicas e 1 eólica e capacidade instalada de 5.704 MW (em 2001 - 5.675 MW).

A CEMIG possui participação societária nas seguintes empresas:

- Sá Carvalho S.A. (participação de 100,00%) – seus principais objetivos sociais são: produção e comercialização de energia elétrica, como concessionária do serviço público de energia elétrica, através da usina hidrelétrica de Sá Carvalho;
- Usina Térmica Ipatinga S.A. (participação de 100,00%) – seus principais objetivos sociais são: produção e comercialização, em regime de produção independente, de energia termelétrica e vapor, através da usina térmica de Ipatinga, localizada nas instalações da Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. – USIMINAS;
- Companhia de Gás de Minas Gerais – GASMIG (“GASMIG”) (participação de 95,17%) – seus principais objetivos sociais são: exploração, produção, aquisição, armazenamento, transporte e distribuição de gás combustível ou de subprodutos e derivados, mediante concessão para distribuição de gás no Estado de Minas Gerais, outorgada pelo Governo do Estado de Minas Gerais;
- Empresa de Infovias S.A. (“Infovias”) (participação de 99,92%) – seus principais objetivos sociais são: prestação e exploração de serviço especializado na área de telecomunicações, por meio de sistema integrado constituído de cabos de fibra ótica, cabos coaxiais, equipamentos eletrônicos e associados (rede de multiserviços). A Infovias detém uma participação de 64,91% no capital da Way TV Belo Horizonte S.A., que atua na exploração de serviços de televisão a cabo e Internet em determinadas cidades do Estado de Minas Gerais.

Adicionalmente, a CEMIG possui participação de 100,00% nas empresas relacionadas abaixo, ainda em fase pré-operacional:

Horizontes Energia S.A. – seus principais objetivos sociais são: produção e comercialização de energia elétrica, em regime de produção independente, através das usinas hidrelétricas de Machado Mineiro e Salto do Paraopeba, localizadas no Estado de Minas Gerais e Salto do Voltão e Salto do Passo Velho, localizadas no Estado de Santa Catarina.

Cemig PCH S.A., Cemig Capim Branco Energia S.A. e UTE Barreiro S.A. – Estas empresas têm por objetivos sociais a produção e comercialização de energia elétrica em regime de produção independente.

Efficientia S.A. – Seus principais objetivos sociais serão a prestação de serviços de eficiência, otimização e soluções energéticas através de estudos e execução de projetos, além de prestar serviços de operação e manutenção em instalações de suprimento de energia.

A CEMIG conta atualmente com um quadro de 11.468 empregados (11.288 em 2001), sendo em dezembro de 2002 a menor remuneração de R\$698,27 e a maior de R\$15.086,41.

2) – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1) Apresentação das Demonstrações Financeiras

Foram elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, compreendendo: a Lei das Sociedades por Ações; Lei n.º 9.249, de 26 de dezembro de 1995 (que eliminou a adoção de qualquer sistema de correção monetária de balanço para fins societários, a partir de 1º de janeiro de 1996); normas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM; e normas da legislação específica aplicáveis às concessionárias de energia elétrica, emanadas da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Adicionalmente às demonstrações financeiras, a CEMIG está apresentando, nos Anexos I, II e III, as demonstrações do fluxo de caixa, do valor adicionado e do resultado segregado por atividade, respectivamente.

As controladas seguem práticas contábeis compatíveis com as da CEMIG.

2.2) Principais Práticas Contábeis

(a) Práticas Contábeis Específicas do Setor Elétrico-

Juros sobre Obras em Andamento - É a remuneração à Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, sobre o capital próprio utilizado para construção de bens e instalações, registrada no Imobilizado, em contrapartida ao Patrimônio Líquido, durante o período de execução da obra. A partir do exercício de 1999, a CEMIG decidiu não remunerar as imobilizações constituídas com capital próprio.

Despesas de Administração - São atribuídas mensalmente às ordens de imobilização em curso, mediante rateio limitado a 10% dos gastos diretos de pessoal e serviços de terceiros nas referidas ordens.

Atividades da Controladora não vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica - Referem-se basicamente aos consórcios para produção e comercialização de energia elétrica, em regime de produção independente, estando registrada a quota-parte da CEMIG no Grupo de Investimentos, conforme Nota Explicativa nº 16. Os saldos de ativo, passivo, receitas e despesas referentes às operações mencionadas são controlados mensalmente através de registros e demonstrações financeiras específicas elaboradas pelos Consórcios, em atendimento a determinação do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, emitido pela ANEEL.

(b) Práticas Contábeis Gerais-

Disponibilidades - Estão demonstradas ao custo. Os rendimentos auferidos até a data do balanço estão classificados como Outros Créditos no Ativo Circulante, a valores não superiores aos de realização.

Consumidores e Revendedores - O fornecimento de energia elétrica não faturado na data do balanço é contabilizado em regime de competência.

Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - É constituída em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas com consumidores e revendedores. Os critérios para constituição da provisão, conforme definido pela ANEEL, são como segue: (i) para os consumidores com débitos relevantes, é efetuada uma análise individual do saldo, sendo considerado o histórico de inadimplência, negociações em andamento e existência de garantias reais, (ii) para os demais consumidores, são provisionados os débitos vencidos há mais de 90 dias para consumidores residenciais, mais de 180 dias para consumidores comerciais e mais de 360 dias para as demais classes de consumidores.

Almoxarifado - É avaliado ao custo médio de aquisição, sendo que os materiais em estoque são classificados no Ativo Circulante e os materiais destinados a obras são classificados no Ativo Permanente, não sendo depreciados.

Despesas Antecipadas – CVA - A partir de 26 de outubro de 2001 as diferenças entre os somatórios dos custos não controláveis (também denominados “Parcela A”) utilizados como referência no cálculo do reajuste tarifário e os desembolsos efetivamente realizados estão sendo compensadas nos reajustes tarifários subseqüentes, sendo registradas no Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo como despesas antecipadas. Após o reajuste tarifário devido, as despesas são transferidas mensalmente para o resultado através de amortização linear.

Investimentos - As participações em sociedades controladas são avaliadas pelo Método de Equivalência Patrimonial, sendo as demais participações societárias permanentes avaliadas pelo custo de aquisição. Os demais Investimentos são avaliados pelo custo de aquisição ou formação, reduzidos de provisão para perdas, quando aplicável.

Imobilizado - Os bens do Ativo Imobilizado são avaliados pelo custo incorrido na data de sua aquisição ou formação e aqueles adquiridos ou formados até 31 de dezembro de 1995 foram corrigidos monetariamente até aquela data. Os juros, demais encargos financeiros e efeitos inflacionários incorridos relativos a financiamentos obtidos de terceiros, vinculados às Obras em Andamento, são apropriados às Imobilizações em Curso, durante o período de construção.

Depreciação e Amortização - São calculadas sobre o saldo das Imobilizações em Serviço, pelo método linear, mediante aplicação das taxas determinadas pela ANEEL, as quais refletem a vida útil estimada dos bens.

Obrigações Especiais - São avaliadas pelo custo incorrido na data de sua aquisição ou formação e aquelas adquiridas ou formadas até 31 de dezembro de 1995 foram corrigidas monetariamente até aquela data. As obrigações especiais não são depreciadas ou amortizadas.

Demais Ativos e Passivos - Os sujeitos à variação monetária por força de legislação ou cláusulas contratuais estão corrigidos com base nos índices previstos nos respectivos dispositivos, de forma a refletir os valores atualizados na data do balanço. Os demais são apresentados pelos valores incorridos na data de formação, sendo os ativos reduzidos de provisão para perdas, quando aplicável.

Obrigações Pós-Emprego - Até 31 de dezembro de 2000, os custos relacionados à suplementação de aposentadoria e os outros benefícios pós-emprego eram reconhecidos na data do efetivo pagamento. Em 1º de janeiro de 2001, em atendimento a Deliberação CVM n.º 371/00, foram reconhecidas as obrigações relacionadas à suplementação de aposentadoria e outros benefícios pós-emprego, registradas com base em cálculos atuariais, utilizando o Método da Unidade de Crédito Projetada para determinação do valor presente das obrigações. Os efeitos dessa mudança de prática contábil foram contabilizados como Ajuste de Exercícios Anteriores no Patrimônio Líquido, naquela data.

Imposto de Renda e Contribuição Social - São provisionados ou constituídos créditos sobre prejuízos fiscais e adições temporárias, sendo seu efeito lançado no resultado do exercício.

Resultado - É apurado pelo regime contábil de competência de exercício.

Lucro Líquido por Lote de Mil Ações - É calculado com base no número de ações, excluídas as Ações em Tesouraria na data do balanço.

Uso de estimativas - A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da CEMIG se baseie em estimativas para o registro de certas transações, que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas da CEMIG e Controladas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subseqüentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes do Programa de Racionamento, do Acordo Geral do Setor Elétrico, Mercado Atacadista de Energia – MAE, Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, Despesas Antecipadas – CVA, Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais, Créditos Tributários, Obrigações Pós-Emprego e Provisões para Contingências e Fornecimento não Faturado de Energia Elétrica.

3) – PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas em conformidade com as normas e procedimentos estabelecidos pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e incluem as demonstrações financeiras das empresas investidas mencionadas na Nota Explicativa nº 1.

Na consolidação foram eliminadas as participações da Controladora nos patrimônios líquidos das empresas investidas, bem como os saldos relevantes de ativos, passivos, receitas e despesas, decorrentes de transações efetuadas entre as empresas.

As demonstrações financeiras da Infovias, em 31 de dezembro de 2001, foram consolidadas com base no método de consolidação proporcional, aplicável sobre cada componente das demonstrações financeiras da investida, em função do controle exercido em conjunto com a AES Força Empreendimentos Ltda. (“AES”). As demonstrações financeiras da Infovias em 31 de dezembro de 2002 tiveram os saldos integralmente consolidados, considerando que a CEMIG adquiriu o controle integral em 2002. Maiores informações na Nota Explicativa nº 16.

A parcela relativa às participações dos minoritários no patrimônio líquido de controladas é apresentada de forma destacada no passivo.

4) – DAS CONCESSÕES

A CEMIG e suas controladas detêm junto à ANEEL, as seguintes concessões:

	Localização	Informações não auditadas	Data da Concessão	Data de Vencimento
		Capacidade Instalada (MW)		
GERAÇÃO				
Usinas Hidrelétricas -				
São Simão	Rio Paranaíba	1.710,000	01/1965	01/2015
Emborcação	Rio Paranaíba	1.192,000	07/1975	07/2005
Nova Ponte	Rio Araguari	510,000	07/1975	07/2005
Jaguara	Rio Grande	424,000	08/1963	08/2013
Miranda	Rio Araguari	408,000	12/1986	12/2016
Três Marias	Rio São Francisco	396,000	04/1958	07/2015
Volta Grande	Rio Grande	380,000	02/1967	02/2017
Salto Grande	Rio Santo Antônio	102,000	10/1963	07/2015
Itutinga	Rio Grande	52,000	01/1953	07/2015
Camargos	Rio Grande	46,000	08/1958	07/2015
Porto Estrela	Rio Santo Antônio	37,334	07/1997	07/2032
Igarapava	Rio Grande	30,450	05/1995	05/2025
Funil	Rio Grande	29,400	10/1964	12/2035
Piau	Rio Piau / Pinho	18,012	10/1964	07/2015
Gafanhoto	Rio Pará	14,000	09/1953	07/2015
Outras	Diversos	104,530	Diversas	Diversas
		5.453,726		

	Localização	Informações não auditadas	Data da Concessão	Data de Vencimento
		Capacidade Instalada (MW)		
Usina Eólica -				
Morro do Camelinho	Gouveia - MG	1,000	03/1999	-
Usinas Termelétricas -				
Igarapé	Juatuba - MG	131,000	08/1974	08/2004
Formoso	Formoso - MG	0,440	04/1999	-
		<u>132,440</u>		
Total Geração CEMIG		5.586,166		
Controladas -				
Usina Hidrelétrica de Sá Carvalho	Rio Piracicaba	78,000	12/1994	12/2024
Usina Termelétrica de Ipatinga	Ipatinga - MG	40,000	11/2000	12/2014
		<u>118,000</u>		
Total Geração Consolidado		5.704,166		
Projetos em Andamento – Usinas Hidrelétricas -				
Irapé	Rio Jequitinhonha	360,000	02/2000	02/2035
Aimorés	Rio Doce	163,350	12/2000	12/2035
Queimado	Rio Preto	86,625	12/1997	12/2032
Pai Joaquim	Rio Araguari	23,000	06/1998	06/2033
Capim Branco	Rio Araguari	94,725	08/2001	08/2036
		<u><u>727,700</u></u>		
DISTRIBUIÇÃO				
Norte			04/1997	02/2016
Sul			04/1997	02/2016
Leste			04/1997	02/2016
Oeste			04/1997	02/2016
TRANSMISSÃO				
Rede Básica			07/1997	07/2015
Sub-Estação – SE Itajubá - 3			10/2000	10/2030

A capacidade instalada das usinas de Igarapava e Porto Estrela, demonstrada anteriormente, refere-se à participação da CEMIG de 14,50% e 33,33%, respectivamente, na energia gerada pelos empreendimentos realizados em parceria com a iniciativa privada.

Os projetos em andamento referentes às usinas de Aimorés, Queimado e Capim Branco estão sendo realizados em parceria com a iniciativa privada, sendo a participação da CEMIG de 49,00%, 82,50% e 21,05% respectivamente. A capacidade instalada demonstrada refere-se a participação da CEMIG na energia a ser gerada pelos empreendimentos.

5) – PROGRAMA EMERGENCIAL DE REDUÇÃO DO CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA

O Governo Federal, através da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica (“GCE”), divulgou em 18 de maio de 2001 o Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica (“Programa de Racionamento”), para vigorar a partir de 1º de junho de 2001, devido ao baixo nível dos reservatórios das usinas hidrelétricas das regiões Sudeste e Nordeste do Brasil. O Programa de Racionamento, durante o exercício de 2001, teve como meta a redução de 20% no consumo de energia elétrica para consumidores de baixa tensão e uma redução de 15% a 25% no consumo para consumidores de média e alta tensão, em relação ao consumo médio ocorrido no período de maio a julho de 2000.

(a) Bônus e Sobretaxa

O Governo Federal, através da GCE definiu metas de consumo de energia elétrica para todos os consumidores das regiões sob o efeito do Programa de Racionamento que vigorou no período de junho de 2001 a fevereiro de 2002. Foram concedidos bônus financeiros aos consumidores residenciais com consumo inferior à meta individual estipulada e, em contrapartida, estabelecidas, para todos os consumidores de energia elétrica, sobretaxas nas tarifas vigentes referente à parcela do consumo que excedesse às metas fixadas pela GCE.

A ANEEL estabeleceu controles e contas específicas para o registro das operações decorrentes do Programa de Racionamento envolvendo bônus, sobretaxa e custos de operacionalização respectivos, sendo os saldos demonstrados a seguir:

	Consolidado e Controladora	
	2002	2001
Ativo Realizável a Longo Prazo		
- Bônus concedidos aos consumidores que tiveram consumo inferior à meta estabelecida pela Câmara de Gestão da Crise de Energia.	24.229	107.994
- Custos de adaptação excedentes aos 2,00% sobre a sobretaxa cobrada, previstos para implementação do Programa de Racionamento.	27.854	14.640
	<u>52.083</u>	<u>122.634</u>
Exigível a Longo Prazo		
- Sobretaxa nas tarifas em conta de consumidores que excederam à meta de consumo estabelecida pela Câmara de Gestão da Crise de Energia.	-	(25.541)
Desembolso Líquido		
- Valor líquido dos bônus concedidos aos consumidores e custos incorridos pela CEMIG, em excesso à sobretaxa nas tarifas.	<u>52.083</u>	<u>97.093</u>

O Governo Federal, através do Ministério de Minas e Energia, repassou à CEMIG em 2002, após fiscalização pela ANEEL, o montante de R\$132.596, referente a parte dos bônus concedidos aos consumidores em excesso à sobretaxa nas tarifas, durante a vigência do Programa de Racionamento.

Em função de liminar judicial em vigor durante determinado período do Programa de Racionamento, a Companhia foi impedida de cobrar parte da sobretaxa devida pelos consumidores, no montante total de R\$24.229. Em função deste impedimento, a ANEEL não efetuou o pagamento de parcela dos bônus à CEMIG em montante igual à sobretaxa não faturada. Esta questão encontra-se em discussão junto à ANEEL, sendo que a Administração da CEMIG não espera perdas na realização destes valores.

Conforme Resolução ANEEL nº 600, de 31 de outubro de 2002, os custos de adaptação excedentes aos 2,00% da sobretaxa serão compensados, após homologação, na tarifa de energia elétrica a vigorar a partir de 08 de abril de 2003.

(b) Extinção do Programa de Racionamento

Com a recuperação do nível dos reservatórios das usinas hidrelétricas, a GCE, através da Resolução nº 104, de 24 de janeiro de 2002, decidiu que, a partir de fevereiro de 2002, fosse restabelecido integralmente o fornecimento da energia para atendimento à iluminação pública e flexibilização das metas de consumo para as demais classes através de critérios específicos.

A GCE, através da Resolução nº 117, de 19 de fevereiro de 2002, decidiu pela extinção do Programa de Racionamento a partir de 1º de março de 2002, sendo que a concessão do bônus foi mantido para as leituras de consumo realizadas até março de 2002.

6) – ACORDO GERAL DO SETOR ELÉTRICO

O Governo Federal, através da GCE, e as concessionárias distribuidoras e geradoras de energia elétrica celebraram, em dezembro de 2001, um acordo denominado “Acordo Geral do Setor Elétrico”, que define os critérios para garantia do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão e para recomposição das receitas e perdas extraordinárias relativas ao período de vigência do Programa de Racionamento, através de uma Recomposição Tarifária Extraordinária.

A Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, e a Resolução nº 91 da GCE, de 21 de dezembro de 2001, estabeleceram os procedimentos para implementação da Recomposição Tarifária Extraordinária, com entrada em vigor a partir de 27 de dezembro de 2001. Os reajustes tarifários foram definidos através da Resolução nº 130 da GCE, em 30 de abril de 2002, conforme segue:

- I. Reajuste de 2,90% para os consumidores das classes residencial (excluindo os consumidores de baixa renda), rural, iluminação pública e consumidores industriais de alta tensão em que o custo de energia elétrica represente 18,00% ou mais do custo médio de produção e que atendam a determinados requisitos relacionados com fator de carga e demanda de energia especificados na Resolução.
- II. Reajuste de 7,90% para os demais consumidores.

A Recomposição Tarifária Extraordinária mencionada está sendo utilizada para compensação dos itens a seguir:

- a) Perdas com faturamento no período de 1º de junho de 2001 a 28 de fevereiro de 2002, correspondendo à diferença entre a receita estimada da CEMIG, caso não houvesse sido implementado o Programa de Racionamento, e a receita verificada sob a vigência do mesmo, conforme fórmula divulgada pela ANEEL. Não foram incluídas as eventuais perdas com inadimplência de consumidores, as quais não se espera serem relevantes, e o ICMS.
- b) Variações nos itens não gerenciáveis da Parcela A, no período de 1º de janeiro a 25 de outubro de 2001, definidas como sendo o somatório das diferenças, positivas ou negativas, entre os valores dos custos apresentados na base de cálculo para a determinação do último reajuste tarifário anual e os desembolsos efetivamente ocorridos no período.
- c) Repasse a ser efetuado às geradoras que compraram energia no MAE, no período de 1º de junho de 2001 a 28 de fevereiro de 2002, com preço excedente ao valor de R\$49,26/MWh. Como a CEMIG é apenas uma repassadora às geradoras dos valores recebidos, foram incluídos neste saldo os tributos e outros encargos regulatórios incidentes sobre a receita. Quando do repasse às geradoras, são deduzidos os impostos e encargos regulatórios mencionados. Estes valores estão sujeitos a modificação dependendo de decisão de processos judiciais em andamento, movido por agentes do mercado, entre os quais a CEMIG, relativo a interpretação das regras de mercado em vigor.

Conforme a Resolução nº 484 da ANEEL, datada em 29 de agosto de 2002, a recomposição tarifária da CEMIG terá uma duração máxima de 82 meses, no período de janeiro de 2002 a outubro de 2008. A CEMIG elaborou estudo para verificar se o prazo estipulado de 82 meses seria suficiente para recuperação dos valores homologados pela ANEEL. Na elaboração deste estudo foram consideradas determinadas premissas, sendo as mais relevantes referentes às projeções de reajustes tarifários, taxas de inflação, SELIC e crescimento do mercado CEMIG de energia. Com base no estudo, em 31 de dezembro de 2002, a CEMIG constituiu uma provisão para eventuais perdas na realização dos valores da Recomposição Tarifária Extraordinária no montante de R\$177.627.

Considerando que as premissas utilizadas nesse estudo poderão sofrer alterações ao longo do prazo de recuperação, a Administração estará revisando periodicamente essas projeções e, conseqüentemente, a provisão constituída, mencionada no parágrafo anterior.

A recuperação dos créditos através da Recomposição Tarifária Extraordinária, conforme Resolução ANEEL 089, de 25 de fevereiro de 2003, está sendo efetuada da seguinte forma: (i) os créditos constantes do item “a” estão sendo recuperados desde janeiro de 2002; (ii) a partir de janeiro de 2003, os créditos constantes dos itens “a”, “c” estão sendo recuperados simultaneamente, na proporção de 69,22% e 30,78%, respectivamente; e, (iii) por último, serão recuperados os créditos mencionados no item “b”.

Os créditos da Recomposição Tarifária Extraordinária, constantes dos itens “a” e “b”, referentes ao exercício de 2001, estão sendo atualizados, desde 1º de janeiro de 2002, pela variação da SELIC até o mês efetivo da sua compensação, sendo que o montante provisionado constante do item “a” referente ao exercício de 2002 está sendo atualizado desde 1º de março de 2002 pelos mesmos critérios.

A parcela de 50% dos créditos constantes do item “c” está sendo atualizada pela variação da SELIC, a partir de 1º de janeiro de 2003. Os 50% restantes serão atualizados a partir do encerramento da liquidação financeira no MAE, previsto para ocorrer após a conclusão dos trabalhos de auditoria dos montantes apurados. Esses procedimentos foram definidos através da Resolução nº 36 da ANEEL, de 29 de janeiro de 2003. Desta forma, a CEMIG estornou a atualização monetária, registrada de janeiro a setembro de 2002, incidente sobre o item “c”.

Através das Resoluções nºs 480 a 482, de 29 de agosto de 2002, a ANEEL homologou os valores da recomposição tarifária referente às perdas com o faturamento e Parcela A.

Apesar da Resolução ANEEL nº 483, de 29 de agosto de 2002, ter homologado os valores referentes às transações com energia no âmbito do MAE durante o período do racionamento, a CEMIG optou pelo registro contábil de informações mais atualizadas, decorrente da revisão dos critérios de cálculo das operações, divulgadas em outubro de 2002 pelo MAE, os quais são mais conservadores.

Os valores homologados pela ANEEL, referentes aos itens “a”, “b” e montantes finais referentes à compra de energia livre divulgados pelo MAE, item “c”, estão refletidos nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2002.

O ICMS incidente sobre a Recomposição Tarifária Extraordinária, correspondente às receitas a serem faturadas, o qual é estimado em R\$396.192, somente é devido por ocasião da emissão da respectiva fatura de energia elétrica a consumidores. A CEMIG, neste sentido, atua como mera repassadora do referido tributo entre os consumidores e a Receita Estadual e, portanto, não efetuou o registro antecipado da referida obrigação.

Os valores a serem recebidos através da Recomposição Tarifária Extraordinária, mencionados nos itens “a”, “b”, “c” são como segue:

	Consolidado e Controladora			2001
	2002		Total	
	Principal	Atualização pela SELIC		
Recomposição das perdas com faturamento	876.848	146.531	1.023.379	656.679
Valores arrecadados de janeiro a dezembro de 2002	(218.168)	-	(218.168)	-
	<u>658.680</u>	<u>146.531</u>	<u>805.211</u>	<u>656.679</u>
Reembolso dos gastos com energia livre dos geradores	456.176	-	456.176	401.024
Compensação dos itens da Parcela A	245.299	78.081	323.380	272.940
	<u>1.360.155</u>	<u>224.612</u>	<u>1.584.767</u>	<u>1.330.643</u>
(-) Provisão para Eventuais Perdas na Realização dos Valores da Recomposição Tarifária Extraordinária	(177.627)	-	(177.627)	-
	<u>1.182.528</u>	<u>224.612</u>	<u>1.407.140</u>	<u>1.330.643</u>
Curto Prazo			257.577	258.855
Longo Prazo			<u>1.149.563</u>	<u>1.071.788</u>

Em contrapartida aos valores a receber da Recomposição Tarifária Extraordinária, encontram-se registrados no Passivo Circulante e no Exigível a Longo Prazo os montantes de R\$83.974 e R\$334.295 respectivamente, referente ao repasse a ser efetuado aos geradores pela energia adquirida no âmbito do MAE, descrito no item "c".

Os efeitos adicionais no resultado do exercício de 2002 decorrentes exclusivamente da vigência do Programa de Racionamento, foram os seguintes:

	Perdas de Faturamento	Compensação dos Itens da Parcela A	Compra de energia no MAE	Efeitos Fiscais	Total
Receita com Recomposição Tarifária					
Extraordinária	220.169	-	55.152	-	275.321
Suprimento a outras Concessionárias	-	-	464.977	-	464.977
Deduções à Receita Operacional	-	-	-	(56.633)	(56.633)
Despesa Operacional	-	(1.862)	(560.734)	9.252	(553.344)
Receita Financeira	146.531	52.302	-	(8.781)	190.052
Imposto de Renda e Contribuição Social	-	-	-	(108.927)	(108.927)
	<u>366.700</u>	<u>50.440</u>	<u>(40.605)</u>	<u>(165.089)</u>	<u>211.446</u>
(-) Provisão para perdas na recuperação dos valores da Recomposição Tarifária Extraordinária	-	(177.627)	-	60.393	(117.234)
	<u>366.700</u>	<u>(127.187)</u>	<u>(40.605)</u>	<u>(104.696)</u>	<u>94.212</u>

7) – MERCADO ATACADISTA DE ENERGIA – MAE

a) Obrigações e direitos decorrentes das transações no âmbito do MAE

Conforme definido no Acordo Geral do Setor Elétrico, a diferença entre os montantes pagos pelos geradores e distribuidores nas transações com energia no MAE, durante o período de vigência do Programa de Racionamento e o valor de R\$49,26/MWh deverá ser ressarcido através dos montantes arrecadados por meio da Recomposição Tarifária Extraordinária. Conforme Resolução ANEEL nº 36, de 29 de janeiro de 2003, as concessionárias de distribuição de energia elétrica deverão fazer a arrecadação e repasse dos valores obtidos mensalmente através da Recomposição Tarifária Extraordinária aos geradores e distribuidores com valores a receber, entre os quais está incluída a CEMIG.

Desta forma, em contrapartida as obrigações da CEMIG referente às transações com energia durante o período de vigência do Programa de Racionamento, registradas no Passivo, rubrica de Fornecedores, encontra-se registrado os montantes a serem recebidos das concessionárias de distribuição, registrados no Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo – Revendedores – Transações no MAE.

A parcela de 50% das obrigações e direitos da CEMIG estará sendo atualizada pela variação da SELIC a partir de 1º de janeiro de 2003. Os 50% restantes serão atualizados a partir do encerramento da liquidação financeira no MAE. Desta forma, a CEMIG estornou a atualização monetária, registrada de janeiro a setembro de 2002, incidente sobre os créditos a receber do MAE, apresentados anteriormente no Realizável a Longo Prazo.

As obrigações e direitos da CEMIG, referentes às transações no âmbito do MAE, em 31 de dezembro de 2002 e 2001, estão demonstrados abaixo:

	<u>2002</u>	<u>2001</u>
ATIVO		
Circulante		
Revendedores – Transações no MAE	82.476	-
Realizável a Longo Prazo		
Revendedores – Transações no MAE	462.640	80.140
	<u>545.116</u>	<u>80.140</u>
PASSIVO		
Circulante		
Fornecedores	770.578	242.807
	<u>770.578</u>	<u>242.807</u>

b) Liquidação das obrigações no MAE

Em 18 de fevereiro de 2003, a CEMIG liquidou parte de suas obrigações referentes às transações com energia ocorridas no âmbito do MAE, no montante de R\$335.482, utilizando-se de recursos obtidos junto ao BNDES através de empréstimo.

A parcela restante deverá ser liquidada depois de finalizada a auditoria sobre os valores devidos pelos agentes e da concessão de novo empréstimo pelo BNDES.

Os montantes pagos ao MAE foram calculados em conformidade a liminar obtida pela CEMIG em 25 de dezembro de 2002, que determinou que a CEMIG, na contabilização dos valores do MAE, fosse tratada como concessionária de distribuição e de geração, contrariando o disposto na Resolução ANEEL nº 447, de 23 de agosto de 2002, onde a CEMIG, para efeito de contabilização e liquidação no MAE, seria considerada como concessionária de distribuição, não considerando a sua condição de geradora.

Os valores divulgados pelo MAE, em conformidade a liminar obtida, implicaram em uma redução das obrigações líquidas da CEMIG em aproximadamente R\$122.000. Considerando, entretanto, que a metodologia a ser utilizada para cálculo das obrigações e direitos da CEMIG encontra-se em discussão judicial, a CEMIG optou por manter os valores registrados anteriormente, em conformidade a Resolução ANEEL nº 447.

8) – DISPONIBILIDADES

	<u>Consolidado</u>		<u>Controladora</u>	
	<u>2002</u>	<u>2001</u>	<u>2002</u>	<u>2001</u>
Contas Bancárias	20.162	68.408	18.280	63.125
Aplicações Financeiras	102.813	627.680	32.023	579.367
	<u>122.975</u>	<u>696.088</u>	<u>50.303</u>	<u>642.492</u>

Os recursos da CEMIG e suas controladas estão substancialmente aplicados em Certificados de Depósitos Bancários e operações compromissadas com debêntures de terceiros (Nota Explicativa n.º 36), indexados basicamente à variação da taxa do CDI – Certificado de Depósito Interbancário.

O saldo remanescente das disponibilidades tem possibilidade de resgate em curtíssimo prazo, não excedendo a 30 dias.

9) – CONSUMIDORES E REVENDEDORES

Consolidado					
Classe de Consumidor	Saldos a Vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total 2002	Total 2001
Residencial	197.521	103.410	12.762	313.693	175.966
Industrial	178.273	103.466	20.025	301.764	180.858
Comércio, Serviços e Outras	77.227	41.116	10.979	129.322	77.611
Rural	22.462	12.352	3.507	38.321	23.962
Poder Público	13.376	15.806	9.766	38.948	23.087
Iluminação Pública	12.706	16.349	16.471	45.526	14.097
Serviço Público	18.730	41.861	6.178	66.769	37.845
Subtotal – Consumidores	520.295	334.360	79.688	934.343	533.426
Suprimento a Outras Concessionárias	6.056	-	-	6.056	5.665
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	(57.978)	(57.978)	(53.791)
	526.351	334.360	21.710	882.421	485.300

Controladora					
Classe de Consumidor	Saldos a Vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total 2002	Total 2001
Residencial	197.521	103.410	12.762	313.693	175.966
Industrial	144.759	103.466	20.025	268.250	168.499
Comércio, Serviços e Outras	70.951	41.116	10.979	123.046	76.297
Rural	22.462	12.352	3.507	38.321	23.962
Poder Público	13.376	15.806	9.766	38.948	23.087
Iluminação Pública	12.706	16.349	16.471	45.526	14.097
Serviço Público	18.730	41.861	6.178	66.769	37.845
Subtotal – Consumidores	480.505	334.360	79.688	894.553	519.753
Suprimento a Outras Concessionárias	6.056	-	-	6.056	5.665
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	(57.978)	(57.978)	(53.791)
	486.561	334.360	21.710	842.631	471.627

A composição da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, por classe de consumidor, é como segue:

	Consolidado e Controladora	
	2002	2001
Residencial	14.579	7.029
Industrial	27.058	39.001
Comércio, Serviços e Outras	8.604	4.032
Rural	1.542	743
Poder Público	1.825	880
Iluminação Pública	4.077	1.965
Serviço Público	293	141
	57.978	53.791

A movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa no exercício de 2002 é como segue:

	Consolidado e Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2001	53.791
Baixa de contas a receber no exercício de 2002	(9.068)
Constituição de provisão em 2002	13.255
Saldo em 31 de dezembro de 2002	57.978

10) – TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

	Consolidado		Controladora	
	2002	2001	2002	2001
Curto Prazo				
ICMS a Recuperar	17.978	19.222	15.239	16.306
Imposto de Renda e Contribuição Social a Compensar	2.842	69.940	-	69.105
Outros	502	155	337	155
	<u>21.322</u>	<u>89.317</u>	<u>15.576</u>	<u>85.566</u>
Longo Prazo				
ICMS a Recuperar	81.583	56.285	68.432	48.300
	<u>102.905</u>	<u>145.602</u>	<u>84.008</u>	<u>133.866</u>

Os créditos de Imposto de Renda e Contribuição Social em 2001 referem-se basicamente a impostos pagos antecipadamente e retenções de impostos incidentes sobre as aplicações financeiras a serem compensados futuramente.

Os créditos de ICMS a recuperar serão compensados pela CEMIG e suas Controladas, com o ICMS a pagar. Parcela substancial dos créditos de ICMS registrados no Ativo Realizável a Longo Prazo estão sendo compensados em 48 meses, conforme Lei Federal Complementar 102/00. O montante de R\$18.843, registrado também no longo prazo, refere-se a créditos da Companhia cuja compensação está sendo discutida judicialmente com o Governo do Estado de Minas Gerais.

11) – DESPESAS ANTECIPADAS - CVA

O saldo da Conta de Compensação de Variação de Itens da Parcela A – CVA, refere-se às variações positivas e negativas, a partir de 26 de outubro de 2001, entre a estimativa de custos não controláveis da CEMIG, utilizados para definição do reajuste tarifário, e os pagamentos efetivamente ocorridos. As variações apuradas são compensadas nos reajustes tarifários subseqüentes, sendo a composição do saldo como segue:

	Consolidado e Controladora			
	Valores a Serem Compensados até Abril/2003	Valores a Serem Compensados após Abril/2003	Total em 2002	Total em 2001
Encargos de Serviços de Sistema - ESS	-	119.589	119.589	91.851
Tarifa de compra de energia elétrica proveniente de Itaipu Binacional	13.209	310.651	323.860	35.433
Tarifa de transporte de energia elétrica proveniente de Itaipu Binacional	479	2.506	2.985	1.158
Quota para a Conta de Consumo de Combustíveis – CCC	3.816	(82.019)	(78.203)	10.687
Tarifa de uso das instalações de transmissão integrantes da rede básica	3.301	48.309	51.610	7.983
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	-	1.200	1.200	-
	<u>20.805</u>	<u>400.236</u>	<u>421.041</u>	<u>147.112</u>
Curto Prazo			225.833	41.032
Longo Prazo			<u>195.208</u>	<u>106.080</u>

Os valores demonstrados na tabela acima são atualizados pela variação da SELIC entre a data do pagamento da despesa e a sua efetiva compensação no reajuste tarifário.

Os valores a serem compensados até abril de 2003 referem-se às variações nos custos não controláveis que foram incluídas no reajuste tarifário em 08 de abril de 2002 e estão sendo transferidas para o resultado mensalmente através de amortização linear.

Os valores de Encargos de Serviços de Sistemas – ESS, referentes ao período de setembro de 2000 a dezembro de 2002, foram provisionados conforme informação divulgada pelo Mercado Atacadista de Energia – MAE e serão atualizados pela variação da SELIC a partir do efetivo pagamento (parcela dos valores foram liquidados em fevereiro de 2003, conforme descrito na Nota Explicativa nº 7). A revisão pelo MAE de determinadas premissas utilizadas para elaboração dos valores divulgados e processos judiciais em andamento movidos por agentes do mercado, relativo a interpretação das regras em vigor, poderá implicar em alterações nos montantes registrados.

12) – RECEBÍVEIS DO GOVERNO FEDERAL – PERDA DE RECEITA COM CONSUMIDORES DE BAIXA RENDA

Os novos critérios adotados pelo Governo Federal para classificação dos consumidores na Subclasse Residencial Baixa Renda implicaram em uma redução de R\$42.386 na receita com fornecimento de energia elétrica da CEMIG em 2002, tendo em vista a tarifa mais baixa aplicada nas contas desses consumidores.

A perda de faturamento verificada em 2002 deverá ser ressarcida à CEMIG pelo Governo Federal através de critérios ainda não estabelecidos. Desta forma, em cumprimento à determinação da ANEEL, a CEMIG efetuou o registro das perdas nesta rubrica em contrapartida à Receita com Fornecimento Bruto de Energia Elétrica.

13) – CONTAS A RECEBER DO GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

O saldo credor remanescente da Conta de Resultado a Compensar - CRC foi repassado ao Governo do Estado de Minas Gerais em 1995, através de um contrato de cessão de créditos, de acordo com a Lei nº 8.724/93, com amortização mensal em dezessete anos, a partir de 1º de junho de 1998, com juros anuais de 6,00% e atualização monetária.

Desde a assinatura do contrato original, ocorreram os seguintes aditivos:

a) Primeiro Aditivo ao Termo de Contrato de Cessão da CRC, assinado em 24 de janeiro de 2001.

Substituição do índice de atualização monetária do contrato, de UFIR para o IGP-DI, a partir de novembro de 2000, em função da extinção da UFIR em outubro de 2000.

b) Segundo Aditivo ao Termo de Contrato de Cessão da CRC, assinado em 14 de outubro de 2002

Refere-se às 149 parcelas vincendas do contrato original, com vencimento de 01/01/2003 a 01/05/2015, no valor total de R\$1.321.269, a preços de 31 de dezembro de 2002, com juros de 6% ao ano e atualização monetária pela variação do IGP-DI. O Governo do Estado de Minas Gerais e a CEMIG assinaram o presente aditivo mantendo-se os termos e condições do contrato original, mas incorporando a permissão para cessão dos referidos créditos para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, no contexto da operação prevista na Lei 10.438/02, possibilitando, assim, à CEMIG a regularização do recebimento dos seus créditos oriundos do Acordo Geral do Setor Elétrico.

Esse aditivo foi formalizado com base na Lei Estadual nº 14.384, promulgada pela Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais em 11 de outubro de 2002, contemplando, inclusive, garantias para o BNDES, com a inclusão de receitas provenientes dos tributos de que trata o art.155, além das receitas a que se referem os arts.157 e 159, inciso I, alínea “a”, e inciso II, todos da Constituição da República. Esse aditivo foi aprovado pelo Conselho de Administração da CEMIG em 23 de outubro de 2002.

As parcelas do referido aditivo contratual com vencimento de 01/01/2003 a 01/03/2003, no montante de R\$39.291, incluindo correção monetária, juros e multa, não foram liquidadas. A Administração da CEMIG vem mantendo entendimentos com o Governo do Estado de Minas Gerais visando à regularização deste atraso, dentro das condições previstas contratualmente.

Provisão para perdas

Em decorrência da não inclusão, no Segundo Aditivo, de garantias adicionais que assegurem o recebimento dos valores registrados, a CEMIG constituiu uma provisão para perda extraordinária no montante de R\$1.045.325. Essa provisão corresponde ao montante integral do aditivo em referência em 1º de abril de 2002 (parcelas do contrato original com vencimento de 01/01/2003 a 01/05/2015). Em 21 de janeiro de 2003, o Conselho de Administração aprovou a contabilização da referida provisão.

A provisão para eventuais perdas com este ativo foi classificada no resultado do exercício de 2002 como perda extraordinária, uma vez que não resulta das operações típicas da empresa no período contábil, sendo, conseqüentemente, de natureza inusitada e apresentando alto grau de anormalidade. Referida despesa não gerou impacto de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos, considerando que a provisão constituída é indedutível para efeitos fiscais, conforme legislação tributária brasileira.

Em decorrência da provisão integral para perdas constituída com base no saldo do contrato em 1º de abril de 2002, a receita financeira com atualização monetária e juros incidentes sobre o segundo aditivo, a partir daquela data, no montante de R\$275.944, não está reconhecida no Resultado do Exercício de 2002. Entretanto, em atendimento a legislação tributária brasileira, a CEMIG reconheceu os tributos federais a pagar incidentes sobre a receita financeira mencionada.

c) Terceiro Aditivo ao Termo de Contrato de Cessão da CRC, assinado em 24 de outubro de 2002.

As parcelas com vencimento de 01/04/1999 a 01/12/1999 e de 01/03/2000 a 01/12/2002, no valor total de R\$754.960, a preços de 31 de dezembro de 2002, incluindo juros e multa sobre as parcelas em atraso, foram repactuadas com o Governo do Estado de Minas Gerais, com juros de 12,00% a.a. e atualização monetária pela variação do IGP-DI, a serem amortizadas através de 149 parcelas mensais e consecutivas, de janeiro de 2003 a maio de 2015. Incluiu-se no aditivo contratual a garantia de retenção de dividendos e juros sobre o capital próprio a serem pagos pela CEMIG ao Governo do Estado de Minas Gerais, na condição de acionista.

Esse aditivo foi formalizado com base na Lei Estadual nº 14.384, promulgada pela Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais em 11 de outubro de 2002, e aprovado pelo Conselho de Administração da CEMIG em 23 de outubro de 2002.

As parcelas do Terceiro Aditivo contratual com vencimento de 01/01/2003 a 01/03/2003, no montante de R\$29.840, incluindo correção monetária, juros e multa, não foram liquidadas. A Administração da CEMIG vem mantendo entendimentos junto ao Governo do Estado de Minas Gerais visando a regularização deste atraso.

As projeções de resultado futuro da CEMIG indicam que os dividendos atribuíveis ao Governo do Estado de Minas Gerais serão, no longo prazo, suficientes para assegurar a recuperação integral dos créditos correspondentes ao Terceiro Aditivo contratual, no caso de inadimplência do devedor.

Os eventos futuros que possam impactar o fluxo de dividendos previstos pela CEMIG, serão permanentemente monitorados pela Administração, no sentido de analisar se a referida garantia é efetiva ou se existirá a necessidade de constituição de provisão para perdas com esse ativo.

14) – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Créditos Tributários:

A CEMIG e suas Controladas possuem créditos tributários registrados no Ativo Realizável a Longo Prazo, de Imposto de Renda, constituídos à alíquota de 25,00% e Contribuição Social, constituídos à alíquota de 9,00%, conforme segue:

	Consolidado		Controladora	
	2002	2001	2002	2001
Créditos Tributários sobre-				
Prejuízo Fiscal/Base Negativa	233.724	188.983	213.359	188.253
Obrigações Pós-Emprego	113.081	146.382	113.081	146.382
Provisão para Contingências	66.406	55.760	66.406	55.760
Provisão para Contingências – Provisão para Perdas na Recuperação dos Valores da Recomposição Tarifária Extraordinária	60.393	-	-	-
Provisão para Programa de Desligamento Voluntário	9.214	8.438	9.214	8.438
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	19.750	17.788	19.750	17.788
Provisão para Desvalorização em Relação ao Valor de Mercado - Títulos e Valores Mobiliários	1.685	4.643	1.685	4.643
Provisão de PASEP/COFINS – Recomposição Tarifária Extraordinária	26.214	-	26.214	-
Outros	10.372	13.987	10.291	13.925
	<u>540.839</u>	<u>435.981</u>	<u>520.393</u>	<u>435.189</u>

O Conselho de Administração, em reunião realizada no dia 27 de março de 2003, aprovou o estudo técnico elaborado pela Diretoria de Finanças e Participações da CEMIG com a projeção de lucratividade futura ajustada a valor presente, que evidencia a capacidade de realização do ativo fiscal diferido em um prazo máximo de 10 anos, conforme Instrução CVM nº 371, publicada em 27 de junho 2002. Referido estudo foi também submetido a exame do Conselho Fiscal da CEMIG em 27 de março de 2003.

Conforme as projeções da CEMIG, os lucros tributáveis futuros permitem a realização do ativo fiscal diferido, existente em 31 de dezembro de 2002, conforme estimativa a seguir:

	Consolidado	Controladora
2003	134.193	134.112
2004	106.104	105.687
2005	64.164	62.045
2006	30.172	26.564
2007	32.341	28.179
2008 a 2010	123.112	113.053
2011 a 2012	50.753	50.753
	<u>540.839</u>	<u>520.393</u>

A CEMIG possuiu créditos tributários não reconhecidos em suas Demonstrações Financeiras, no montante de R\$37.340. Este resultado é decorrente da estimativa pela Administração que determinadas obrigações, pela sua natureza, serão realizadas em um prazo superior a 10 anos.

b) Conciliação da Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social

A conciliação da despesa/benefício nominal de Imposto de Renda (alíquota de 25%) e da Contribuição Social (alíquota de 9%) com a despesa/benefício efetiva apresentada na demonstração de resultado é como segue:

	Consolidado		Controladora	
	2002	2001	2002	2001
Lucro (Prejuízo) Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	<u>(1.162.555)</u>	<u>604.481</u>	<u>(1.146.072)</u>	<u>595.747</u>
Imposto de Renda e Contribuição Social – Benefício (Despesa) Nominal	395.269	(205.524)	389.664	(202.554)
Efeitos Fiscais Incidentes sobre:				
Provisão para perda no Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais	(449.231)	-	(449.231)	-
Ajuste de Alíquota da Contribuição Social sobre Saldos Diferidos	15.019	(11.318)	15.019	(11.318)
Provisão (Reversão) referente à Contribuição Social sobre Correção Monetária Complementar	8.648	(10.759)	8.648	(10.759)
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	-	(6.959)	5.059
Créditos Fiscais não Reconhecidos	(37.340)	-	(29.539)	-
Outros	<u>(3.275)</u>	<u>(1.415)</u>	<u>(3.363)</u>	<u>(1.246)</u>
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Efetiva	<u>(70.910)</u>	<u>(229.016)</u>	<u>(75.761)</u>	<u>(220.818)</u>

15) – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS DISPONÍVEIS PARA VENDA

A CEMIG possui Notas do Tesouro Nacional (NTN-A3), adquiridas junto ao Governo do Estado de Minas Gerais em setembro de 1998, conforme aprovado pelo Conselho de Administração na sua Reunião nº253, realizada em 27 de outubro de 1998, com vencimento em 15 de abril de 2024, corrigidas pela variação cambial do Dólar norte-americano e juros de 6,00% ao ano sobre o valor nominal atualizado. A provisão para desvalorização em relação ao valor de mercado teve como referência a cotação da Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto – ANDIMA.

	Consolidado e Controladora	
	2002	2001
Valor Nominal Atualizado	<u>213.628</u>	<u>140.295</u>
Valor de Aquisição Atualizado	128.177	84.177
Provisão para Desvalorização em Relação ao Valor de Mercado	<u>(75.039)</u>	<u>(14.070)</u>
	<u>53.138</u>	<u>70.107</u>

16) – INVESTIMENTOS

	Consolidado		Controladora	
	2002	2001	2002	2001
Em Sociedades Controladas-				
Infovias	-	-	205.110	76.208
GASMIG	-	-	84.035	63.107
Usina Térmica Ipatinga S.A.	-	-	76.321	85.162
Sá Carvalho S.A.	-	-	100.119	92.411
Horizontes Energia S.A.	-	-	64.232	-
Cemig Capim Branco Energia S.A.	-	-	12.233	-
Cemig PCH S.A.	-	-	14.929	-
UTE Barreiro S.A.	-	-	4.448	-
Efficientia S.A.	-	-	1.435	-
	-	-	<u>562.862</u>	<u>316.888</u>
Em Consórcios	588.910	281.117	576.674	281.117
Ágio na Aquisição de Participação na Infovias	9.510	-	9.510	-
Em Outros Investimentos	<u>10.237</u>	<u>75.155</u>	<u>6.426</u>	<u>73.266</u>
	<u>608.657</u>	<u>356.272</u>	<u>1.155.472</u>	<u>671.271</u>

O valor registrado em Outros Investimentos em 31 de dezembro de 2001 referentes às Usinas de Machado Mineiro, Salto Voltão, Salto do Paraopeba e Salto do Passo Velho, no montante de R\$61.998, foi transferido para a subsidiária integral Horizontes Energia S.A., conforme autorização da ANEEL, passando a ser avaliado através do método de equivalência patrimonial.

a) As principais informações sobre as investidas são como segue:

Sociedades Controladas	31 de dezembro de 2002			Exercício Findo em 31/12/2002	
	Participação Cemig (%)	Capital Social	Patrimônio Líquido	Juros sobre Capital Próprio	Lucro (prejuízo)
Infovias	99,92	266.568	205.268	-	(58.434)
GASMIG	95,17	46.067	88.300	(6.800)	25.379
Usina Térmica Ipatinga S.A.	100,00	74.633	76.321	(1.128)	2.238
Sá Carvalho S.A.	100,00	86.833	100.119	(8.175)	15.883
Horizontes Energia S.A.	100,00	62.871	64.232	-	-
Cemig Capim Branco Energia S.A.	100,00	1	12.233	-	-
Cemig PCH S.A.	100,00	1	14.929	-	-
UTE Barreiro S.A.	100,00	1	4.448	-	-
Efficientia S.A.	100,00	10	1.435	-	-

Sociedades Controladas	31 de dezembro de 2001				
	Participação Cemig (%)	Capital Social	Patrimônio Líquido	Juros sobre Capital Próprio	Lucro (prejuízo)
Infovias	49,44	157.000	154.133	-	(2.867)
GASMIG	95,12	34.940	66.010	(4.900)	15.885
Usina Térmica Ipatinga S.A.	100,00	84.584	85.162	(741)	1.315
Sá Carvalho S.A.	100,00	86.833	92.411	(8.164)	13.444
Horizontes Energia S.A.	-	-	-	-	-
Cemig Capim Branco Energia S.A.	-	-	-	-	-
Cemig PCH S.A.	-	-	-	-	-
UTE Barreiro S.A.	-	-	-	-	-
Efficientia S.A.	-	-	-	-	-

O resultado de equivalência patrimonial é como segue:

	Controladora – Receita (Despesa)	
	2002	2001
GASMIG	24.156	15.110
Infovias	(46.970)	(1.417)
Sá Carvalho S.A.	15.883	13.444
Usina Térmica Ipatinga S.A.	2.238	1.315
	<u>(4.693)</u>	<u>28.452</u>

O parecer dos auditores independentes da Infovias referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2002 contém comentários sobre (i) a constituição de imposto de renda e contribuição social diferidos e manutenção de saldo de ICMS a Recuperar, cuja realização se baseia em projeções de lucratividade futura, que dependem da assinatura de contratos que no presente momento estão em negociação; (ii) a dependência de recursos adicionais, de acionistas ou terceiros, para o financiamento de suas operações, bem como para recuperação de seus ativos pelos valores registrados em suas demonstrações financeiras, até que as receitas de suas operações sejam suficientes para absorver esses valores.

b) Consórcios

A CEMIG e sua controlada Cemig Capim Branco Energia S.A. participam em consórcios de concessões de geração de energia elétrica, para os quais não foram constituídas empresas com característica jurídica independente para administrar o objeto da referida concessão, sendo mantidos os controles nos registros contábeis da CEMIG e da sua controlada, da parcela específica equivalente a participação nos bens controlados em conjunto, conforme segue:

	Participação na energia gerada	2002	2001
Controladora			
Em operação			
Usina de Porto Estrela	33,33%	37.600	56.823
Usina Igarapava	14,50%	50.304	51.741
Usina de Funil	49,00%	130.392	52.071
Em construção			
Usina de Queimado	82,50%	144.771	73.490
Usina Aimorés	49,00%	213.607	46.992
Total Controladora		<u>576.674</u>	<u>281.117</u>
Cemig Capim Branco Energia S.A.			
Usinas Capim Branco I e II	21,05%	12.236	-
Total Consolidado		<u><u>588.910</u></u>	<u><u>281.117</u></u>

Na obtenção das concessões para construção dos empreendimentos de Porto Estrela e Queimado a CEMIG se comprometeu, em conjunto com seus parceiros, a efetuar pagamentos à ANEEL como compensação pela exploração do empreendimento. As informações econômico-financeiras das concessões são como segue:

Empreendimento	Valor Nominal	Período de Amortização	Índice de Atualização	Valor Reconhecido Mensalmente no Resultado
Porto Estrela	211.679	08/2001 a 07/2032	IGP-M	R\$569 de 08/2001 até 07/2032
Queimado	6.494	01/2004 a 12/2032	IGP-M	R\$19 de 01/2004 até 12/2032

As concessões a serem pagas à ANEEL prevêem parcelas com diferentes valores ao longo do tempo. Para fins contábeis e de reconhecimento de custos, entretanto, a CEMIG reconhece as despesas incorridas em contrapartida ao Exigível a Longo Prazo – Outros de forma linear, tendo como base o valor nominal corrigido, conforme indicado acima, em atendimento ao princípio da competência do exercício.

c) Aquisição de participação na Infovias

No exercício de 2002, a CEMIG adquiriu 50,45% das ações ordinárias de propriedade da AES Força Empreendimentos Ltda., conforme segue:

- Em 20 de junho de 2002 foram adquiridas 81.700.210 ações ordinárias de emissão da Infovias, correspondendo a 45,45% do capital total da Infovias, por R\$81.090.
- Em 29 de novembro de 2002 foram adquiridas 8.995.333 ações ordinárias de emissão da Infovias, correspondendo a 5,00% do capital total da Infovias, por R\$6.250.

O valor de aquisição foi definido através de laudo de avaliação elaborado por empresa de assessoria financeira, com base no fluxo de caixa projetado da Infovias. Foi apurado um ágio de R\$9.510 oriundo da expectativa de lucratividade futura da Infovias, a ser amortizado nos exercícios subseqüentes, em conformidade aos lucros a serem auferidos pela investida.

d) Compromissos

A CEMIG possui contratos com empreiteiras para construção de novos empreendimentos, onde as obrigações são contabilizadas à medida em que os serviços são executados. Os principais compromissos futuros da CEMIG vinculados ao seu programa de investimentos estão relacionados a seguir:

	<u>2003</u>	<u>2004</u>	<u>2005</u>	<u>2006</u>	<u>2007</u>
Contratos com empreiteiras					
Usina de Aimorés	56.300	15.233	-	-	-
Usina de Irapé	223.500	251.476	159.657	8.657	3.741
Usina de Funil	26.111	-	-	-	-
Usina de Queimado	19.800	-	-	-	-
Usina de Pai Joaquim	27.900	2.631	-	-	-
Subestação de transmissão Bom Despacho 3	60.661	8.394	-	-	-
Total	<u>414.272</u>	<u>277.734</u>	<u>159.657</u>	<u>8.657</u>	<u>3.741</u>

Adicionalmente, a CEMIG tem planos de investimento adicional na Infovias de R\$190 milhões nos próximos dois anos.

O Conselho de Administração autorizou a CEMIG a dar garantias para financiamento obtido pela Empresa de Infovias S.A., no montante de US\$40.000.000 (quarenta milhões de dólares norte-americanos). Caso a Infovias não realize o pagamento das prestações vincendas, tais amortizações serão efetuadas pela CEMIG e serão convertidas em aumento de capital pela subscrição de ações preferenciais de emissão da Infovias.

17) – IMOBILIZADO

	Taxa Média Anual de Depreciação %	Consolidado		Controladora	
		2002	2001	2002	2001
Imobilizações em Serviço-					
Geração-					
Hidrelétricas	2,47	5.512.899	5.431.934	5.364.519	5.347.218
Termelétricas	1,83	216.656	216.445	132.072	131.861
Transmissão	3,08	1.021.836	1.009.853	1.021.836	1.009.853
Distribuição	5,21	6.680.138	6.429.285	6.680.138	6.429.285
Administração	9,63	266.601	262.541	266.601	262.541
Outras	7,48	379.014	139.422	-	-
		<u>14.077.144</u>	<u>13.489.480</u>	<u>13.465.166</u>	<u>13.180.758</u>
Depreciação e Amortização Acumulada-					
Geração		(2.131.769)	(1.988.210)	(2.114.013)	(1.978.741)
Transmissão		(465.022)	(435.169)	(465.022)	(435.169)
Distribuição		(2.654.365)	(2.383.268)	(2.654.365)	(2.383.268)
Administração		(133.596)	(110.279)	(133.596)	(110.279)
Outras		(34.978)	(11.980)	-	-
		<u>(5.419.730)</u>	<u>(4.928.906)</u>	<u>(5.366.996)</u>	<u>(4.907.457)</u>
		<u>8.657.414</u>	<u>8.560.574</u>	<u>8.098.170</u>	<u>8.273.301</u>
Imobilizações em Curso-					
Geração		220.360	33.149	198.217	33.149
Transmissão		107.312	61.801	107.312	61.801
Distribuição		442.921	347.643	442.921	347.643
Administração		33.000	29.056	33.000	29.056
Outras		22.206	29.232	-	-
		<u>825.799</u>	<u>500.881</u>	<u>781.450</u>	<u>471.649</u>
Total do Imobilizado		<u>9.483.213</u>	<u>9.061.455</u>	<u>8.879.620</u>	<u>8.744.950</u>

Obrigações Especiais-				
Consumidores	(1.550.516)	(1.414.309)	(1.550.516)	(1.414.309)
Doações e Subvenções	(6.897)	(6.897)	(6.897)	(6.897)
Governo Federal	(9.368)	(7.134)	(9.368)	(7.134)
Governo do Estado	(34)	-	(34)	-
Municípios	(18.616)	-	(18.616)	-
Total das Obrigações Especiais	<u>(1.585.431)</u>	<u>(1.428.340)</u>	<u>(1.585.431)</u>	<u>(1.428.340)</u>
Total do Imobilizado Líquido	<u>7.897.782</u>	<u>7.633.115</u>	<u>7.294.189</u>	<u>7.316.610</u>

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados pela CEMIG e pela controlada Sá Carvalho S.A. na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização da ANEEL. A Resolução ANEEL nº 20/99 regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando, ainda, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

As Obrigações Especiais referem-se basicamente a contribuições de consumidores para execução de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica, sendo que a eventual liquidação destas obrigações depende de disposição da ANEEL, no término das concessões de Distribuição, mediante redução do valor residual do Ativo Imobilizado para fins de determinação do valor que o Poder Concedente pagará à Concessionária. Conforme práticas contábeis e regulamentação específicas do setor elétrico brasileiro, os referidos valores não são atualizados ou sujeitos a amortização ou depreciação.

Os bens e direitos da União em uso pela CEMIG referentes às atividades de Geração e Distribuição representam o montante de R\$256 e R\$146 respectivamente.

18) – FORNECEDORES

	Consolidado		Controladora	
	2002	2001	2002	2001
Suprimento de Energia Elétrica -				
Furnas	259.437	213.084	259.437	213.084
Mercado Atacadista de Energia – MAE	770.578	242.807	770.578	242.807
Repasse aos Geradores	83.974	-	83.974	-
Outros	30.636	22.494	30.636	22.494
	<u>1.144.625</u>	<u>478.385</u>	<u>1.144.625</u>	<u>478.385</u>
Materiais e Serviços	130.100	72.135	86.347	55.574
	<u>1.274.725</u>	<u>550.520</u>	<u>1.230.972</u>	<u>533.959</u>

Os valores a pagar referentes às transações com energia no MAE e Encargos de Serviços do Sistema para o período de setembro de 2000 a dezembro de 2002 foram provisionados conforme informação divulgada pelo Mercado Atacadista de Energia – MAE. Parcela dos valores foi liquidada em fevereiro de 2003, conforme descrito na Nota Explicativa nº 7.

A revisão pelo MAE de determinadas premissas utilizadas para elaboração dos valores divulgados e processos judiciais em andamento movidos por agentes do mercado, entre os quais se inclui a CEMIG, relativo a interpretação das regras em vigor, poderão implicar em alterações nos montantes registrados.

19) – TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	Consolidado		Controladora	
	2002	2001	2002	2001
Curto prazo				
Imposto de Renda	20.559	72.182	17.259	70.829
Contribuição Social	27.856	35.482	27.380	35.214
ICMS	44.982	29.832	44.240	29.314
COFINS	29.646	46.919	28.938	46.376
PASEP	11.828	10.816	11.482	10.698
INSS	8.930	7.720	8.913	7.693
Outros	6.956	10.427	6.292	9.194
	<u>150.757</u>	<u>213.378</u>	<u>144.504</u>	<u>209.318</u>
Longo prazo				
Imposto de Renda	111.651	-	111.651	-
Contribuição Social	40.195	-	40.195	-
COFINS	46.255	-	46.255	-
PASEP	18.539	-	18.539	-
	<u>216.640</u>	<u>-</u>	<u>216.640</u>	<u>-</u>

A CEMIG transferiu no exercício de 2002, para o Exigível a Longo Prazo, os impostos federais incidentes sobre a receita com Recomposição Tarifária Extraordinária que será recuperável após 12 meses. Este procedimento foi adotado em conformidade a resolução da Secretaria da Receita Federal, que permitiu a liquidação das obrigações mencionadas proporcionalmente ao faturamento dos valores em conta de energia elétrica.

A CEMIG efetuou negociações junto a instituição financeira para recolhimento, em 30 de dezembro de 2002, de parcela de ICMS, vencível em 02 de janeiro de 2003, no montante de R\$76.000 (R\$57.196 em 2001), obtendo um ganho financeiro vinculado à variação da taxa de remuneração do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

20) – EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

FINANCIADORES	Vencimento Principal	Encargos Financeiros anuais (%)	Moedas	2002				2001
				Curto Prazo		Longo Prazo		Total
				Principal	Encargos	Principal	Total	
EM MOEDA ESTRANGEIRA								
Banco do Brasil S.A. – Bônus Diversos (1)	1997/2024	Diversas	US\$	9.044	5.036	316.759	330.839	225.438
Siemens S.A.	2003/2004	Libor + 4,25	US\$	28.044	2.040	56.088	86.172	146.014
Citibank N.A.	2002/2004	8,40	US\$	81.973	3.508	40.986	126.467	138.423
Banco do Brasil S.A. II	2003/2004	Libor + 3,13	US\$	97.048	2.728	48.524	148.300	98.320
Banco do Brasil S.A. III	2004	10,38	US\$	-	2.156	141.332	143.488	94.232
Impsa – Indústria Metalúrgica Pescarmona S.A.	1999/2003	9,80	US\$	42.025	519	-	42.544	83.734
Banco do Brasil S.A. I	2002	Libor + 2,70	US\$	-	-	-	-	83.660
Banco do Brasil S.A. IV	2003	16,00	US\$	125.432	691	-	126.123	-
Citibank N.A.	2001/2003	Libor + 2,84	US\$	53.706	952	-	54.658	72.476
Banco Itaú S.A.	2002/2004	4,46	US\$	23.555	540	58.889	82.984	70.070
Banco Itaú S.A.	2004/2007	Libor + 3,25	US\$	-	4.970	176.665	181.635	-
Diversos – Eurobônus	2004	9,13	US\$	-	1.217	95.459	96.676	63.489
Kreditanstalt für Wiederaufbau - KfW	2001/2016	4,50	US\$	2.445	4	31.737	34.186	20.422
Siemens S.A.	2003/2005	9,97	US\$	110.706	569	110.706	221.981	51.235
Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID	1984/2006	4,00 a 9,25	Diversas	18.688	1.445	37.901	58.034	49.266
Banco BNL do Brasil S/A	2004/2005	Libor + 0,50	US\$	-	207	19.408	19.615	1.276
ABN AMRO Bank – Banco Real S.A.	2002	Libor + 4,00	US\$	-	-	-	-	44.448
ABN AMRO Bank – Banco Real S.A.	2003/2005	6,19875	US\$	23.555	14	35.333	58.902	-
Lloyds Tsb Bank Plc	2002/2004	8,00	US\$	17.667	312	8.833	26.812	32.868
Citibank N.A.	2004	10,00	US\$	-	572	38.866	39.438	25.901
Citibank N.A. – International Banking	2003/2005	6,19875	US\$	18.357	10	27.536	45.903	-
International Bank for Reconstruction and Development – IBRD	1981/2002	7,25	Diversas	-	-	-	-	7.196
Outros	1997/2016	Diversas	Diversas	10.324	1.488	59.914	71.726	26.461
Total da Dívida em Moeda Estrangeira				662.569	28.978	1.304.936	1.996.483	1.334.929
EM MOEDA NACIONAL								
Debêntures (2)	2006/2007	IGP-M + 12,70	R\$	-	15.952	792.593	808.545	645.973
Debêntures (3)	2027	IGP-M	R\$	-	-	25.507	25.507	-
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRÁS	1995/2024	FINEL + 5,00 a 10,00	R\$	73.851	1.200	347.052	422.103	383.083
UHESC S.A. (4)	2003	IGP-M + 14,87	R\$	99.743	15.651	-	115.394	92.024
Grandes Consumidores –TELEMIG / C.V.R.D.	1982/2009	Diversas	R\$	5.082	1.823	4.419	11.324	15.160
Outros	1994/2005	Diversas	R\$	7.916	1.056	14.986	23.958	9.062
Total da Dívida em Moeda Nacional				186.592	35.682	1.184.557	1.406.831	1.145.302
Fundos Vinculados (5)				(112.223)	-	(42.403)	(154.626)	(152.114)
Total Geral Controladora				736.938	64.660	2.447.090	3.248.688	2.328.117
MBK Furukawa Sistemas S.A.	2002/2008	Libor + 5,45	US\$	21.743	1.189	99.632	122.564	46.204
Outros	2002/2009	13,68 a 21,84	R\$	9.673	-	3.819	13.492	7.602
Total Geral Consolidado				768.354	65.849	2.550.541	3.384.744	2.381.923

(1) As taxas de juros variam: 4 a 8 % ao ano;
libor semestral mais *spread* de 0,81 a 0,88 % ao ano.

(2) Debêntures simples, em duas séries de R\$312,5 milhões, colocadas em novembro de 2001, não conversíveis em ações, sem preferência e sem garantia, com remuneração anual de 12,70%, definida através de processo de “bookbuilding”, e atualização monetária pela variação do IGP-M. Os juros remuneratórios, para as duas séries, são pagos aos debenturistas anualmente, a partir do ano de 2002. O valor integral do principal das debêntures será pago nas datas de vencimento das respectivas séries: 1º de novembro de 2009, para a 1ª série e 1º de novembro de 2011, para a 2ª série. As debêntures possuem cláusula de repactuação das condições estabelecidas em 2006 e 2007 para a 1ª e 2ª séries respectivamente, com o direito de resgate antecipado pelos debenturistas, caso não venham a aceitar as condições oferecidas para a repactuação. Os recursos obtidos através do processo de emissão das debêntures foram utilizados no financiamento de empreendimentos na área de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, em conformidade ao programa de investimentos da CEMIG em 2001 e 2002.

(3) A Assembléia Geral Ordinária – AGO, em reunião realizada em 30 de abril de 2002 autorizou a emissão de debêntures, no montante total de R\$90.000, nominativas e escriturais, não conversíveis em ações e desprovidas de preferência ou garantia, a serem adquiridas pelo Estado de Minas Gerais, com vencimento em 25 anos e atualização pelo IGP-M, a partir da data da emissão, sem incidência de juros. Os recursos decorrentes desta emissão serão utilizados na construção da Usina de Irapé. Em 30 de setembro de 2002, foi realizada a primeira emissão, no montante de R\$22.500.

(4) A CEMIG, em dezembro de 2000, adquiriu o controle acionário da Sá Carvalho S.A. através da assunção de empréstimo com a UHESC S.A., que emitiu debêntures compradas pelo mercado. Como garantia do cumprimento das obrigações assumidas pela UHESC S.A. na escritura destas debêntures, a CEMIG se comprometeu a ceder os direitos creditórios da Sá Carvalho S.A. decorrentes do contrato de fornecimento de energia elétrica firmado entre a Sá Carvalho S.A. e a ACESITA S.A. nos termos do “Instrumento Particular de Caução de Direitos Creditórios da Sá Carvalho S.A. para os Debenturistas da Primeira Emissão de Debêntures da UHESC S.A.”.

(5) Referem-se a recursos aplicados para amortização de obrigações contraídas com a finalidade de refinanciamento de operações de crédito em moeda estrangeira, conforme resolução do Banco Central do Brasil nº 2515, de 29 de junho de 1998.

Além das dívidas mencionadas, a CEMIG possuía, em 31 de dezembro de 2002, saldos de linhas de créditos a serem liberados por instituições financeiras, no montante de R\$166.487. Estas linhas de créditos destinam-se basicamente ao Programa de Investimentos da CEMIG em distribuição.

A distribuição anual da amortização das dívidas a longo prazo é a seguinte:

	Consolidado		Controladora	
	2002	2001	2002	2001
2003	-	380.239	-	373.178
2004	775.971	473.354	756.360	466.294
2005	693.221	434.191	673.827	427.131
2006	561.145	375.943	541.924	368.883
2007	107.994	47.047	89.890	39.987
2008	69.136	39.547	51.051	36.017
2009	51.300	29.692	42.264	29.692
De 2010 em diante	291.774	269.593	291.774	269.593
	<u>2.550.541</u>	<u>2.049.606</u>	<u>2.447.090</u>	<u>2.010.775</u>

Os financiamentos da CEMIG, em sua grande maioria, são garantidos por avais e fianças da União e do Estado de Minas Gerais, notas promissórias emitidas pela própria CEMIG e vinculação de receita própria, sendo contratados com o objetivo de gerar recursos destinados à manutenção de capital de giro e expansão dos sistemas de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica em sua área de concessão.

A participação das moedas e indexadores incidentes sobre os empréstimos, financiamentos e debêntures é como segue:

	Consolidado		Controladora	
	2002	2001	2002	2001
Moedas				
Dólar Norte-Americano	1.994.957	1.301.424	1.872.393	1.255.220
Marco Alemão	-	20.422	-	20.422
Euro	73.037	14.730	73.037	14.730
Franco Suíço	-	1.808	-	1.808
Unidade de Conta (cesta de moedas)	51.053	41.673	51.053	41.673
Outras	-	1.076	-	1.076
	<u>2.119.047</u>	<u>1.381.133</u>	<u>1.996.483</u>	<u>1.334.929</u>
Indexadores				
Índice Geral de Preços - Mercado – IGP-M	1.076.252	865.957	1.076.252	865.957
Índice Interno da Eletrobrás – FINEL	154.028	174.001	154.028	174.001
Unidade Fiscal de Referência – UFIR	152.228	88.679	152.228	88.679
Outros	37.815	24.267	24.323	16.665
	<u>1.420.323</u>	<u>1.152.904</u>	<u>1.406.831</u>	<u>1.145.302</u>
Fundos Vinculados				
Taxa do CDI – Certificado de Depósitos Interbancários	(52.130)	(19.425)	(52.130)	(19.425)
Varição do Dólar Norte-Americano	(102.496)	(132.689)	(102.496)	(132.689)
	<u>(154.626)</u>	<u>(152.114)</u>	<u>(154.626)</u>	<u>(152.114)</u>
	<u>3.384.744</u>	<u>2.381.923</u>	<u>3.248.688</u>	<u>2.328.117</u>

As principais moedas e indexadores utilizados para atualização monetária dos empréstimos, financiamentos e debêntures tiveram as seguintes variações:

Moedas	Varição Anual %	Indexadores	Varição Anual %
Dólar Norte-Americano	52,27	IGP-M	25,31
Euro	79,35	FINEL	4,67
Unidade de Conta	60,32		

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures é como segue:

	Consolidado		Controladora	
	2002	2001	2002	2001
Saldo no início do exercício	2.381.923	1.634.232	2.328.117	1.605.031
Efeito decorrente da consolidação integral da Infovias (*)	55.019	-	-	-
Saldo no Início do Exercício Ajustado	2.436.942	1.634.232	2.328.117	1.605.031
Financiamentos obtidos	518.288	1.162.298	494.171	1.149.900
Varição monetária	227.463	33.319	227.463	33.319
Varição cambial	790.226	230.609	743.855	223.603
Encargos financeiros provisionados	305.170	228.958	289.391	222.580
Encargos financeiros pagos	(296.824)	(203.421)	(284.596)	(202.244)
Fundos vinculados	(2.512)	(84.943)	(2.512)	(84.943)
Amortização de financiamentos	(594.009)	(619.129)	(547.201)	(619.129)
Saldo no final do exercício	<u>3.384.744</u>	<u>2.381.923</u>	<u>3.248.688</u>	<u>2.328.117</u>

(*) No exercício anterior os saldos de Empréstimos e Financiamentos da Infovias eram consolidados proporcionalmente.

Alguns contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures da CEMIG e suas controladas possuem cláusulas restritivas. Em 31 de dezembro de 2002, uma cláusula restritiva de contrato de financiamento da Companhia no montante de R\$259.108 não foi atendida. Atualmente, contratos da Companhia, no montante de R\$294.117 encontram-se sob análise quanto à interpretação das cláusulas restritivas. A CEMIG estabelecerá negociações com as instituições financeiras credoras de forma a ajustar a cláusula restritiva que não está sendo cumprida, com o objetivo de manter o curso normal de liquidação previsto no contrato. A Companhia considera que obterá êxito nas suas negociações com as instituições credoras e não espera uma saída de caixa antecipada em decorrência deste evento. Adicionalmente, a Companhia acredita que o descumprimento da cláusula restritiva foi eventual e que as suas operações no exercício de 2003 permitirão o atendimento integral de todas as cláusulas restritivas dos seus contratos.

21) – OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO

A CEMIG, desde 1973, é patrocinadora da Fundação Forluminas de Seguridade Social - FORLUZ, pessoa jurídica sem fins lucrativos, com o objetivo de propiciar aos seus associados e participantes e aos seus dependentes e beneficiários uma renda pecuniária de suplementação de aposentadoria e pensão, em conformidade ao plano previdenciário a que estiverem vinculados.

A FORLUZ disponibiliza a seus associados os seguintes planos de benefícios de suplementação de aposentadoria:

Plano Misto de Benefícios Previdenciários – Plano de contribuição definida para benefícios de aposentadoria por tempo normal e benefício definido para cobertura de invalidez e morte de participante ativo. A contribuição da CEMIG é paritária às contribuições básicas mensais dos associados, sendo o único plano aberto a novas adesões de participantes.

Plano Saldado de Benefícios Previdenciários – Inclui todos os participantes aposentados que optaram por este plano e os saldos, na data de opção, dos participantes ativos que optaram pela migração do Plano de Benefício Definido para o Plano Misto, descrito anteriormente.

Plano de Benefício Definido – Plano de benefícios adotado pela FORLUZ até 1998, onde é realizada a complementação do salário real médio dos últimos anos de atividade do empregado na CEMIG em relação ao valor do benefício da Previdência Social Oficial. Apenas 55 aposentados estão inscritos neste plano.

A CEMIG mantém ainda, de modo independente aos planos disponibilizados pela FORLUZ, pagamento de parte do prêmio de seguro de vida para os aposentados e contribui para um plano de saúde para os empregados, aposentados e dependentes, administrado pela FORLUZ.

A CEMIG acordou com os sindicatos, modificações nos planos de saúde, a partir de 1º de janeiro de 2003, que implicaram em alterações nos critérios de custeio sob responsabilidade da CEMIG, dos empregados ativos e aposentados e os tipos de cobertura a serem oferecidos para cada tipo de plano. A alteração mencionada implicou em uma redução de R\$71.525 nas obrigações pós-emprego registradas em 31 de dezembro de 2002, em contrapartida ao resultado do exercício de 2002.

Parte da obrigação atuarial com benefícios pós-emprego, no montante de R\$1.495.334 em 31 de dezembro de 2002 (R\$1.410.160 em 31 de dezembro de 2001) foi reconhecida como obrigação a pagar pela CEMIG e será amortizada até junho de 2024, através de prestações mensais calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela Price). Parte dos valores é reajustada anualmente com base no indexador atuarial do Plano de Benefício Definido (índice de reajuste salarial dos empregados da CEMIG, excluindo produtividade), e para o Plano Saldado, reajustado pelo IPCA do IPEAD, acrescido de 6% ao ano.

Os valores reconhecidos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2002, conforme consta de laudo preparado por atuário externo, estão apresentados a seguir:

	Planos de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Seguro de Vida
Valor Presente das Obrigações Atuariais com Direitos já Vencidos	2.551.809	160.451	167.200
Valor Presente das Obrigações Atuariais com Direitos a Vencer	878.794	39.096	71.492
Obrigações Totais com Benefícios Pós-Emprego	3.430.603	199.547	238.692
Valor Justo dos Ativos do Plano	(2.790.552)	(9.317)	-
Valor Presente das Obrigações a Descoberto	640.051	190.230	238.692
Ganhos Atuariais não Reconhecidos	752.037	7.945	8.525
Passivo Líquido no Balanço Patrimonial	<u>1.392.088</u>	<u>198.175</u>	<u>247.217</u>

Os ganhos atuariais referentes ao Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria que excederam a 10,00% das obrigações atuariais, no montante de R\$408.971, serão reconhecidos no resultado em aproximadamente 16 anos, a partir de 2003.

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

	Planos de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Seguro de Vida
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2001	1.393.903	236.863	222.972
Despesa (Receita) Reconhecida no Resultado	148.957	(33.692)	30.208
Contribuições Pagas	(150.772)	(4.996)	(5.963)
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2002	<u>1.392.088</u>	<u>198.175</u>	<u>247.217</u>
Curto Prazo	180.992	-	-
Longo Prazo	<u>1.211.096</u>	<u>198.175</u>	<u>247.217</u>

Os valores registrados no curto prazo referem-se às contribuições a serem efetuadas pela CEMIG em 2003 para amortização das obrigações atuariais.

Os valores reconhecidos na demonstração de resultado são como segue:

	Planos de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Seguro de Vida
Custo do Serviço Corrente	6.114	20.715	4.716
Juros Sobre a Obrigação Atuarial	389.843	30.047	25.492
Rendimento Esperado Sobre os Ativos do Plano	(246.872)	(1.404)	-
Ganho decorrente de alteração no plano	-	(71.525)	-
Contribuição dos Empregados	(128)	(11.525)	-
Despesa (Receita) em 2002	<u>148.957</u>	<u>(33.692)</u>	<u>30.208</u>

A estimativa do atuário externo para a despesa ou receita a ser reconhecida para o exercício de 2003 é como segue:

	Planos de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Seguro de Vida
Custo do Serviço Corrente	5.920	11.964	2.108
Juros Sobre a Obrigação Atuarial	444.450	25.337	31.579
Rendimento Esperado Sobre os Ativos do Plano	(458.073)	(1.969)	-
Ganhos atuariais não reconhecidos	(25.245)	-	-
Contribuição dos Empregados	(154)	(9.799)	-
Despesa (Receita) em 2003	<u>(33.102)</u>	<u>25.533</u>	<u>33.687</u>

As principais premissas atuariais na data do balanço, já incluída a inflação, são conforme segue:

	Planos de Pensão e Suplementação de Aposentadoria - %	
	2002	2001
Taxa Anual de Desconto para Valor Presente da Obrigação Atuarial	13,40	11,30
Taxa Anual de Rendimento Esperada Sobre os Ativos do Plano	16,55	11,30
Taxa Anual de Inflação de Longo Prazo	5,00	5,00
Índice Anual Estimado de Aumentos Salariais Futuros	9,20	8,15
Taxa Anual de Crescimento Real dos Benefícios de Renda Continuada	5,00	5,00
Tábua Biométrica de Mortalidade Geral	UP-94	AT-49
Tábua Biométrica de Entrada de Invalidez	Light Medium	Light Medium
Tábua Biométrica de Mortalidade de Inválidos	IAPB-57	IAPB-57
Taxa Anual de Rotatividade Esperada	2,00	2,00

	Seguro de Vida e Plano de Saúde - %	
	2002	2001
Taxa Anual de Desconto para Valor Presente da Obrigação Atuarial	13,40	11,30
Taxa Anual de Rendimento Esperada Sobre os Ativos do Plano	16,55	11,30
Taxa Anual de Inflação de Longo Prazo	5,00	5,00
Índice Anual Estimado de Aumentos Salariais Futuros	9,20	8,15
Tábua Biométrica de Mortalidade Geral	UP-94	AT-49
Tábua Biométrica de Entrada de Invalidez	Light Medium	Light Medium
Tábua Biométrica de Mortalidade de Inválidos	IAPB-57	IAPB-57
Taxa Anual de Rotatividade Esperada	2,00	2,00

22) – ENCARGOS REGULATÓRIOS

	Consolidado		Controladora	
	2002	2001	2002	2001
Reserva Global de Reversão – RGR	51.226	25.466	51.175	25.165
Quota para Conta de Consumo de Combustível – CCC	26.146	23.914	26.146	23.914
Encargo de Capacidade Emergencial	14.322	-	14.322	-
Outros	2.162	2.316	2.153	2.299
	<u>93.856</u>	<u>51.696</u>	<u>93.796</u>	<u>51.378</u>

23) – PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

A CEMIG e suas Controladas são partes em processos judiciais e administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração da CEMIG acredita que eventuais desembolsos em excesso aos montantes provisionados, quando do desfecho dos respectivos processos, não afetarão de forma relevante o resultado das operações e a posição financeira da CEMIG.

Para aqueles processos cujos desfechos desfavoráveis são considerados, a CEMIG constituiu provisões integrais para perdas potenciais.

A composição das provisões constituídas é como segue:

	Consolidado e Controladora	
	2002	2001
Trabalhistas	69.706	54.270
Cíveis – Consumidores	85.727	74.378
Contribuição Social Incidente sobre Correção Monetária Complementar	93.137	125.454
Finsocial	19.393	18.876
Cíveis – Outras	26.157	21.541
Outras	20.925	24.711
	315.045	319.230

Os detalhes sobre as provisões constituídas são como segue:

(a) Trabalhistas

As reclamações trabalhistas referem-se basicamente a questionamentos de horas-extras e adicional de periculosidade. O valor total estimado dessas reclamações é de R\$87.133 em 31 de dezembro de 2002 (R\$67.838 em 31 de dezembro de 2001). A CEMIG provisionou no exercício de 2002 o montante de R\$15.436 (R\$20 de reversão de provisão em 2001) para estas causas. A CEMIG estima os valores a serem provisionados com base na natureza dos grupos de questionamento e em decisões judiciais recentes.

(b) Reclamações Cíveis - Consumidores

Diversos consumidores industriais impetraram ações contra a CEMIG objetivando reembolso para as quantias pagas à CEMIG decorrentes do aumento de tarifa durante o plano de estabilização econômica do Governo Federal denominado “Plano Cruzado”, em 1986, alegando que tal aumento violou o controle de preços instituído por aquele plano. A CEMIG estima os valores a serem provisionados com base nos valores faturados passíveis de questionamento e com base em decisões judiciais recentes.

O valor total de exposição da CEMIG nessa matéria é, aproximadamente, R\$85.727 em 31 de dezembro de 2002 (R\$74.378 em 31 de dezembro de 2001), estando os valores integralmente provisionados.

(c) Contribuição Social Incidente sobre Correção Monetária Complementar

A CEMIG vem deduzindo as quotas de depreciação, amortização e baixas da correção monetária complementar do imobilizado para fins de cálculo da Contribuição Social. A CEMIG estima que o montante referente a tal questão é de aproximadamente R\$93.137 em 31 de dezembro de 2002 (R\$125.454 em 31 de dezembro de 2001), estando os valores integralmente provisionados.

(d) Finsocial

Em 1994, a CEMIG foi autuada pela Secretaria da Receita Federal em decorrência da exclusão do ICMS da base de cálculo do Finsocial, contribuição incidente sobre o faturamento extinta em 1992. A CEMIG estima que a sua exposição total, referente a esta questão, é de aproximadamente R\$19.393 em 31 de dezembro de 2001 (R\$18.876 em 31 de dezembro de 2001), estando os valores integralmente provisionados.

(e) Outros

Outros passivos contingentes provisionados referem-se a questionamentos envolvendo o Governo Federal, sobre a discussão da constitucionalidade de certos tributos federais e outras reclamações, consideradas normais ao curso das operações.

(f) Ações com avaliação de êxito provável ou possível

A CEMIG discute em juízo outras ações relevantes para as quais considera ser, possível ou provável, seu êxito no desfecho da causa, sendo os detalhes os seguintes:

(i) Processos Envolvendo a FORLUZ

A CEMIG está defendendo, em conjunto com a FORLUZ, uma reclamação do sindicato dos seus empregados ("Sindieletró") contestando o valor das contribuições amortizantes pagas pela CEMIG à FORLUZ. O valor total envolvido nessa reclamação é de R\$593.668. Nenhuma provisão foi constituída para fazer face a essa reclamação, uma vez que a Administração acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial e conseqüentemente, não são esperadas perdas relativas a essa ação.

Alguns participantes da FORLUZ estão contestando a Secretaria da Previdência Complementar por ter aprovado a substituição do indexador atuarial do fundo de pensão, de IGP-DI para IPCA do IPEAD. O valor total dessa reclamação é de R\$268.225. A Administração considera que caso a FORLUZ não obtenha êxito neste processo, a obrigação adicional será absorvida pelo superávit técnico da Fundação, não sendo esperadas perdas para a CEMIG. Desta forma, e por considerar que a FORLUZ tem argumentos de mérito para defesa judicial, nenhuma provisão foi constituída para fazer face a essa reclamação.

(ii) Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Benefícios Pós-Emprego

A Secretaria da Receita Federal, em 11 de outubro de 2001, emitiu um Auto de Infração em função dos créditos fiscais constituídos pela CEMIG em 2001, referente à mudança no método de contabilização do passivo de benefícios pós-emprego, conforme requerido pela Deliberação CVM 371/00, no montante de R\$226.785. A CEMIG está procedendo à defesa do Auto de Infração junto ao Conselho de Contribuintes da Secretaria da Receita Federal. Não foi constituída provisão para contingências para fazer face a eventuais perdas com essa autuação, tendo em vista que a CEMIG considera ter sólido embasamento jurídico que fundamenta os procedimentos adotados para a recuperação dos referidos créditos fiscais.

Os créditos fiscais constituídos, mencionados no parágrafo anterior, foram utilizados pela CEMIG na compensação dos impostos federais pagos no exercício de 2001 e 2002. Em decorrência desta compensação, a Secretaria da Receita Federal emitiu um Despacho Decisório indeferindo o processo de compensação em função do Auto de Infração especificado no parágrafo anterior. A exposição total da CEMIG nesta matéria, em 31 de dezembro de 2002, é de aproximadamente R\$170.515. Não foi constituída provisão para contingências para fazer face a eventuais perdas com essa autuação, tendo em vista que a CEMIG considera ter sólido embasamento jurídico que fundamenta os procedimentos adotados.

(iii) COFINS

A CEMIG iniciou questionamentos com relação ao pagamento da COFINS em 1992. Devido à sentença judicial desfavorável, a CEMIG pagou, em 30 de julho de 1999, o montante de R\$239.266. O Governo Federal está alegando que a CEMIG deve R\$126.845 adicionais referentes a multas e juros pelo não pagamento da COFINS. A CEMIG está contestando tal reclamação. Nenhuma provisão foi constituída para fazer face a essa disputa, uma vez que a Administração acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial e conseqüentemente, não são esperadas perdas relativas a essa ação.

(iv) Atos da Agência Reguladora

A ANEEL impetrou ação administrativa contra a CEMIG afirmando que a CEMIG devia R\$187.583, ao Governo Federal, em decorrência de um alegado erro no cálculo dos créditos da CRC – Conta de Resultados a Compensar, que foram previamente utilizados para reduzir as quantias devidas ao Governo Federal. A Administração acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial e, portanto, não constituiu provisão para esta ação.

Em 16 de janeiro de 2003, a ANEEL emitiu uma notificação informando que a Companhia não obteve a autorização exigida referente ao convênio de fornecimento de dados e serviços de geoinformática, pelo período de 5 anos, feito com a Infovias. A ANEEL pode impor uma multa à Companhia relacionada a esta notificação. A penalidade máxima aplicável referente a esta questão é uma multa de até 2,00% do faturamento da CEMIG durante os 12 meses imediatamente anteriores a imposição da multa. A Administração acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial e, portanto, não constituiu provisão para esta ação.

(v) Reclamações Cíveis – Consumidores

Diversos consumidores impetraram ações cíveis coletivas contra a CEMIG objetivando a declaração da abusividade e ilegalidade de reajustes tarifários aplicados em exercícios anteriores nas contas de energia elétrica, incluindo a Recomposição Tarifária Extraordinária, e os Encargos de Capacidade Emergencial cobrados a partir de 2002. A Administração acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial e, portanto, não constituiu provisão para estas ações.

24) – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital Social

Na Assembléia Geral Ordinária – AGO (“AGO”) de 30 de abril de 2002, foi aprovado o aumento do Capital Social de R\$1.589.995 para R\$1.621.538, totalmente subscrito e integralizado, com a emissão de novas ações. O aumento de capital foi efetuado mediante a capitalização de parcela da Reserva de Capital, oriunda da Conta de Resultados a Compensar - CRC, distribuindo-se aos acionistas uma bonificação de 1,98% em novas ações.

As ações do capital social têm valor nominal de R\$0,01 por ação e estão assim distribuídas:

Acionistas	Quantidade de Ações em 31 de dezembro de 2002					
	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Estado de Minas Gerais	36.119.657.399	51	3.030.572.489	3	39.150.229.888	24
Southern Electric Brasil Participações Ltda.	23.362.956.173	33	-	-	23.362.956.173	14
Outros-						
No País	9.057.025.052	13	47.938.412.875	53	56.995.437.927	36
No Exterior	2.334.529.299	3	40.310.665.738	44	42.645.195.037	26
Total	<u>70.874.167.923</u>	<u>100</u>	<u>91.279.651.102</u>	<u>100</u>	<u>162.153.819.025</u>	<u>100</u>

Acionistas	Quantidade de Ações em 31 de dezembro de 2001					
	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Estado de Minas Gerais	35.416.837.353	51	2.971.417.216	3	38.388.254.569	24
Southern Electric Brasil Participações Ltda.	22.908.484.893	33	-	-	22.908.484.893	14
Outros-						
No País	8.632.301.983	12	42.397.054.596	48	51.029.356.579	33
No Exterior	2.537.853.702	4	44.135.548.689	49	46.673.402.391	29
Total	<u>69.495.477.931</u>	<u>100</u>	<u>89.504.020.501</u>	<u>100</u>	<u>158.999.498.432</u>	<u>100</u>

As ações preferenciais gozam de preferência na hipótese de reembolso de capital e participam dos lucros em igualdade de condições com as ações ordinárias. A AGO de 30 de abril de 2002 aprovou alteração no Estatuto Social, passando as ações preferenciais a terem direito a um dividendo mínimo anual igual ao maior valor entre 10,00% sobre o seu valor nominal e 3,00% do valor do patrimônio líquido das ações. Os dividendos mínimos a serem distribuídos anualmente, conforme critérios mencionados, não poderão ser inferiores a 25,00% do lucro líquido ajustado do exercício, na forma da Lei das Sociedades por Ações.

As ações do capital social da CEMIG, de propriedade de particulares, têm, estatutariamente, assegurado o direito a dividendos mínimos de 6% ao ano sobre o valor nominal de suas ações, nos exercícios em que a CEMIG não obtiver lucros suficientes para pagar dividendos a seus acionistas, garantia esta dada pelo Estado de Minas Gerais, nos termos do artigo 9º da Lei Estadual nº 828, de 14 de dezembro de 1951, e do artigo 1º da Lei Estadual nº 8.796, de 29 de abril de 1985.

(b) Acordo de Acionistas

Em 1997, o Governo do Estado de Minas Gerais realizou a venda de aproximadamente 33% das ações ordinárias da Companhia para um grupo de investidores, liderados pela Southern Electric Brasil Participações Ltda. ("Southern"). Como parte dessa operação, o Estado de Minas Gerais e a Southern assinaram um Acordo de Acionistas contendo, dentre outras disposições, o requerimento de quorum qualificado nas deliberações relacionadas a ações corporativas significativas, certas alterações no Estatuto Social da CEMIG, emissão de debêntures e títulos conversíveis, distribuição de dividendos que não sejam aqueles determinados no Estatuto Social e alterações na estrutura societária.

No dia 13 de setembro de 1999, o Estado de Minas Gerais ajuizou ação para anular o Acordo de Acionistas, sob o fundamento de violação das Constituições Estadual e Federal, uma vez que as disposições sobre quorum qualificado constituiriam transferência ilegal do controle da CEMIG à Southern.

Em 27 de setembro de 1999, o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais concedeu liminar suspendendo efeitos das disposições sobre quorum qualificado, permanecendo no aguardo da conclusão do processo.

Em março de 2000, a 1ª Vara Estadual da Fazenda Pública sentenciou como nulo o referido acordo de acionistas.

Em 07 de agosto de 2001, o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais confirmou a sentença de março de 2000, sentenciando o referido Acordo de Acionistas como nulo e sem efeito.

A Southern recorreu da sentença, não tendo sido julgado seu recurso.

(c) Reservas

A composição das contas Reservas de Capital e Reservas de Lucros é demonstrada como segue:

	Controladora	
	2002	2001
Reservas de Capital-		
Remuneração das Imobilizações em Curso – Capital Próprio	1.313.220	1.313.220
Doações e Subvenções para Investimentos	2.650.898	2.725.168
Ágio na Emissão de Ações	69.230	69.230
Correção Monetária do Capital	6	6
Ações em Tesouraria	(1.132)	(1.132)
	<u>4.032.222</u>	<u>4.106.492</u>
Reservas de Lucros-		
Reserva Legal	-	94.170
Reserva de Lucros a Realizar	-	313.918
Reserva de Retenção de Lucros	-	575.784
Outras Reservas de Lucros	-	169.604
	<u>-</u>	<u>1.153.476</u>

As Ações em Tesouraria referem-se ao repasse pelo FINOR, de ações oriundas dos recursos aplicados nos projetos da CEMIG na área da SUDENE, em função de incentivo fiscal.

O prejuízo no resultado do exercício de 2002 foi absorvido pelas Reservas de Lucros e parcela da Reserva de Capital, conforme demonstrado na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.

(d) Dividendos

A CEMIG optou, no exercício de 2002, por pagar Juros sobre Capital Próprio, a título de dividendos, no valor líquido de R\$201.216. O demonstrativo do cálculo dos dividendos é como segue:

	Controladora	
	2002	2001
Capital Social	1.621.538	1.589.995
(-) Ações em Tesouraria (valor nominal)	(691)	(678)
Capital Social Ajustado	1.620.847	1.589.317
Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2002	5.680.883	-
Valor dos Dividendos Mínimos (maior valor entre 10% do capital social e 3,00% do Patrimônio Líquido para 2002 e 10 % do Capital Social para 2001)	170.426	158.932
Dividendos Propostos-		
Juros sobre Capital Próprio	220.000	103.000
(-) Imposto de Renda Retido na Fonte	(18.784)	(10.210)
Valor líquido dos Juros sobre Capital Próprio (R\$1,24 por lote mil ações para 2002 e R\$0,58 por lote de mil ações em 2001)	201.216	92.790
Dividendos complementares (R\$0,70 por lote de mil ações)	-	111.650
Total do Dividendo Líquido	201.216	204.440
Valor excedente ao dividendo mínimo	30.790	45.508

O Art. 9º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, permitiu a dedutibilidade, para fins de Imposto de Renda e Contribuição Social, dos Juros sobre Capital Próprio pagos aos acionistas, calculados com base na variação da TJLP. Os efeitos fiscais decorrentes do provisionamento de R\$220.000 através de Juros sobre Capital Próprio foram de R\$74.800 (R\$35.020 em 2001), reconhecidos no resultado do exercício.

25) – FORNECIMENTO BRUTO DE ENERGIA ELÉTRICA

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores, é a seguinte:

	Consolidado					
	(Não auditado)					
	Nº de Consumidores		MWh		R\$	
	2002	2001	2002	2001	2002	2001
Residencial	4.615.178	4.429.005	6.360.335	6.475.291	1.791.096	1.593.969
Industrial	68.211	68.105	21.906.479	21.351.042	2.191.718	1.841.072
Comércio, Serviços e Outros	515.771	540.442	3.283.429	3.268.696	791.300	674.006
Rural	338.396	322.493	1.704.626	1.572.143	252.291	205.894
Poder Público	43.558	41.423	467.783	465.212	107.173	90.966
Iluminação Pública	2.227	2.703	904.639	824.794	133.083	105.013
Serviço Público	6.808	6.508	956.701	938.506	130.036	110.958
Consumo Próprio	1.339	1.391	50.064	51.732	-	-
Fornecimento não Faturado, Líquido	-	-	-	-	60.923	(35.024)
	5.591.488	5.412.070	35.634.056	34.947.416	5.457.620	4.586.854
Suprimento a Outras Concessionárias	4	5	313.392	632.101	20.469	28.610
Transações no MAE	-	-	-	-	513.127	115.925
Total	5.591.492	5.412.075	35.947.448	35.579.517	5.991.216	4.731.389

	Controladora					
	(Não auditado)					
	Nº de Consumidores		MWh		R\$	
	2002	2001	2002	2001	2002	2001
Residencial	4.615.178	4.429.005	6.360.335	6.475.291	1.791.096	1.593.969
Industrial	68.209	68.103	21.134.301	20.682.534	2.152.559	1.807.777
Comércio, Serviços e Outros	515.771	540.442	3.283.429	3.268.696	791.300	674.006
Rural	338.396	322.493	1.704.626	1.572.143	252.291	205.894
Poder Público	43.558	41.423	467.783	465.212	107.173	90.966
Iluminação Pública	2.227	2.703	904.639	824.794	133.083	105.013
Serviço Público	6.808	6.508	956.701	938.506	130.036	110.958
Consumo Próprio	1.339	1.391	50.064	51.732	-	-
Fornecimento não Faturado, Líquido	-	-	-	-	60.623	(35.933)
	<u>5.591.486</u>	<u>5.412.068</u>	<u>34.861.878</u>	<u>34.278.908</u>	<u>5.418.161</u>	<u>4.552.650</u>
Suprimento a Outras Concessionárias	4	5	313.392	632.101	20.469	28.610
Transações no MAE	-	-	-	-	513.127	115.925
Total	<u><u>5.591.490</u></u>	<u><u>5.412.073</u></u>	<u><u>35.175.270</u></u>	<u><u>34.911.009</u></u>	<u><u>5.951.757</u></u>	<u><u>4.697.185</u></u>

26) – OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	Consolidado		Controladora	
	2002	2001	2002	2001
Receita de Uso da Rede Básica de Transmissão	185.421	153.533	185.421	153.533
Fornecimento de Gás	199.546	115.940	-	-
Subvenção da Conta de Consumo de Combustível	40.468	74.442	40.468	74.442
Serviço Taxado	7.281	8.402	7.281	8.402
Renda da Prestação de Serviço	15.314	15.074	15.314	15.074
Aluguel e Arrendamento	20.043	9.722	20.043	9.722
Outras	17.350	1.427	1.761	319
	<u>485.423</u>	<u>378.540</u>	<u>270.288</u>	<u>261.492</u>

27) – DEDUÇÕES À RECEITA OPERACIONAL

	Consolidado		Controladora	
	2002	2001	2002	2001
ICMS	1.151.385	964.000	1.142.753	958.532
COFINS	198.888	181.967	192.375	177.253
Reserva Global de Reversão – RGR	144.391	129.623	143.782	129.071
PASEP	58.268	39.427	56.668	38.405
Encargo de Capacidade Emergencial	79.677	-	79.374	-
Outras	689	244	448	235
	<u>1.633.298</u>	<u>1.315.261</u>	<u>1.615.400</u>	<u>1.303.496</u>

A partir do exercício de 2002, foram estabelecidos encargos tarifários, a serem rateados entre os consumidores finais de energia elétrica, relativos a contratação de capacidade de geração ou potência pela Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial (“CBEE”). Os referidos encargos foram integralmente repassados à tarifa sendo registrados como parte da receita bruta com fornecimento de energia elétrica, faturada diretamente aos consumidores finais.

A cobrança do Encargo de Capacidade Emergencial esteve suspensa, no período de 02/07/2002 a 08/10/2002, em função de liminar de Ação Cível Pública.

28) – PESSOAL

	Consolidado		Controladora	
	2002	2001	2002	2001
Remunerações e encargos	570.089	530.397	559.219	524.710
Contribuições para suplementação de aposentadoria – plano de contribuição definida	21.402	22.051	21.402	22.051
Benefícios assistenciais	58.668	58.705	57.282	58.071
	650.159	611.153	637.903	604.832
(-) Custos com pessoal transferidos para obras em andamento	(100.943)	(91.068)	(99.150)	(89.934)
	549.216	520.085	538.753	514.898
Programa de Desligamento Voluntário - PDV	1.753	32.541	1.753	32.541
	550.969	552.626	540.506	547.439

29) – ENERGIA ELÉTRICA COMPRADA PARA REVENDA

	Consolidado e Controladora	
	2002	2001
Energia de Itaipu Binacional	979.239	823.116
Transações com energia no MAE	549.168	177.164
Contratos Iniciais	148.218	138.143
Recomposição Tarifária Extraordinária – repasse aos geradores	45.330	372.939
Outros	10.723	2.890
	1.732.678	1.514.252

A energia comprada de Itaipu Binacional possui tarifa em Dólar norte-americano, sendo definida através de Resolução pela ANEEL. Em 23 de outubro de 2002, a ANEEL reduziu em 13,18% a tarifa de repasse de potência de Itaipu, de US\$ 20,1988 para US\$ 17,5374 por quilowatt (Kw).

30) – OUTRAS DESPESAS LÍQUIDAS

	Consolidado		Controladora	
	2002	2001	2002	2001
Combustível para Produção de Energia Elétrica	41.167	74.798	41.167	74.798
Arrendamentos e Aluguéis	15.094	12.451	14.165	12.311
Indenizações Trabalhistas	4.433	6.340	4.433	6.340
Subvenções e Doações	14.202	11.731	14.199	11.731
Propaganda e Publicidade	19.110	22.888	18.576	22.867
Taxa de Fiscalização da ANEEL	11.523	12.637	11.370	12.496
Consumo Próprio de Energia Elétrica	11.796	8.897	10.359	8.897
Seguros	657	2.382	611	2.363
Contribuição ao MAE	6.208	10.580	6.208	10.580
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico	11.501	10.009	11.197	10.009
Impostos e Taxas (IPTU, IPVA e outros)	3.516	2.746	3.460	2.742
Outras Líquidas	18.971	15.350	10.706	13.774
	158.178	190.809	146.451	188.908

Os gastos com compra de combustível para produção de energia elétrica são reembolsados pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRÁS e registrados na conta de Outras Receitas Operacionais – Subvenção da Conta de Consumo de Combustível.

31) – RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS

	Consolidado		Controladora	
	2002	2001	2002	2001
Receitas Financeiras -				
Renda de Aplicação Financeira	235.868	85.119	223.478	77.639
Acréscimos Moratórios em Contas de Energia	43.014	42.029	43.014	42.029
Juros e Variação Monetária Auferidos com Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais	308.180	253.220	308.180	253.220
Variação Monetária da Recomposição Tarifária Extraordinária	198.833	25.779	198.833	25.779
Variações Cambiais	75.252	57.784	75.250	57.784
PASEP e COFINS incidente sobre as receitas financeiras	(44.599)	(18.956)	(44.419)	(18.956)
Outras	50.655	49.632	50.500	49.590
	<u>867.203</u>	<u>494.607</u>	<u>854.836</u>	<u>487.085</u>
Despesas Financeiras -				
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	(251.396)	(225.789)	(232.888)	(221.227)
Variações Cambiais	(803.276)	(259.646)	(771.975)	(267.323)
Variações Monetárias – Empréstimos e Financiamentos	(101.342)	(33.179)	(101.342)	(33.179)
C.P.M.F.	(28.335)	(27.502)	(26.885)	(26.573)
Provisão para Desvalorização de Títulos e Valores Mobiliários	(60.969)	(3.983)	(60.969)	(3.983)
Venda Antecipada de Energia Elétrica	(9.795)	(18.543)	(9.795)	(18.543)
Outras	(7.550)	(18.471)	(5.008)	(17.759)
	<u>(1.262.663)</u>	<u>(587.113)</u>	<u>(1.208.862)</u>	<u>(588.587)</u>
Juros sobre Capital Próprio	<u>(220.000)</u>	<u>(103.000)</u>	<u>(220.000)</u>	<u>(103.000)</u>
	<u>(615.460)</u>	<u>(195.506)</u>	<u>(574.026)</u>	<u>(204.502)</u>

Os encargos financeiros e efeitos inflacionários/cambiais incidentes sobre os empréstimos e financiamentos vinculados a obras, no exercício de 2002, nos montantes de R\$41.626 e R\$69.621, respectivamente, foram transferidos para as rubricas de Ativo Imobilizado e Investimentos (R\$414 de encargos financeiros e R\$355 de efeitos inflacionários/cambiais em 2001). Os valores capitalizados referem-se basicamente aos recursos obtidos através da colocação de debêntures, em novembro de 2001, sendo aplicados em conformidade ao Programa de Investimentos da CEMIG em 2002.

Os juros e variação monetária incidentes sobre o Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais, demonstrados acima, referem-se principalmente ao Terceiro Aditivo contratual assinado com o Governo do Estado de Minas Gerais, considerando que foi constituída uma provisão integral para os juros e variação monetária incidentes sobre o Segundo Aditivo contratual a partir de 1º de abril de 2002. Maiores informações na Nota Explicativa nº 13.

32) – RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	Consolidado		Controladora	
	2002	2001	2002	2001
Prejuízo Líquido na Desativação e Alienação de Bens	13.557	44.022	13.332	44.021
FORLUZ – Custeio Administrativo	9.387	7.885	9.387	7.885
Perdas em Projetos	3.059	31.149	3.059	31.149
Outros	1.230	6.855	1.230	6.855
	<u>27.233</u>	<u>89.911</u>	<u>27.008</u>	<u>89.910</u>

33) – PERDA EXTRAORDINÁRIA

A CEMIG registrou, no exercício de 2002, uma provisão para perda no montante de R\$1.045.325 referente ao Segundo Aditivo contratual do contas a receber do Governo do Estado de Minas Gerais. As informações detalhadas estão descritas na Nota Explicativa nº 13.

34) – PARTICIPAÇÕES DOS EMPREGADOS

As participações dos empregados nos resultados dos exercícios de 2002 e 2001 foram definidas através de acordo coletivo específico, sendo parcela do valor correspondente a um percentual do lucro operacional nas atividades vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica. Em conformidade ao acordo mencionado, a participação no resultado do exercício de 2002, incluindo a contribuição para o plano de pensão, incidente sobre os valores da participação, correspondeu a R\$38.184 (R\$47.386 em 2001), sendo realizado um adiantamento de R\$12.481 em novembro de 2002 (R\$9.537 em 2001).

35) – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações com partes relacionadas da CEMIG são como segue:

	2002		2001	
	Governo do Estado de Minas Gerais	FORLUZ	Governo do Estado de Minas Gerais	FORLUZ
ATIVO				
Circulante				
Consumidores e Revendedores	7.843	-	3.353	-
Tributos Compensáveis - ICMS a Compensar em 48 meses	15.239	-	16.306	-
Outros Créditos - Adiantamento para Custeio de Benefícios Assistenciais	-	17.641	-	19.517
Realizável a Longo Prazo				
Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais	754.960	-	1.492.105	-
Outros - ICMS a Compensar – questionamento judicial ICMS a Compensar em 48 meses	18.843 49.589	- -	18.843 29.457	- -
PASSIVO				
Circulante				
Tributos e Contribuição Social - ICMS a Pagar	44.240	-	29.314	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	50.418	-	49.129	-
Obrigações Pós-Emprego	-	180.992	-	151.870
Outras Obrigações - Repasse de Contribuições	-	15.938	-	19.915
Exigível a Longo Prazo				
Debêntures	25.507	-	-	-
Obrigações Pós-Emprego	-	1.656.488	-	1.701.868
	2002		2001	
RESULTADO				
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica	24.887	-	20.944	-
Deduções à Receita Operacional – ICMS	(1.142.753)	-	(958.532)	-
Despesa com Obrigações Pós-emprego	-	(145.473)	-	(201.056)
Despesa com Pessoal – Contribuições para suplementação de aposentadoria – plano de contribuição definida	-	(21.402)	-	(22.051)
Receita Financeira - Juros e Variação Monetária – Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais	308.180	-	253.220	-
Perda Extraordinária	(1.045.325)	-	-	-
Despesa não Operacional Custeio Administrativo da Forluz	-	9.387	-	7.885

Vide maiores informações referentes às principais transações realizadas nas Notas Explicativas nºs 10, 13, 19, 20, 21, 25, 27, 28, 32 e 34.

O saldo de consumidores e revendedores referente ao Governo do Estado de Minas Gerais, no montante de R\$7.843, encontra-se vencido. A Administração da CEMIG não espera perdas na realização deste ativo.

36) – INSTRUMENTOS FINANCEIROS E EXPOSIÇÃO A RISCOS

a) Instrumentos financeiros

A CEMIG utiliza instrumentos financeiros, sendo que todas as operações estão integralmente contabilizadas e são restritas a Disponibilidades, Consumidores e Revendedores, Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais, Títulos e Valores Mobiliários Disponíveis para Venda e Empréstimos e Financiamentos.

A CEMIG mantém políticas e estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança, bem como possui procedimentos de monitoramento dos saldos, e tem operado com bancos que atendem a requisitos de solidez financeira e confiabilidade, segundo critérios gerenciais definidos. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. As aplicações financeiras da CEMIG e suas controladas com operações compromissadas com outros títulos, em 31 de dezembro de 2002, estão demonstradas a seguir:

- I. Operações compromissadas da CEMIG e suas controladas com debêntures emitidas por terceiros (instituição financeira), nos montantes de R\$26.060 e R\$6.257, respectivamente, com cláusula de garantia de recompra imediata do banco custodiante, a critério da CEMIG, sem penalidade ou perda de rentabilidade, sendo remuneradas pela variação da taxa de negociação do CDI – Certificado de Depósito Interbancário.
- II. Aplicações financeiras das controladas em fundos de investimentos, compromissadas com swap de taxas, no montante de R\$6.676, através do repasse de títulos públicos ou privados de emissão de terceiros, com o compromisso de recompra dos mesmos. Nos contratos são acordadas a data final de recompra e a taxa de remuneração da operação, vinculada ao CDI – Certificado de Depósito Interbancário. As controladas possuem a opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidade ou perda de rentabilidade.

b) Risco de taxas de câmbio

A CEMIG e controladas estão expostas ao risco de elevação das taxas de câmbio, principalmente a cotação do Dólar norte-americano em relação ao Real, com impacto no endividamento, resultado e no fluxo de caixa. A exposição líquida à taxa de câmbio é como segue:

	Consolidado		Controladora	
	2002	2001	2002	2001
Dólar Norte-Americano				
Empréstimos e Financiamentos	1.994.957	1.301.424	1.872.393	1.255.220
Venda Antecipada de Energia Elétrica	-	42.596	-	42.596
(-) Fundos Vinculados a Empréstimos e Financiamentos	(102.496)	(132.689)	(102.496)	(132.689)
	<u>1.892.461</u>	<u>1.211.331</u>	<u>1.769.897</u>	<u>1.165.127</u>
Outras moedas estrangeiras				
Empréstimos e Financiamentos	124.090	79.709	124.090	79.709
Passivo líquido exposto	<u>2.016.551</u>	<u>1.291.040</u>	<u>1.893.987</u>	<u>1.244.836</u>

c) Risco de taxas de inflação

A CEMIG e controladas estão expostas à elevação dos índices inflacionários, com impacto no endividamento, resultado e fluxo de caixa. A exposição líquida à taxa de inflação é como segue:

	Consolidado		Controladora	
	2002	2001	2002	2001
Empréstimos e Financiamentos – IGP-M	1.076.252	865.957	1.076.252	865.957
Empréstimos e Financiamentos – outros índices de inflação	344.071	286.947	330.579	279.345
(-) Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais – IGP-DI	(754.960)	(1.492.105)	(754.960)	(1.492.105)
Passivo líquido exposto	665.363	(339.201)	651.871	(346.803)

d) Risco de taxas de juros internacionais

A CEMIG e suas controladas estão expostas a elevação das taxas de juros internacionais, com impacto nos empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira com taxas de juros flutuantes (principalmente Libor), nos montantes de R\$827.530 e R\$122.564 respectivamente.

e) Risco de crédito

O risco decorrente da possibilidade da CEMIG e suas controladas vir a incorrer em perdas advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é considerado baixo. Parcela substancial das vendas está pulverizada em um grande número de consumidores e adicionalmente, a CEMIG vem aprimorando os seus procedimentos para a redução das faturas em atraso, através de emissão de aviso de vencimento dos débitos, contatos telefônicos, no caso dos grandes consumidores, e negociações que viabilizem o recebimento dos créditos. Após serem esgotadas as possibilidades de regularização das contas em atraso, a CEMIG procede à suspensão do fornecimento.

37) – SEGUROS

As apólices de seguro da Companhia para cobrir danos em suas usinas em função de riscos de incêndio ou operacional, tais como falhas de equipamentos, expiraram em 31 de dezembro de 2001. A companhia está solicitando propostas para contratar novas apólices de seguro referentes a estes riscos.

A CEMIG não tem apólices de seguro para cobrir acidentes com terceiros e não está solicitando propostas para este tipo de seguro. Adicionalmente, a Companhia não solicitou propostas e não possui apólices vigentes para seguros contra eventos que poderiam afetar suas instalações, tais como terremotos e inundações, falhas sistêmicas ou risco de interrupção dos negócios.

A Companhia não tem experimentado perdas significativas em função dos riscos acima mencionados.

A CEMIG mantém apólices de seguro visando cobrir danos em determinados itens do seu ativo, como segue:

Risco	Data de Vigência	Importância	
		Segurada	Prêmio Anual
Aeronáutico – Aeronaves	28/02/02 a 28/02/03	24.641	704
Aeronáutico – Aeronaves	28/02/02 a 28/02/04	25.376	967
Incêndio – Almoarifados e instalações prediais	30/07/02 a 10/07/03	256.159	124
Incêndio – Equipamentos de telecomunicações	01/01/03 a 01/01/04	16.119	6

38) – DESVERTICALIZAÇÃO

Atualmente, as operações de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica da CEMIG são integradas verticalmente e diretamente operadas pela CEMIG. Entretanto, em função dos principais contratos de concessão e de acordo com certas alterações nas regulamentações do setor elétrico brasileiro, a CEMIG reestruturou suas operações, resultando no desmembramento de suas operações de geração, transmissão e distribuição (desverticalização) em subsidiárias integrais da CEMIG. De acordo com os contratos de concessão, a CEMIG tinha que ter completado o processo de reorganização até 31 de dezembro de 2000.

A ANEEL concedeu uma prorrogação do prazo, até 21 de setembro de 2002, para a CEMIG concluir o processo de desverticalização.

O Governo do Estado, acionista majoritário, considerando que o processo de desverticalização deve ser aprovado previamente pela Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, enviou um projeto de lei para a Assembléia Legislativa, em 02 de março de 2001, propondo a reorganização da CEMIG em três companhias distintas. Este projeto de lei não foi aprovado e o processo de desverticalização ainda não foi completado. Adicionalmente, a Companhia solicitou prazo adicional para a ANEEL, o qual ainda não foi respondido.

Em 11 de novembro de 2002, a ANEEL multou a Companhia no montante de R\$5.507 em função da não conclusão da desverticalização. Nenhuma provisão foi constituída para fazer face a essa disputa, uma vez que a Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial contra esta multa ou quaisquer outras penalidades que possam ser impostas com relação a esse assunto.

39) – EVENTOS SUBSEQUENTES

a) Revisão tarifária periódica

Representa o processo de revisão, a cada quatro ou cinco anos, dos valores das tarifas das empresas que detém concessão pública para serviço de distribuição de energia elétrica, visando o equilíbrio financeiro da concessão. Na definição das novas tarifas, são consideradas as mudanças ocorridas na estrutura de custos e de mercado das empresas e a taxa adequada de retorno sobre os investimentos realizados.

O processo de revisão tarifária da CEMIG está previsto para o ano de 2003.

Em 17 de fevereiro de 2003, a ANEEL submeteu à consulta pública a proposta preliminar de reajuste tarifário da CEMIG, no percentual de 27,49%, a ser aplicado a partir de 08 de abril de 2003. A proposta preliminar de reajuste da ANEEL ainda poderá sofrer alterações em decorrência da revisão de determinados custos utilizados para definição da tarifa a ser aplicada.

b) Empréstimo do BNDES para liquidação das obrigações no MAE

Em 07 de fevereiro de 2003, a CEMIG obteve um empréstimo junto ao BNDES para liquidação parcial de suas obrigações referente às transações com energia no âmbito do MAE, conforme estabelecia o Acordo Geral do Setor Elétrico. O empréstimo deverá ser pago em 60 parcelas mensais e consecutivas, a partir de 15 de março de 2003, com a incidência de juros anuais de 1,00% e atualização monetária pela variação da SELIC.

* * * * *

Djalma Bastos de Moraes
Diretor Presidente

Celso Ferreira
Diretor de Planejamento, Projetos e
Construções e, cumulativamente
Vice-Presidente

Flávio Decat de Moura
Diretor de Finanças e Participações
e, cumulativamente Diretor de
Relações com Investidores

Heleni de Mello Fonseca
Diretora de Gestão Empresarial

José Maria de Macedo
Diretor de Distribuição e
Comercialização

Cristiano Corrêa de Barros
Superintendente de Controladoria

Márcio Amaral Rocha
Gerente de Contabilidade
Contador – CRC-MG-26.730

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002 E 2001

(Em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora	
	2002	2001	2002	2001
DAS OPERAÇÕES				
Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício	(1.001.833)	477.929	(1.001.833)	477.929
Despesas (Receitas) que não afetam o Caixa -				
Depreciação e Amortização	550.513	516.348	518.896	503.033
Recomposição Tarifária Extraordinária	(275.321)	(1.057.703)	(275.321)	(1.057.703)
Despesa com Compra de Energia Livre	45.330	561.801	45.330	561.801
Revendedores – transações no MAE	(464.977)	(80.140)	(464.977)	(80.140)
Baixas de Imobilizado Líquidas	26.278	100.536	26.224	100.536
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	-	4.693	(28.452)
Juros e Variações Monetárias - Longo Prazo	215.721	(136.537)	169.923	(148.327)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	(104.111)	63.311	(85.204)	64.049
Provisão para Perdas na Recuperação dos Valores da Recomposição Tarifária Extraordinária	177.627	-	177.627	-
Provisões para Perdas Operacionais	70.038	26.045	70.038	26.045
Obrigações Pós-Emprego	145.473	201.056	145.473	201.056
Provisão para Perdas com o Contas a Receber do Estado de Minas Gerais	1.045.325	-	1.045.325	-
Outros	(12.688)	35.505	-	34.969
	<u>417.375</u>	<u>708.151</u>	<u>376.194</u>	<u>654.796</u>
 (Aumento) Redução de Ativos-				
Consumidores e Revendedores	(410.183)	180.054	(384.259)	189.245
Recomposição Tarifária Extraordinária – Recebimento dos Consumidores	218.168	-	218.168	-
Tributos Compensáveis	71.234	98.163	69.990	100.780
Outros Ativos Circulantes	(97.140)	(36.247)	(95.752)	(30.167)
Despesas Antecipadas – CVA	(237.311)	(420.052)	(237.311)	(420.052)
Depósitos Judiciais	(50.080)	-	(50.080)	-
Racionamento – Bônus Pagos aos Consumidores em excesso à Sobretaxa	(87.586)	(97.093)	(87.586)	(97.093)
Ressarcimento pela ANEEL dos Bônus Pagos aos Consumidores	132.596	-	132.596	-
Outros Realizáveis a Longo Prazo	(57.537)	(48.925)	(63.083)	(31.960)
	<u>(517.839)</u>	<u>(324.100)</u>	<u>(497.317)</u>	<u>(289.247)</u>
 Aumento (Redução) de Passivos-				
Fornecedores	605.544	115.708	585.301	111.918
Tributos e Contribuição Social	143.252	183.875	141.206	181.860
Salários e Contribuições Sociais	11.445	16.751	10.876	16.375
Encargos Regulatórios	42.160	(37.709)	42.418	(38.027)
Empréstimos e Financiamentos	250.423	157.013	246.299	149.098
Obrigações Pós-Emprego	(161.731)	(154.663)	(161.731)	(154.663)
Outros	(4.500)	68.182	3.743	55.327
	<u>886.593</u>	<u>349.157</u>	<u>868.112</u>	<u>321.888</u>
 CAIXA GERADO PELAS OPERAÇÕES	786.129	733.208	746.989	687.437

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002 E 2001

(Em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora	
	2002	2001	2002	2001
ATIVIDADE DE FINANCIAMENTO				
Financiamentos Obtidos	518.288	1.154.800	494.171	1.149.900
Pagamentos de Empréstimos e Financiamentos	(596.521)	(704.072)	(549.713)	(704.072)
Obrigações Especiais	157.091	173.589	157.091	173.589
Venda Antecipada de Energia Elétrica	(42.596)	(60.668)	(42.596)	(60.668)
Aumento de Capital	11.526	-	-	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	(214.508)	(169.593)	(214.590)	(169.641)
	<u>(166.720)</u>	<u>394.056</u>	<u>(155.637)</u>	<u>389.108</u>
TOTAL DE INGRESSO DE RECURSOS	<u>619.409</u>	<u>1.127.264</u>	<u>591.352</u>	<u>1.076.545</u>
INVESTIMENTOS				
Em Investimentos	(322.542)	(164.875)	(509.570)	(210.027)
No Imobilizado	(853.409)	(510.906)	(673.971)	(443.307)
No Diferido	(16.571)	(503)	-	-
	<u>(1.192.522)</u>	<u>(676.284)</u>	<u>(1.183.541)</u>	<u>(653.334)</u>
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA	<u>(573.113)</u>	<u>450.980</u>	<u>(592.189)</u>	<u>423.211</u>
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA				
No início do exercício	696.088	245.108	642.492	219.281
No fim do exercício	<u>122.975</u>	<u>696.088</u>	<u>50.303</u>	<u>642.492</u>
	<u>(573.113)</u>	<u>450.980</u>	<u>(592.189)</u>	<u>423.211</u>

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002 E 2001

(Em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora					
	2002	2001	2002	2001				
RECEITAS								
Venda de Energia e Serviços	6.751.960	6.167.632	6.497.366	6.016.380				
Provisão sobre Créditos de Liquidação Duvidosa	(13.255)	(13.051)	(13.255)	(13.051)				
Perda Extraordinária	(1.045.325)	-	(1.045.325)	-				
Resultado Não Operacional	(27.233)	(89.911)	(27.008)	(89.910)				
	<u>5.666.147</u>	<u>6.064.670</u>	<u>5.411.778</u>	<u>5.913.419</u>				
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS								
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(1.732.678)	(1.514.252)	(1.732.678)	(1.514.252)				
Encargos de Uso da Rede Básica da Transmissão	(297.537)	(250.499)	(297.537)	(250.499)				
Serviços de Terceiros	(264.563)	(218.903)	(256.926)	(213.849)				
Gás Comprado para Revenda	(152.132)	(84.142)	-	-				
Materiais	(78.428)	(71.225)	(76.791)	(70.211)				
Outros Custos Operacionais	(356.396)	(198.798)	(345.654)	(197.028)				
	<u>(2.881.734)</u>	<u>(2.337.819)</u>	<u>(2.709.586)</u>	<u>(2.245.839)</u>				
VALOR ADICIONADO BRUTO	2.784.413	3.726.851	2.702.192	3.667.580				
RETENÇÕES								
Depreciação e Amortização	(550.513)	(516.348)	(518.896)	(503.033)				
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	<u>2.233.900</u>	<u>3.210.503</u>	<u>2.183.296</u>	<u>3.164.547</u>				
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA								
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	-	(4.693)	28.452				
Receitas Financeiras	850.833	509.587	838.286	502.058				
	<u>850.833</u>	<u>509.587</u>	<u>833.593</u>	<u>530.510</u>				
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	<u>3.084.733</u>	<u>3.720.090</u>	<u>3.016.889</u>	<u>3.695.057</u>				
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO								
		%		%		%		%
Pessoal e Encargos	636.515	21	714.187	19	627.889	21	709.119	19
Impostos, Taxas e Contribuições	2.273.230	74	1.959.212	53	2.255.660	75	1.937.667	53
Juros e Aluguéis	968.453	30	568.226	15	915.173	30	570.342	15
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	220.000	7	214.650	6	220.000	7	214.650	6
Participação de Minoritários	(11.632)	-	536	-	-	-	-	-
Lucros Retidos	(1.001.833)	(32)	263.279	7	(1.001.833)	(33)	263.279	7
	<u>3.084.733</u>	<u>100</u>	<u>3.720.090</u>	<u>100</u>	<u>3.016.889</u>	<u>100</u>	<u>3.695.057</u>	<u>100</u>

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO SEGREGADO POR ATIVIDADE

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002

(Em milhares de reais)

DESCRIÇÃO	Geração	Transmissão	Distribuição	Comercialização	Atividades não Vinculadas	Total
RECEITA OPERACIONAL						
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica	1.246.389	-	1.224.110	3.468.334	12.924	5.951.757
Recomposição Tarifária Extraordinária	-	-	-	275.321	-	275.321
Outras Receitas Operacionais	39.453	191.155	26.725	8.880	4.075	270.288
	<u>1.285.842</u>	<u>191.155</u>	<u>1.250.835</u>	<u>3.752.535</u>	<u>16.999</u>	<u>6.497.366</u>
DEDUÇÕES À RECEITA OPERACIONAL-						
Receita Operacional Líquida	<u>1.182.957</u>	<u>178.745</u>	<u>1.174.246</u>	<u>2.329.864</u>	<u>16.154</u>	<u>4.881.966</u>
DESPESA OPERACIONAL						
Pessoal	(68.197)	(44.708)	(376.467)	(49.012)	(2.122)	(540.506)
Pessoal – Administradores e Conselheiros	(350)	(201)	(1.579)	(105)	(5)	(2.240)
Participações dos Empregados	(5.155)	(2.183)	(29.613)	(1.233)	-	(38.184)
Materiais	(9.710)	(5.327)	(54.009)	(7.532)	(213)	(76.791)
Serviços de Terceiros	(29.956)	(12.283)	(160.065)	(53.231)	(1.391)	(256.926)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	(46.319)	-	-	-	-	(46.319)
Energia Elétrica Comprada para Revenda	-	-	-	(1.732.678)	-	(1.732.678)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	-	-	-	(297.367)	(170)	(297.537)
Depreciação e Amortização	(136.958)	(32.716)	(346.681)	(1.452)	(1.089)	(518.896)
Obrigações Pós-Emprego	(20.366)	(10.183)	(110.560)	(4.364)	-	(145.473)
Provisão para Perdas na Recuperação dos Valores da Recomposição Tarifária Extraordinária	-	-	-	(177.627)	-	(177.627)
Provisões Operacionais	(8.112)	(3.080)	(38.335)	(2.736)	(193)	(52.456)
Quota para a Conta de Consumo de Combustível – CCC	-	-	-	(344.902)	-	(344.902)
Outras Despesas Líquidas	(57.695)	(4.625)	(62.320)	(12.395)	(9.416)	(146.451)
	<u>(382.818)</u>	<u>(115.306)</u>	<u>(1.179.629)</u>	<u>(2.684.634)</u>	<u>(14.599)</u>	<u>(4.376.986)</u>
Lucro (Prejuízo) Operacional antes do Resultado de Equivalência Patrimonial e Receitas (Despesas) Financeiras	<u>800.139</u>	<u>63.439</u>	<u>(5.383)</u>	<u>(354.770)</u>	<u>1.555</u>	<u>504.980</u>
RESULTADO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	-	-	-	-	(4.693)	(4.693)
RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS						
Receita Financeira	50.927	34.145	513.634	255.791	339	854.836
Despesa Financeira	(291.708)	(60.624)	(815.432)	(2.803)	(38.295)	(1.208.862)
	<u>(240.781)</u>	<u>(26.479)</u>	<u>(301.798)</u>	<u>252.988</u>	<u>(37.956)</u>	<u>(354.026)</u>
Juros sobre Capital Próprio	(30.800)	(15.400)	(167.200)	(6.600)	-	(220.000)
	<u>(271.581)</u>	<u>(41.879)</u>	<u>(468.998)</u>	<u>246.388</u>	<u>(37.956)</u>	<u>(574.026)</u>
Lucro (Prejuízo) Operacional	<u>528.558</u>	<u>21.560</u>	<u>(474.381)</u>	<u>(108.382)</u>	<u>(41.094)</u>	<u>(73.739)</u>
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	<u>(12.565)</u>	<u>(1.947)</u>	<u>(7.273)</u>	<u>(1.838)</u>	<u>(3.385)</u>	<u>(27.008)</u>
PERDA EXTRAORDINÁRIA	<u>(146.346)</u>	<u>(73.173)</u>	<u>(794.446)</u>	<u>(31.360)</u>	<u>-</u>	<u>(1.045.325)</u>
Lucro (Prejuízo) antes do Imposto de Renda, Contribuição Social	<u>369.647</u>	<u>(53.560)</u>	<u>(1.276.100)</u>	<u>(141.580)</u>	<u>(44.479)</u>	<u>(1.146.072)</u>
Imposto de Renda	(130.459)	(10.906)	40.009	22.382	10.051	(68.923)
Contribuição Social	(52.756)	(3.086)	34.417	10.278	4.309	(6.838)
Lucro (Prejuízo) Antes da Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	<u>186.432</u>	<u>(67.552)</u>	<u>(1.201.674)</u>	<u>(108.920)</u>	<u>(30.119)</u>	<u>(1.221.833)</u>
Reversão dos Juros Sobre Capital Próprio	30.800	15.400	167.200	6.600	-	220.000
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	<u>217.232</u>	<u>(52.152)</u>	<u>(1.034.474)</u>	<u>(102.320)</u>	<u>(30.119)</u>	<u>(1.001.833)</u>

NOTA EXPLICATIVA À DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO SEGREGADO POR ATIVIDADE

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002

A CEMIG mantém registro das receitas e despesas por atividade, segregando-as entre geração, transmissão, distribuição, comercialização e atividades não vinculadas a concessão do serviço público de energia elétrica da CEMIG, conforme determinação do Órgão Regulador. A Demonstração do Resultado Segregado por Atividade para o exercício findo em 31 de dezembro de 2002 foi elaborada adotando-se os critérios descritos abaixo.

Para segregação das Receitas Operacionais são adotados os seguintes critérios:

- ❑ Geração - Refere-se ao fornecimento de energia para a atividade de Distribuição, sendo adotada a tarifa de R\$41,19/MWh, até 07 de abril de 2002 e R\$45,08/MWh a partir de então.
- ❑ Transmissão – Refere-se à utilização das instalações de transmissão da rede básica, com receita permitida aprovada através de Resolução pela ANEEL, e outros serviços relacionados, e compreende valores efetivamente faturados pela Companhia a terceiros durante o exercício.
- ❑ Distribuição - Refere-se a utilização das redes, linhas e subestações de distribuição, tensão inferior a 230 KV, sendo adotada uma tarifa interna, definida pela CEMIG, para remuneração da atividade.
- ❑ Comercialização – Refere-se aos valores efetivamente faturados pela CEMIG a consumidores finais, reduzidos daqueles alocados as atividades de Geração, Transmissão e Distribuição.
- ❑ Atividades não vinculadas a concessão do serviço público de energia elétrica – Referem-se as receitas provenientes dos ativos da CEMIG relacionados a atividade de produtor independente de energia elétrica e outras operações não vinculadas a concessão.

A receita de geração para operações internas não foi faturada, mas somente reduzida da receita faturada pela atividade de Comercialização.

Para segregação das despesas, são adotados os seguintes critérios:

Deduções às Receitas - Exceto quanto ao ICMS e ECE, que incidem somente sobre a atividade de Comercialização, foram alocadas proporcionalmente às receitas de cada atividade.

Despesas Operacionais - As despesas relacionadas diretamente com as atividades foram alocadas especificamente, conforme registro contábil definido no Plano de Contas. As despesas comuns, quando a identificação por atividade não foi possível, foram apropriadas através de rateio, proporcionalmente às Despesas de Pessoal e Serviço de Terceiros, diretamente alocadas, conforme previsto no Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica.

Os Resultados de Equivalência Patrimonial foram alocados integralmente como Atividades não vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica.

Para segregação das Receitas e Despesas Financeiras, Resultado não Operacional e Provisão para Perdas Extraordinárias são adotados os mesmos critérios das despesas operacionais.

A Contribuição Social e o Imposto de Renda foram alocados proporcionalmente ao Resultado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social, considerando a indedutibilidade da provisão para perdas no Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais (perda extraordinária) na mesma proporção em que foi alocada no Resultado Segregado.

Os Juros sobre Capital Próprio e a Reversão dos Juros sobre o Capital Próprio foram alocados de acordo com os critérios de alocação das despesas operacionais comuns, ou seja, proporcionalmente às Despesas de Pessoal e Serviço de Terceiros, diretamente alocadas.

As receitas e despesas alocadas entre as diversas atividades da Companhia, de todas as naturezas indicadas, limitaram-se aos valores totais efetivamente auferidos e incorridos durante o exercício pela CEMIG. Não foram criadas receitas e despesas em adição aos valores constantes dos registros contábeis oficiais, de modo a não ser necessária a eliminação de saldos entre atividades.

A Demonstração de Resultado Segregado por Atividade foi elaborada em conformidade à instrução do órgão regulador, sendo que não foram elaborados os respectivos Balanço Patrimonial e a Mutações do Patrimônio Líquido. Desta forma, a referida Demonstração não representa a Demonstração do Resultado de cada atividade, caso as mesmas fossem sociedades constituídas legalmente, com operações independentes.

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da
Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG
Belo Horizonte - MG

1. Examinamos os balanços patrimoniais individual (controladora) e consolidado da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG e controladas levantados em 31 de dezembro de 2002 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.
2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas brasileiras de auditoria e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da Companhia e controladas; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia e controladas, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG e controladas em 31 de dezembro de 2002, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos referentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
4. As informações suplementares contidas nos anexos I e II, referentes às demonstrações consolidadas e individuais (controladora) do fluxo de caixa e do valor adicionado referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2002, são apresentadas com o propósito de permitir análises adicionais e não são requeridas como parte das demonstrações financeiras básicas. Estas informações foram por nós examinadas, de acordo com os procedimentos de auditoria mencionados no parágrafo (2) acima e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
5. As informações suplementares contidas no anexo III, referentes à demonstração do resultado segregado por atividade da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG (controladora) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2002, são apresentadas por determinação do Órgão Regulador das atividades da Companhia e não são requeridas como parte das demonstrações contábeis básicas. Estas informações foram por nós examinadas, de acordo com os procedimentos de auditoria mencionados no parágrafo (2) acima e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os aspectos relevantes, em relação aos critérios descritos no anexo III.
6. Conforme descrito na nota explicativa no. 19, a Companhia não atendeu a determinados índices constantes de cláusulas restritivas de empréstimos. A Administração da Companhia encaminhou ações a este respeito e acredita que as providências iniciadas irão resultar no cumprimento destas cláusulas a curto prazo.

7. Conforme descrito na nota explicativa nº. 7 às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2002, a Companhia e controladas têm registrado, no ativo circulante e realizável a longo prazo, valores a receber no montante de R\$82.476 mil e R\$462.640 mil, respectivamente e, no passivo circulante, valores a pagar no montante de R\$770.578 mil, relativos às transações de venda e compra de energia realizada no âmbito do Mercado Atacadista de Energia – MAE, com base em cálculos preparados e divulgados pelo MAE. Esses valores podem estar sujeitos a modificação dependendo de decisão de processos judiciais em andamento movidos por empresas do setor, relativos a interpretação das regras do mercado em vigor, bem como de exame a que referidos dados serão submetidos, a serem realizados por auditores independentes a serem contratados pelo MAE.
8. Em 21 de dezembro de 2001, foi editada a Medida Provisória nº 14 convertida na Lei nº. 10.438, de 26 de abril de 2002, disciplinando, entre os assuntos, a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro das empresas distribuidoras, transmissoras e geradoras de energia elétrica, garantido nos contratos de concessão. As informações detalhadas e os impactos sobre a situação patrimonial e financeira e no resultado das operações da Companhia e controladas relativos ao Acordo Geral do Setor Elétrico estão divulgados nas notas explicativas nº. 5 e 6 às demonstrações financeiras.
9. As demonstrações financeiras individual (controladora) e consolidada e as informações complementares constantes dos anexos I e II, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2001, apresentadas para fins comparativos, foram examinadas por outros auditores independentes cujo parecer, emitido em 25 de março de 2002, não conteve ressalvas e incluiu parágrafos de ênfase sobre: (i) o registro de ativos e passivos relacionados com a recomposição tarifária extraordinária, recuperações de custos da Parcela A e transações no Mercado Atacadista de Energia - MAE, os quais encontravam-se pendentes de revisão e homologação pela ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica; e (ii) os entendimentos em curso à época com o Governo do Estado de Minas Gerais quanto aos atrasos dos valores a receber referentes ao contrato de cessão de crédito do saldo credor remanescente da Conta de Resultados a Compensar.

Belo Horizonte, 27 de março de 2003.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC-2SP 011.609/O-8 S/MG

José Carlos Amadi
Contador
CRC-SP 158.025/O-T/MG